UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB-CAMPUS IV)

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

SANDRA SANTOS DE ARAÚJO

POLÍTICAS INTERSETORIAIS E INTERSECCIONAIS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BIRITINGA-BA: REDES E REEXISTÊNCIAS

CONCEIÇÃO DO COITÉ - BA

2021

SANDRA SANTOS DE ARAÚJO

POLÍTICAS INTERSETORIAIS E INTERSECCIONAIS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BIRITINGA-BA: REDES E REEXISTÊNCIAS

Dissertação apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Zuleide Paiva da Silva

CONCEIÇÃO DO COITÉ – BA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

Araújo, Sandra Santos de
Políticas intersetoriais e interseccionais de enfrentamento à violência contra a mulher e escolas públicas do município de Biritinga-Ba: redes e reexistências. / Sandra Santos de Araújo. – Conceição do Coité, 2021.
182f.:il.

Orientadora: Profa. Dra. Zuleide Paiva da Silva
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação Campus XIV. Mestrado Profissional em Educação e Diversidade.
Contêm anexos e apêndices

1. Violência Contra a Mulher. 2. Educação. 3. Políticas intersetoriais. 4. Interseccionalidade I. Silva, Zuleide Paiva da. II. Universidade do Estado da Bahia. III. Título.

CDD: 305.4

FOLHA DE APROVAÇÃO

POLÍTICAS INTERSETORIAIS E INTERSECCIONAIS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BIRITINGA-BA: REDES E REEXISTÊNCIAS

SANDRA SANTOS DE ARAÚJO

Dissertação apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED), em 10 de dezembro de 2021, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Educação e Diversidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), conforme avaliação da Banca Examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Zuleide Paiva da Silva - (Uneb/BA) – Orientadora e Presidenta da Banca

Universidade do Estado da Bahia
Doutorado em Difusão do Conhecimento
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Denise Leal Fontes Albano (UFS/SE) - Examinadora Externa

Universidade Federal de Sergipe
Doutorado em Direito
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Maria José Souza Pinho - Examinadora Interna (Uneb/BA)

Universidade do Estado da Bahia
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Claudia Pons Cardoso (Uneb/BA) - Examinadora Interna

Universidade do Estado da Bahia
Doutorado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

A Deus.

A minha avó, Carmelita Moreira de Brito, 91 anos, companhia de todas as horas, quem transmitiu educação familiar, religiosa, postura e boa conduta social.

À Universidade do Estado da Bahia, Instituição de Ensino Superior à qual dedico respeito e atenção.

À orientadora e professora doutora Zuleide Paiva da Silva, que marcou minha trajetória acadêmica, com seu exemplo de compromisso, dedicação, orientação, amor ao trabalho, militância, sabedoria, paciência, alteridade, competência e ética, renovando-me o ânimo e a esperança quando tudo parecia irremediavelmente perdido, nessa Pandemia da Covid-19. O meu sincero e profundo agradecimento, além de aluna e orientanda, tornei-me fã.

Aos professores doutores dos componentes curriculares, os quais assumiram o desafio de conduzir o Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED) no Campus XIV da UNEB/BA, no compromisso e responsabilidade dos cursos, extensões e atividades desenvolvidas como os 16 Dias de Ativismo da UNEB, no enfrentamento da Violência contra as Mulheres, na militância, dentre outres, a profa. Eide Paiva, agradeço as orientações confiáveis e comprometidas, como também aos colegas dos grupos de pesquisa: Gleigs, FEL, Vozes, Escrevivência, Educação e espiritualidade e o Gepec.

A todes os professorxs e funcionários (as) do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade e da Universidade do Estado da Bahia do campus de Conceição do Coité e Jacobina, na Bahia, com os quais pude ter contato e em especial aos (as) professorxs Rosane Meire Vieira de Jesus, Amélia Maraux, Maria José Souza Pinho, Maria Juscilene Lima Ferreira, Jamile Payayá, Íres Verena Santos de Oliveira, Ana Lúcia Gomes, Yone Jatobá, Matheus Araújo dos Santos, José Ernani Carvalho Filho, Jerônimo Jorge Cavalcanti, Eloina Batista, Marcelo Felipe Gomes de Souza, Davilson Anunciação, Mariana Rodrigues, assim como os demais, recebam o meu carinho, afeto e gratidão. Também às pessoas que trabalham na limpeza e segurança.

Às(os) colegas do curso de Mestrado Profissional em Educação e Diversidade de 2019.2, em especial as colegas Maria Cristina Melo, uma amiga querida tal como uma irmã, Tatiane e Tatiana Moreira, Daniele Ferreira, Yuri, Gercier, Jamile, Flávia Amâncio e todxs as (os) colegas e amigxs que fizeram parte dessa turma no Mestrado.

Aos integrantes dos órgãos e instituições públicas, agradeço especialmente à Secretaria de Educação do Município de Biritinga-Ba, Assistência Social, Guarda Civil Municipal, Cras,

as colegas coordenadoras, pessoas do Ateliê de pesquisa e todos os representantes das políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra mulher e escolas públicas de Biritinga-Ba.

Ao 16º Batalhão de Polícia Militar do Estado da Bahia e 15ª Coordenadoria de Polícia Civil do Estado Da Bahia.

Às amigas Patrícia Souza Lemos e Kátja Daliangela Moura, pela sensibilidade e apoio na formatação de gráficos e organização dos trabalhos de digitação.

A todes meus agradecimentos, minha sincera amizade e gratidão.

Amigo é coisa pra se guardar, no lado esquerdo do peito....
Dentro do coração...
Assim falava a canção que na América ouvi...
(Milton nascimento).

Pra todas as mulheres

Abafaram nossa voz
Mas esqueceram de que não estamos sós
Abafaram nossa voz
Mas esqueceram de que não estamos sós

Essa vai pra todas as mulheres
Marianas, índias, brancas, negras, pardas, indianas
Essa vai pra você que sentiu aí no peito
O quanto é essencial ter no mínimo respeito

Essa dor é secular e em algum momento a de curar
Diga sim, para o fim, de uma era irracional, patriarcal

Abafaram nossa voz
Mas esqueceram de que não estamos sós
Abafaram nossa voz
Mas esqueceram de que não estamos sós
Então eu canto, pra que em todo canto
Encanto de ser livre, de falar, possa chegar não mais calar
Então eu canto, pra que em todo canto
Encanto, de ser livre, de falar, possa chegar não mais calar

Abafaram nossa voz
Mas esqueceram de que não estamos sós
Então eu canto, pra que em todo canto
Encanto, de ser livre, de falar, possa chegar não mais calar
Então eu canto, pra que em todo canto
Encanto, de ser livre, de falar, possa chegar não mais calar

(Mariana Nolasco)

RESUMO

Ao longo dos séculos, temos observado o desenvolvimento de vários âmbitos da sociedade – ciência, tecnologia etc. – que, de alguma forma, influenciam no modo como nos relacionamos uns com os outros; apesar desse desenvolvimento, e supostas conquistas de liberdade e direitos das mulheres, destacamos que a relação entre o feminino e o masculino segue, muitas vezes, de forma conflituosa, dados os casos de violência sofrida por elas, desde seu silenciamento até formas mais graves de agressão e morte. Nesse contexto, a escola, em nossos tempos, é considerada um espaço privilegiado de conhecimentos para a promoção dos direitos humanos, com importante papel no enfrentamento a todo tipo de discriminações e preconceitos. Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa é compreender as interfaces entre as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e as escolas públicas do município de Biritinga-Ba. A fim de atingir o objetivo principal, traçamos alguns objetivos secundários: a) entender como as ações oriundas de políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher emergem nas construções discursivas das(os) participantes da pesquisa, e como suas concepções se materializam em suas palavras, uma vez que elas(es) estão situadas(os) em postos que exigem uma postura de enfrentamento e combate à violência de gênero, uma postura que considere os direitos das mulheres; b) compreender como as perspectivas de gênero que atravessam as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher são entrelaçadas nas construções discursivas das(os) atelieristas, as(os) quais representam os gerenciamentos de políticas públicas e de escolas, quanto ao enfrentamento da violência imprimida conta as mulheres; c) perceber como a interseccionalidade irrompe nas narrativas das(os) participantes da pesquisa e se legitimam as ações intersetoriais de enfrentamento à violência contra mulher. Teoricamente, baseamos nossas discussões em pesquisas que tratam principalmente da temática violência contra a mulher, violência doméstica e violência de gênero, com foco especial nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher e nas políticas educacionais direcionadas à questão, pois cremos que a atuação nesse sentido envolve vários dispositivos de ordem política e social, com um trabalho em rede. Em aspecto metodológico, seguimos os seguintes passos: revisão sistemática sobre a temática violência contra mulher e educação no cenário acadêmico; e a realização de ateliês de pesquisa/encontro, de forma virtual, em razão da Pandemia da Covid-19, no intuito de dialogar com as construções discursivas de gestoras(es) de políticas públicas e educacionais. Com base em nosso diálogo com as(os) agentes políticos e educacionais e reflexões decorrentes dele, verificamos que: essas(es) agentes têm consciência da existência de dispositivos que devem atuar em rede, porém as agentes educacionais, por vezes, se sentem sozinhas e despreparadas para lidar com situações de violência; a perspectiva de enfrentamento à violência numa chave de gênero perpassa especialmente as construções das agentes educacionais; reconhecem que a violência atinge diferentes grupos sociais, os quais compõem um estrato social, subalternizado, devendo ser enfrentada forma interseccional. A pesquisa se desdobrada em um projeto de intervenção que visa desnaturalizar – através dos ateliês de encontros – as mais diversas formas de violência praticadas contra as mulheres.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; educação; políticas intersetoriais; interseccionalidade.

ABSTRACT

Over the centuries, we have observed the development of different spheres of society – science, technology, etc.– that, somehow, influence the way we relate to each other; despite this development and supposed achievements of freedom and women's rights, we point out that the relationship between the feminine and the masculine is often conflictive, given the cases of violence suffered by them, from their silencing to more serious forms of violence and death. In this context, the school, in our times, is considered a special area of knowledge for the promotion of human rights, with an important role in confronting all kinds of discrimination and prejudice. Thus, the overall aim of that research is to understand the interfaces between the intersectoral policies to confront violence against women and the public schools in the city of Biritinga-Ba. To achieve the primary objective, we set some secondary objectives: a) understand how the actions arising from intersectoral policies to confront violence against women emerge on the discursive constructions of the research participants, and how their conceptions materialize in their words since they occupy positions that require a posture of confrontation and combat to gender violence, a position that considers women's rights; b) understand how gender perspectives that cross intersectoral policies to confront violence against women are connected in the atelieristas' discursive constructions, which represent the management of public policies and schools regarding the confrontation of violence against women; c) realize how intersectionality arises in the narratives of the research participants and if legitimizes intersectoral actions to confront violence against women. Theoretically, we base our discussions on research that deals primarily with violence against women, domestic violence, and gender-based violence, with particular focus on public policies to combat violence against women and on educational policies related to the issue, since we believe that acting in this direction involves several political and social devices with networking. On the methodological aspect, we follow these steps: a systematical review on the theme of violence against women and education on the academic scenario; and the implementation of research studios/meetings, virtually, due to the Covid-19 Pandemic, to dialog with the discursive constructions of public policy and educational managers. Based on our dialog with political and educational agents and reflections arising from it, we find that: these agents are aware of the existence of devices that must act in a network, but, sometimes, the agents feel alone and unprepared to deal with situations of violence; the perspective of confronting violence in a gender key particularly permeates the constructions of educational agents; they recognize that violence affects different social groups, which constitute a subordinated social stratum, that must be faced in an intersectional way. The research unfolds in an interventional project that aims to denaturalize – through meeting studios – different forms of violence against women.

Keywords: Violence against women; education; intersectoral policies; intersectionality.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Quantitativo dos trabalhos Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).....27
Quadro 2 - Quantitativo dos trabalhos Banco de Teses e Dissertações da CAPES 28
Quadro 3 - Quantitativo dos trabalhos na Base Scielo org.....28
Quadro 4 – Resultado da Revisão sistemática.....29
Quadro 5 - Pesquisas sobre a Violência contra Mulher e Educação (2010-2019).....38
Quadro 6 - Pesquisas sobre a Violência de Gênero e Educação 2010-2019.....43
Quadro 7 - Pesquisas sobre a Violência Doméstica e Educação 2010-2019.....48
Quadro 8 - Sobre os participantes.....59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nuvem de palavras.....32
Figura 2 - Links 33
Figura 3 - Tendências 34
Figura 4 - Convite para participação nos Ateliês de Encontro 59
Figura 5 - Rede de atendimento de Biritinga-BA.....80
Figura 6 - Cartografias com as concepções de rede dos participantes 98
Figura 7 - Cartografia de Maria 1.....99
Figura 8 - Cartografia de Maria 2.....102
Figura 9 - Cartografia do Maria 3.....105
Figura 10 - Cartografia de Maria 4.....107
Figura 11 - Cartografia de Maria 5.....108
Figura 12 - Cartografia de Maria 6.....110
Figura 13 - Cartografia de Maria 7.....111
Figura 14 - Cartografia de José 1.....113
Figura 15 - Amostra com as imagens dos recortes de tecidos.....117
Figura 16 - Atlas da violência no Brasil 124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção por ano de publicação 35
Gráfico 2 - Quantitativo de produção por gênero dos autores..... 36
Gráfico 3 - Quantitativo do tipo de pesquisa..... 37
Gráfico 4 - Quantitativo do tipo de epistemologia utilizada 38
Gráfico 5 - Dados da violência sexual contra mulheres na Bahia 127
Gráfico 6 - Número de homicídios na Bahia..... 128
Gráfico 7 - Dados sobre medidas protetivas na Bahia..... 129
Gráfico 8 - Estatística do atendimento de Inquérito Policial Flagrante na 15ª CRPN COORPIN de Biritinga-BA no período de 2016 a 2021..... 134
Gráfico 9 - Relatório Anual do Conselho Tutelar 2020 135
Gráfico 10 – Relatório Anual do Conselho Tutelar 2020-2021 136

SUMÁRIO

1 PRIMEIRAS IMPRESSÕES.....13
2 TRAJETÓRIA DA PESQUISA – PERCURSO METODOLÓGICO.....24
2.1 Revisão sistemática da temática violência contra a mulher 24
2.1.1 Apresentação e análise dos dados: o que dizem os estudos sobre violência contra as mulheres*.....*34
2.2 Os ateliês de pesquisa e de encontro 54
***2.2.1 O planejamento dos ateliês*.....57**
2.2.2 Detalhamento dos ateliês*.....*62
3 ENLACES TEÓRICOS 66
3.1 Violência contra a mulher, violência doméstica, violência de gênero e interseccionalidades: reflexões conceituais 66
3.2 Redes de enfrentamento à violência contra a mulher 73
3.3 Violência de gênero e educação 81
4 ATELIÊ DE ENCONTRO ENTRE AS POLÍTICAS INTERSETORIAIS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E AS ESCOLAS PÚBLICAS DE BIRITINGA-BA – REDES E RESISTÊNCIA.....92
4.1 Nossos Ateliês: considerações iniciais 93
4.2 Primeiro Ateliê de Encontro.....97
4.3 Segundo Ateliê de Encontro.....114
4.4 Terceiro Ateliê de Encontro.....123
5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA INTEGRAÇÃO DA ESCOLA À REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE BIRITINGA-BA.....132
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....147
REFERÊNCIAS.....153
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 162
APÊNDICE B – CONVITE À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BIRITINGA-BAHIA.....164
APÊNDICE C – CONVITE AOS GESTORES(AS) DAS POLÍTICAS INTERSETORIAIS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 166
APÊNDICE D – IMAGEM DO GRUPO DE WHATSAPP 168

APÊNDICE E – FORMULÁRIO SOBRE PERFIL DAS(OS) AGENTES EDUCACIONAIS 169
APÊNDICE F - FORMULÁRIO SOBRE PERFIL DAS(OS) AGENTES DE POLÍTICAS PÚBLICAS 172
ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR 174
ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO ENTIDADE COPARTICIPANTE 175
ANEXO C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PROPONENTE 176
ANEXO D – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE PESQUISA 177
ANEXO E – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE 178
ANEXO F – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP 179

1 PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Nesta seção introdutória, proponho-me[1] a descrever as inquietações e anseios que me mobilizaram até o Mestrado Profissional em Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Teço minha história enquanto mulher, hétero, parda, professora, nordestina, universitária e política marcada pela opressão das relações machistas. Encontro-me nas histórias entrecruzadas pela violência de gênero, sexo e classe de outras mulheres, ciente de que as dores das outras são também as minhas. Exponho a situação problema que norteia esta pesquisa, assim como evidencio a relevância social e científica da atual investigação. Escavo e historicizo os dados estatísticos que retratam a violência contra a mulher, numa breve digressão que se inicia no cenário nacional estendendo-se até o lócus deste estudo. Nesse espaço, aciono, especialmente, as informações que advêm da 15ª Coordenação de Polícia do Interior (CORPIN).

Começo refletindo sobre as tessituras e fissuras de minha prática profissional. Penso que escrever é um exercício de desterritorialização e reterritorialização inafastáveis, onde o devir se impõe em permanente abertura, como bem elucida Gilles Deleuze (1997). Em suas palavras:

> Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. É um processo, ou seja, uma passagem de vida que atravessa o vivível ou vivido. A escrita é inseparável do devir: ao escrever, estamos num devir-mulher, num devir-animal ou vegetal, num devir-molécula, até num devir imperceptível (DELEUZE, 1997, p. 11).

Para início de conversa, quem sou? Um corpo-território-docente? Uma sujeita em formação? Educadora de gente? Uma transformadora social? Teço minha história num constante devir, transgredir, traduzir e desdobrar-se em mapas sempre abertos.

Sou um corpo no mundo, corpo-território[2] de mulher, sou outros corpos ameaçados, corpos de mulheres triturados pela dor e opressão. Assim, em um jogo de incertezas e busca de

[1] Esta seção é escrita em primeira pessoa em razão de apresentar um cunho mais íntimo relacionado à caminhada pessoal e profissional da pesquisadora; nas seções seguintes, adoto a primeira pessoa do plural porquanto este texto, foi construído na confluência e divergência com outras vozes interlocutoras, em um processo interativo e dialógico com a orientadora e a Banca de avaliação.

[2] Em entrevista ao prof. Wallace de Moraes, o também professor Eduardo Miranda informa que tomou conhecimento do conceito/categoria "corpo-território" ao ler Muniz Sodré, a fim de tratar dessa categoria e da educação decolonial, visto "compreender que meu corpo, seu corpo, os nossos corpos não são única e exclusivamente a matéria física, mas também um corpo que é alimentado e construído pela perspectiva da ancestralidade. Desse modo, aqui, considero o corpo-território de mulher não somente como físico, biológico, social, mas também em sua ancestralidade.

equivalências, questiono-me sobre a diversidade que me alcança e seus enlaces com a educação na contemporaneidade, como reflete Ferreira Gullar (2004):

> Uma parte de mim é todo mundo, outra parte é ninguém, fundo sem fundo. Uma parte de mim é multidão, outra parte estranheza e solidão. Uma parte de mim pesa, pondera, outra parte delira. Uma parte de mim almoça e janta, outra parte se espanta. Uma parte de mim é permanente, outra parte se sabe de repente. Uma parte de mim é só vertigem, outra parte linguagem. Traduzir uma parte na outra parte que é uma questão de vida ou morte – será arte? (GULLAR, 2004, p. 335).

Traduzir-me tomando como referência o contexto educacional não me parece tarefa fácil, mas transgressão necessária enquanto prática de liberdade. Para bell hooks (2013), esse pode ser um campo de possibilidades de estratégias para cruzar fronteiras coletivamente. Nesse sentido, considero a escola pública um espaço potente de conhecimento e relações privilegiadas de convivência que podem constituir-se tendo como lastro as interações éticas com a diversidade, ou seja, engajada e implicada – uma pedagogia profundamente anticolonial, humanística, antirracista, antissexista, anti-LGBTIfóbica, pluralista e transgressiva.

Ciente do que seja o contexto educacional e sempre ciente das possibilidades de mudanças, concluí o curso de magistério em 1997, o que me permitiu assumir a função de professora em Regime de Prestação de Serviço Temporário na Escola Estadual de Biritinga-BA, no período entre 03/07/1997 e 22/01/1998. Em seguida, fui efetivada mediante concurso público, tornando-me professora da rede Municipal em Biritinga-BA, no dia 30 de março de 1998, atualmente contabilizando 23 (vinte e três) anos de atuação e formação docente.

As experiências pelas quais passei nesses vinte e três anos de profissão docente permitiram-me enxergar a necessidade de reconhecimento da diversidade como potência, e da escola como instituição que pode estar a serviço da tessitura de um mundo outro, este capaz de reconhecer o maior número possível de existências. Nesse ínterim, a violência contra as mulheres, em episódios recorrentes, atravessou as práticas escolares cotidianas por mim vivenciadas nestes anos de magistério.

No limiar do século XXI, a educação tem passado por diversas críticas, desde pedagógicas, curriculares ou normativas. Conforme elenca Souza (2015), a prática ativa e cotidiana na escola com a finalidade de aguçar discussões e problematizar concepções curriculares hegemônicas contribui para propostas interventivas inovadoras no enfrentamento do preconceito e promoção da igualdade. No que pese a escola como espaço privilegiado de conhecimentos para a promoção dos direitos humanos, insiste em figurar como reprodutora de discriminações e preconceitos, principalmente quando se pensa numa educação antissexista,

basilada na homossexualidade. Todavia, a situação de opressão vivida pelas mulheres continua ecoando também nos espaços escolares. É essa realidade que me inquieta, instiga e faz-me buscar oportunidades para vencer essa violência. Não me contento em atribuir notas ou conceitos meramente burocráticos, não me bastam as atividades protocolares que parecem ignorar as desigualdades de gênero quando estas transbordam pelas brechas dos currículos.

Estou ciente do meu papel enquanto educadora e formadora, cidadã crítica, reflexiva, autêntica e capaz de contribuir com o desenvolvimento da autonomia dos estudantes. Conforme menciona Vera Maria Candau (2000), o saber docente deve ser percebido levando-se em consideração seus diferentes aspectos e, segundo a autora, basicamente em quatro dimensões, quais sejam: saberes de formação profissional, são aqueles saberes ofertados pelas instituições responsáveis pela formação inicial e continuada; saberes das disciplinas, correspondem aos diversos campos do conhecimento mais ligados especificamente às disciplinas acadêmicas; saberes Curriculares, que se aproximam mais da apropriação de objetivos, conteúdos e discursos difundidos pelas instituições escolares; e os saberes da experiência, que dizem respeito à identidade do professor frente a sua realidade, é como ele traduz, interpreta e aplica os demais saberes.

Assim, o profissional da educação ao elaborar os saberes pertinentes à docência emancipatória pode, por meio dessas ações, contribuir para que outras pessoas tenham mais confiança nelas mesmas, a fim de reescreverem suas próprias histórias, numa espécie de exercício ou compromisso que bell hooks (2017) vem chamando de prática da liberdade. Empenho-me, portanto, nesse compromisso, na condição de docente que faz de suas experiências acontecimentos formativos semelhantes à proposta de Paulo Freire (1996), quando este entrelaça o ensinar e o aprender de modo inseparável. É como a trajetória subjetiva docente e sua ação pedagógica – indissociáveis.

Nessa caminhada, verifico que ser educadora/educador pressupõe compromisso ético com uma educação atrelada ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Em busca de subsídio político/epistemológico que me permitisse alargar o exercício de uma docência comprometida com a pluralidade, em 2016 participei do processo seletivo Especialização em Gestão e Modernização Institucional da Segurança Pública da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Assim, engajada nas questões da violência contra as mulheres na sociedade, e especialmente em Biritinga-BA, apresentei o pré-projeto a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP). Aprovada, ao final do curso, no ano de 2017, apresentei o pré-projeto de Pesquisa ao componente curricular Métodos Quantitativos e Qualitativos na Pesquisa Social, sob a orientação das Professoras Doutoras Christine Jacquet e Denise Franco Leal.

Embora reconhecendo a potência, beleza, encantamento e riqueza de conhecimentos orientados, imbricados, entrecruzados, enraizados na pesquisa, não tratei das discussões relativas à violência contra a mulher atravessada pela violência interseccional de gênero.

Ainda no final do ano de 2017, estreitamente implicada no âmbito da realidade afetiva e efetiva quanto à temática de gênero e sexualidade, decidi participar do Processo Seletivo para o Mestrado Profissional em Educação e Diversidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB-Campus XIV), linha de pesquisa Educação, Práxis Pedagógica e formação do educador. O objetivo era verificar como o Currículo escolar, os Direitos Humanos, a Equidade de Gênero e a Práxis Pedagógica na escola Municipal de Biritinga têm influenciado para a minimização da violência doméstica ou familiar contra a mulher, no período de 2018-2020. Entretanto, não fui aprovada.

No ano seguinte, participei do processo seletivo novamente, mas com novas discussões. Entabulei a temática de gênero, com base em teóricos que discutem gênero, tais como Mirian Grossi (2004) e Joan Scott (1995), enveredando por outros caminhos. Em 2018, obtive aprovação. No caminho do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED), o projeto sofreu muitas alterações e foi ganhando potência a partir das orientações, nas discussões dos textos nos encontros do Grupo de Leitura e Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Sexualidade (GLEIGS) e no grupo de pesquisa Formação Experiências e Linguagens (FEL). Tais estudos permitiram o aprofundamento nas concepções de gênero na sociedade e como isto tem repercutido na rede de enfrentamento à violência, na escola e nos diferentes níveis de ensino[3] (ARAÚJO; SILVA, 2021).

Portanto, com a adoção de novos estudos e percorrendo novos olhares enveredei pelo caminho dessa proposta, no intuito de investigar sobre o tema *Violência contra mulher* por meio do seguinte problema de pesquisa: como se constituem as interfaces entre as políticas intersetoriais[4] de enfrentamento à violência contra a mulher e as escolas públicas do município de Biritinga-Ba?

---

[3] Ideia discutidas no trabalho intitulado *Violência contra as mulheres e violência de gênero no território escolar: reflexões iniciais de uma pesquisa em andamento no MPED-UNEB*, apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 – lugares de fala: direitos, diversidades, afetos. Este evento aconteceu de forma on-line, entre 20 e 30 de julho de 2021, reunindo pesquisadoras, estudantes, ativistas, artistas, professoras e interessadas nas questões que envolvem o gênero, as mulheres, feminismos e sexualidades, por meio do agenciamento de diversidades em chave interseccional, em busca de firmar direitos sem desprezar relações e afetos ligados às lutas contemporâneas.

[4] Pensamos as políticas intersetoriais na perspectiva do Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, configurando-se como um eixo intersetorial e prioritário dessas políticas sem se restringir somente às áreas de segurança e assistência social, mas com o envolvimento de vários setores do Estado (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2017).

Portanto, foram estabelecidas questões norteadoras que servem de base estruturante para produção de dados no campo/território: como a perspectiva de gênero atravessa as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher? Como a interseccionalidade[5] emerge nas construções discursivas oriundas das políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher? Como o papel social da escola é acionado nas políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher? Como as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher agenciam sua participação dentro da escola?

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é *compreender as interfaces entre as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e as escolas públicas do município de Biritinga-Ba*. A fim de atingir o objetivo principal, traçamos alguns objetivos secundários: a) entender como as ações oriundas de políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher emergem nas construções discursivas das(os) participantes da pesquisa, e como suas concepções se materializam em suas palavras, uma vez que elas(es) estão situadas(os) em postos que exigem uma postura de enfrentamento e combate à violência de gênero, uma postura que considere os direitos das mulheres; b) compreender como as perspectivas de gênero que atravessam as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher são entrelaçadas nas construções discursivas das(os) atelieristas, as(os) quais representam os gerenciamentos de políticas públicas e de escolas, quanto ao enfrentamento da violência imprimida conta as mulheres; c) perceber como a interseccionalidade irrompe nas narrativas das(os) participantes do ateliê e se legitimam as ações intersetoriais de enfrentamento à violência contra mulher; d) elaborar uma proposta de trabalho de cunho interventivo/formativo (Simpósio Temático), visando discutir e preparar os profissionais de educação no enfrentamento da violência contra a mulher.

O percurso metodológico desta dissertação constitui-se de: revisão sistemática sobre a temática violência contra mulher e educação no cenário acadêmico; e a realização de ateliês de pesquisa/encontro, de forma virtual, em razão da Pandemia da Covid-19, na intenção de mapear as interfaces entre as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e o papel das escolas públicas, numa abordagem de análise qualitativa de conteúdo. A revisão sistemática permite a realização de um levantamento de informações de um conjunto de estudos

[5] Esse termo passou a ser utilizado por acadêmicas(os) no início do século XXI na militância e ativismo por políticas públicas e profissionais, em vários lugares. Assim, "Estudantes de ensino superior e docentes de áreas interdisciplinares, como estudos feministas, estudos raciais, estudos culturais, estudos da civilização estadunidense e da mídia, bem como da sociologia, da ciência política, da história e de outras disciplinas tradicionais, encontram a interseccionalidade em cursos, livros e artigos teóricos" (COLLINS; BILGE, 2020, p. 16). A interseccionalidade, com base nas autoras, refere-se às relações de poder em sociedades marcadas pela diversidade em suas relações sociais.

que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes e identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando em investigações futuras (SAMPAIO; MANCINI, 2007). Já o ateliê de encontro permite a construção de conhecimentos/saberes baseados nos significados apreendidos, nos sentidos estabelecidos na "[...] interação e troca de experiências entre pesquisadora e colaboradores da pesquisa" (MEDEIROS; SILVA, 2017, p. 17).

Assim, vislumbramos três ateliês virtuais. Participaram dos encontros 12 profissionais, assim nomeados: as seis gestoras das escolas públicas são Maria 1, Maria 2, Maria 3, Maria 4, Maria 6 e Maria 8; as/os seis gestoras/es das políticas de enfrentamento à violência são Maria 5, Maria 7, Maria 9, José 1, José 2 e José 3.

O plano de intervenção que nos move tem como proposta uma ação de cunho interventivo, formativo, e aspira por tratar de dois espaços públicos educativos, de diálogos que visam criar relações muito mais aproximativas, a partir das inter-relações e experiências entre agentes das políticas intersetoriais e da escola.

É possível trilhar por um viés de educação libertadora que respeite o gênero, a sexualidade, e crie óbices à violência contra a mulher, tão opressora e estereotipada no âmbito da sociedade, como sugere hooks, visto que é preciso trabalhar pela liberdade, cruzar a fronteira para transgredir o ensinar e aprender. Como ressalta essa autora,

> [...] academia não é o paraíso, mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado a sala de aula com todas as suas limitações continua sendo ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela Liberdade, exigir de nós e de nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permite encarar a realidade ao mesmo tempo em que coletivamente imaginemos esquemas para cruzar fronteiras para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade (HOOKS, 2013, p. 273).

Para tanto, hooks (2013) prevê uma educação como prática de liberdade – um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Dessa forma, a feminista negra tece conhecimentos de resistência, uma pedagogia profundamente anticolonial. Inspirada, pois, em Paulo Freire, no atributo à participação livre e crítica dos educandos, produz a obra *Ensinando a Transgredir*: *a educação como prática da Liberdade*. Nessa perspectiva, enfim, a autora acredita em uma construção humanística, antirracista, antissexista, anti-LGBTIfóbica, pluralista, transgressiva, de respeito à diversidade. Por fim, trata-se de compreender a violência contra a mulher como reflexo dos papéis sociais hierarquizados nas relações de poder desiguais e da cultura do patriarcado.

De tal modo, entendo que os meios necessários para a superação da violência de gênero contra a mulher caminham para o estabelecimento de estratégias educativas concretas que

promovam a cultura da igualdade de gênero e direitos humanos, a partir do âmbito da educação. Vivenciar essa situação fere a dignidade humana em todos os tempos e lugares que perpassam as mulheres, uma ocorrência que tem base na colonialidade[6]. Essas mulheres, indubitavelmente, encontram desafios que se somam, como cor, classe, gênero.

Portanto, através do Ateliê de pesquisa (MEDEIROS; SILVA, 2017) e de encontro (JUSTO, 2020), o desejo foi produzir informações das interações e experiências entre as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher, como também a ação da escola pública, lembrando que trato de políticas intersetoriais na perspectiva do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, configurando-se como um eixo intersetorial e prioritário dessas políticas não só no domínio das áreas de segurança e assistência social, mas de vários setores do Estado (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2017). A intenção é potencializar conhecimentos na perspectiva de gênero e intensificar relações, dada a invisibilidade das discussões da igualdade de gêneros nesses espaços de educação, assim como da Lei Maria da Penha (11.340/2006) e a Lei do feminicídio (13.104 / 2015), por exemplo.

Pretendo, pois, provocar uma reflexão-ação sobre o lugar de respeito às mulheres vítimas de violências, enquanto corpos ameaçados de dores, especialmente por se tratar de parte dos corpos da rede e de corpos das escolas, acerca das atitudes e medidas de acolhimento, tanto na rede de políticas intersetoriais quanto na escola. Nesse ínterim, vale refletir sobre a relação de forças e de poder estabelecida entre os agentes que integram a rede, pois não são iguais em seus objetivos e funções, mas são complementares.

O ambiente escolar, com os sujeitos que o compõem (corpo docente, coordenação, direção), possui uma estruturação e funcionamento que visam à mudança da sociedade, contribuindo para a mudança de comportamentos e assegurando a prevenção de ações de preconceito e violência. Isso é evidenciado por meio das pesquisas citadas nesta dissertação, as quais buscam tratar das ações no campo educacional para prevenção à violência contra a mulher (FERREIRA, 2019; FERREIRA, 2016; ANDO, 2011; SANTOS, 2012; MEDEIROS, 2018; SOARES, 2013; PRETO, 2011; NOTHAFT; BEIRAS, 2019; BRINO; SOUZA, 2016), do diálogo entre currículo escolar e violência doméstica (PEREIRA, 2015; OLIVEIRA, 2014), das ações educativas desenvolvidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM (SILVA, CARRERA, 2017), das percepções e representações sobre gênero (CORDEIRO, 2017; MIRANDA, 2013; BANDEIRA, 2014; BONFIM, 2015; MACIEL; RIBEIRO; RODRIGUES, 2018).

[6] Fenômeno histórico e cultural originado no colonialismo, o qual produz a subalternização de certos grupos de seres humanos garantindo sua dominação, exploração e ignorando seus conhecimentos e experiências.

Estas pesquisas, por meio de uma investigação que extrapola o universo escolar, abrangendo delegacias, órgãos como CRAS, CRAM, e até mesmo as famílias, permitem verificar a coexistência, por um lado, de agentes coercitivos e punitivos e, por outro lado, a escola atuando principalmente em direção à denúncia e prevenção da violência contra a mulher. Com base nessas pesquisas, percebe-se a sensibilidade dos agentes educacionais (professoras/es, coordenadoras/es, diretoras/es) no sentido de perceberem mudanças no comportamento dos alunos, observarem famílias que apresentam indícios de ocorrência de situações de violência, constatarem discursos e atitudes carregados de preconceito e, acima de tudo, as pesquisas denotam também a necessidade de formação, de preparação para que possam lidar com essas situações sem terem sua saúde e segurança afetadas.

Com isso, saliento, sobretudo, a importância que cada instituição deve atribuir à efetivação dos direitos à igualdade de gênero. Inspirada nas correlações de ideias, nos mapeamentos de intenções, de subjetividades e atitudes dos transformadores sociais, mapear as interfaces entre as políticas intersetoriais e as escolas públicas modela-se em consonâncias de saberes que reverberam enquadramentos de conhecimentos novos para uma escola intercultural e decolonial, de saberes outros, como bem prevê Walsh (2017; 2019).

Nesse paradigma, e tendo em vista a conjuntura atual atravessada pela Covid-19, como também as transformações causadas e vivenciadas por todos, todas e todes[7], mormente pelas mulheres, a realização do Ateliê de encontro ocorreu de forma online, dadas as mudanças que têm ocorrido na educação perpetradas pela Covid-19. Por conta desse novo cenário, atividades presenciais estão sendo orquestradas online.

Vale mencionar, também, que os dados do Atlas da Violência 2019/IPEA (última década 2007-2017) revelam o aumento da violência letal contra públicos específicos, incluindo negros, população LGBTTQIA+[8] e mulheres nos casos de feminicídio. Crescimento de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país na década e aumento de 6,3% no último ano da série, em relação ao anterior. Taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, o de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, entre não negros o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. 66% de todas as mulheres assassinadas no país em 2017 são negras. Observa-se,

[7] "Tod@s, Todes, Todxs é uma tentativa de uma neolinguagem de gêneros gramaticais que seja inclusiva para/com as mulheres, as pessoas não-binárias, as pessoas T entre gêneros" (ROCHA; COELHO FERNANDES, 2020). O uso de pronomes e adjetivos neutros vem se constituindo numa linguagem não sexista, não machista, não misógina, não transfóbica.

[8] Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e outros grupos e variações de sexualidade e gênero.

então, o crescimento muito superior da violência letal entre mulheres negras em comparação a não negras.

Como se não bastassem, na conjuntura atual, os impactos da Covid-19 e as lições da crise pandêmica, houve um aumento significativo de violências contra as mulheres, principalmente em países com sistema de saúde e Estado de Direito fragilizados e que já possuem taxas elevadas da desigualdade de gênero e desse tipo de violência. Relatório recente do Banco Mundial indica que o Brasil não é exceção, uma vez que nos dois primeiros meses das medidas de confinamento (março a abril de 2020), comparado ao mesmo período de 2019, houve um aumento de 22% nos casos de feminicídio e de 27% nas denúncias recebidas pelo ligue 180, linha nacional de atendimento à Violência Contra a Mulher, conforme o site The World Bank.

Nesses quadros de violências contra as mulheres, encontra-se escancarada a desigualdade estrutural de gênero que, juntamente com outros marcadores sociais de classe, sexualidade, raça, implica num esforço maior da escola pública de inscrever na educação básica uma pedagogia mais cuidadosa para as questões que devem ser tematizadas – de gênero, racismo interseccional –, só assim engajar-se-á na luta visando enfrentar os vieses da discriminação que se estrutura na educação cotidiana.

Nesse entrelaçamento de ideias, aciono a concepção de gênero com base nos estudos de Scott (1995). Proponho-me, nesta digressão, a pensar com Scott os papéis atribuídos aos homens e as mulheres e sua relação estreita com a violência de gênero. A perspectiva de hooks (2017) e Saffioti (2004) contribui para entender o patriarcado enquanto estrutura propulsora da violência contra as mulheres em contraste com a educação como prática da liberdade.

Reconheço a importância do conceito de interseccionalidade para pensar a violência contra a mulher, de modo que mobilizo os estudos de Crenshaw (1997; 2002) e Akotirene (2019). Desta última atenho-me, especialmente, ao entendimento de interseccionalidade a partir do conceito de encruzilhada. Situada nas encruzilhadas dos estudos de raça, gênero e etnia, atravessada nas construções curriculares sobre o que o discurso histórico (re)produz nos espaços de educação. Na abordagem do conceito de rede, como articulação entre organizações ou pessoas, proponho-me a estabelecer um diálogo entre as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra as mulheres e a rede pública de ensino para entender a função social da escola nesse processo de desmistificação da violência.

De acordo com Dias (2021, p. 13), na última década, vimos uma difusão da ideia de rede em ao menos "[...] quatro grandes fluxos que atravessam o espaço geográfico: os movimentos de pessoas ou fluxos migratórios; os movimentos comerciais ou fluxos de

mercadorias; os movimentos de informações ou fluxos informacionais; e os movimentos de capitais ou fluxos monetários e financeiros". Vale pensarmos, então, na noção de rede não como rede técnica, mas na condição de fenômeno, movimento, de natureza social. Historicamente, conforme a autora citada, refletir sobre rede implica pensar em linhas e nós, ligações e relações, desde o corpo humano até uma infraestrutura técnica, como a rodoviária, a telegráfica, por exemplo.

No entanto, atualmente, parece-nos coerente pensar na perspectiva de rede levando-se em consideração o modo como os atores modelam suas relações e também na perspectiva territorial, onde se estabelecem os mercados, técnicas de produção, uma vez que as relações entre os agentes se dão em determinados lugares (DIAS, 2021).

Quanto à organização desta dissertação, encontra-se assim disposta: inicialmente, na introdução, intitulada *Primeiras impressões*, são apresentadas as motivações para empreender esta pesquisa, além do principal questionamento, nossos objetivos (geral e específicos), breve menção aos aspectos teórico-metodológicos, enfim uma contextualização do estudo em questão.

Na segunda seção, *Trajetória da pesquisa – Percurso metodológico*, são descritos os passos seguidos ao longo da pesquisa, tanto no que se refere à construção de nossa base teórica quanto à produção e análise dos dados. Desse modo, a seção contém o detalhamento da revisão sistemática realizada sobre a temática violência contra a mulher e também dos ateliês de encontro, realizados de forma on-line, com nossas(os) participantes da pesquisa – seu planejamento e execução. Na seção, são discutidos os resultados da busca bibliográfica realizada por meio da revisão sistemática, no intuito de dialogar com outros estudos a respeito do enfrentamento da violência contra as mulheres no contexto da educação pública, no município de Biritinga-BA. Nessa discussão, demos destaque ao ano de produção das pesquisas, tipo de pesquisa, gênero dos pesquisadores, síntese das pesquisas, dentre outras questões relevantes.

A terceira seção, com o título *Enlaces teóricos*, por sua vez, também é dedicada ao embasamento teórico da pesquisa, de modo que são discutidos conceitos como: violência contra a mulher, violência doméstica e violência de gênero, em interação com as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, as redes de enfrentamento à violência contra a mulher e a violência de gênero e educação.

Na quarta seção, *Ateliê de encontro entre as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra mulher e as escolas públicas de Biritinga-BA – redes e resistência*, são estruturados os dados da pesquisa produzidos nos ateliês de pesquisa, com a participação de

agentes de políticas públicas. Nessa perspectiva, são apresentados trechos de suas falas, bem como materiais produzidos por elas(es) nos ateliês, a fim de conhecermos seus posicionamentos, problematizando-os em diálogo com o aporte teórico.

Na quinta seção, intitulada *Proposta de intervenção para integração da escola à rede de enfrentamento à violência contra a mulher no município de Biritinga-BA*, apresentamos nosso projeto de intervenção, ou seja, um Simpósio Temático, com planejamento para quatro encontros, tendo como simposistas agentes de políticas intersetoriais e agentes educacionais, os quais discutirão a respeito de assuntos como: Interseccionalidade; Violência contra a mulher, doméstica/intrafamiliar e de gênero; Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha; Diretrizes presentes no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e na Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Parecer CEE N. º 91/2020, que trata da Educação das Relações de Gêneros e Sexualidades no Sistema Estadual de Ensino da Bahia. O evento será estendido, também, à participação da comunidade.

Por fim, com nossas considerações, *Considerações Finais,* tecemos reflexões, no intuito de contribuir para o fomento da discussão sobre o combate à violência contra a mulher nas escolas, bem como colaborar com o enfrentamento a essa violência no seio da comunidade, tanto na cidade de Biritinga-BA quanto no país, servindo de referência para outras pesquisas.

2 TRAJETÓRIA DA PESQUISA – PERCURSO METODOLÓGICO

A realização de uma pesquisa científica impõe-nos a necessidade de seguirmos um caminho, um percurso investigativo, uma metodologia que dê conta dos passos e ações realizados pela(o) pesquisadora/pesquisador, a fim de obter os dados que compõem sua pesquisa. De acordo com Lakatos e Marconi (2017, p. 59), a utilização de metodologia científica não é "[...] da alçada exclusiva da ciência, mas não há ciência sem o emprego de métodos científicos". Desse modo, para a realização do estudo, de natureza qualitativa, materializado nesta dissertação, seguimos os seguintes passos: revisão sistemática sobre a temática violência contra mulher e educação no cenário acadêmico; e a realização de ateliês de pesquisa/encontro, de forma virtual, em razão da Pandemia da Covid-19.

Por meio da revisão sistemática torna-se possível fazer um levantamento útil para integrar as informações de um conjunto de estudos que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes e identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras (SAMPAIO; MANCINI, 2007). Com o auxílio dos ateliês, o intuito foi produzir informações a respeito das interações entre as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher, especialmente na escola pública. Nesse sentido, nas subseções seguintes, apresentamos e descrevemos nossos passos para realização da pesquisa.

2.1 Revisão sistemática da temática violência contra a mulher

Em pesquisas acadêmicas e, portanto, científicas, uma revisão da bibliografia referente à temática estudada possui essencial relevância, pois permite-nos conhecer o estado em que se encontra o desenvolvimento das reflexões. Conforme Galvão e Ricarti (2020), baseando-se em Siddaway, Wood e Hedges (2019), as revisões sistemáticas podem ser classificadas como meta-análise – quando se deseja reunir estudos realizados com base em uma mesma hipótese; revisões sistemáticas narrativas – quando são considerados estudos que empregam diferentes metodologias; e revisões sistemáticas com meta-síntese – visando sintetizar estudos qualitativos sobre um tema, no intuito de reunir novas contribuições fornecidas sobre o assunto.

Para além dessas classificações, muitos pesquisadores têm adotado uma postura de revisões mistas, isto é, "[...] aquela que identifica, seleciona, avalia e sintetiza simultaneamente estudos qualitativos, estudos quantitativos e estudos mistos" (GALVÃO; RICARTI, 2020, p. 60), em razão da necessidade de complementos à pesquisa. Como dissemos anteriormente, buscamos realizar uma revisão sistemática sobre a temática violência contra mulher e educação

no cenário acadêmico; para tanto, definimos as seguintes plataformas para a realização de nossas buscas: o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Em seguida, delimitamos o período de 2010 a 2019, utilizando os descritores: *Violência Contra Mulher e Educação; Violência de Gênero e Educação;* e *Violência Doméstica e Educação*.

Os textos pesquisados constituem produções teóricas que antecedem essa pesquisa, representando os labirintos das investigações primárias que nos permitem contextualizar, localizar e vislumbrar outros desdobramentos nesse campo de estudo. Assim, os estudos primários que antecedem esta investigação, para além de visibilizarem a existência de estudos prévios sobre a temática, revelam-nos possibilidades de contextualização, localização e aprofundamento a partir das pesquisas já realizadas.

Segundo Sampaio e Mancini (2007), é possível afirmar que o acesso a esses estudos primários por meio da revisão sistemática deve ser desenhado metódica e explicitamente. Logo, sugerem os seguintes passos: definição da questão da pesquisa; identificação das bases de dados a serem consultadas; definição das palavras-chave e estratégias de busca; estabelecimento de critérios para a seleção dos trabalhos localizados a partir da busca; aplicação dos critérios na seleção dos textos justificando possíveis exclusões; análise crítica e avaliação de todos os estudos incluídos na revisão; redação de um resumo crítico sintetizando as informações disponibilizadas pelos estudos que foram incluídos na revisão e apresentação de uma conclusão, tomando como base as evidências presentes nos trabalhos selecionados.

Partindo dessas premissas iniciais, perguntamo-nos: como as Dissertações, Teses e artigos brasileiros têm discutido a temática violência contra mulher e educação, no lapso temporal 2010-2019? Seguindo este questionamento referente à temática em estudo, assim procedemos ao longo do processo de pesquisa:

1. Período[9] de janeiro a março de 2020 - trabalhos disponíveis no Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICIT), instituição que coordena a BDTD e integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil; além disso, também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico.

[9] Os distintos períodos de busca em cada base se referem ao momento de realização de nosso trabalho de pesquisa, cronologicamente, em cada plataforma.

2. Período de abril a junho de 2020 - trabalhos disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, órgão do Ministério da Educação responsável pelo reconhecimento e a avaliação de cursos de pós-graduação *stricto-sensu* (mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado acadêmico e profissional) em âmbito nacional.
3. Período de junho e julho de 2020 - trabalhos disponíveis no Scielo org., uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. A biblioteca é parte integrante de um projeto desenvolvido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME). Desde 2002, o projeto também é apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPq.

Ao empreender as buscas com os descritores: violência contra mulher, violência de gênero e violência doméstica, no banco de teses e dissertações da BDTD, obtivemos os seguintes resultados: violência contra mulher - 1.202 trabalhos; violência de gênero - 1.693 trabalhos; e violência doméstica - 911 trabalhos.

Para refinar a pesquisa, foi utilizado o operador booleano, AND (interseção), este operador busca a relação entre um termo e outro, recupera materiais em que ambos os termos pesquisados aparecem no mesmo documento (PIZZANI *et al.*, 2012), sendo o critério da proximidade a combinação de palavras e frases na mesma busca, digitando aspas duplas (“..”) antes e depois da frase. Desta maneira, os descritores passaram a ter a seguinte escrita: “violência contra mulher”, “violência de gênero” e “violência doméstica”. No banco de teses e dissertações da BDTD obtivemos os seguintes resultados: “violência contra mulher” - 121 trabalhos; “violência de gênero” - 313 trabalhos; e “violência doméstica” - 747 trabalhos.

Devido à imensidão de trabalhos, foi utilizado o cruzamento em pares dos descritores: “violência contra mulher” AND “educação”, “violência de gênero” AND “educação” e “violência doméstica” AND “educação”. O termo educação foi acrescido por ser base relevante na pesquisa e permear a grande maioria das demandas quando se aborda a problemática em questão. Foram usados os seguintes critérios/filtros para otimizar a busca: Programa - Educação; Área de Conhecimento - Educação; Ano de defesa 2010-2019. No repositório foram encontrados os seguintes resultados: a) descritor “violência contra mulher” AND “educação”: 18 trabalhos, sendo 15 dissertações e 03 teses; b) descritor “violência de gênero” AND

“educação”: 47 trabalhos, sendo 36 dissertações e 11 teses; c) descritor “violência doméstica” AND “educação”: 121 trabalhos; sendo 88 dissertações e 33 teses (Quadro 1).

Quadro 1 - Quantitativo dos trabalhos Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

DESCRITORES	MESTRADO	DOUTORADO	TOTAL
“violência contra mulher” AND “educação”	15	03	18
“violência de gênero” AND “educação”	36	11	47
“violência doméstica” AND “educação”	88	33	121

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2020).

A busca no Banco de Teses e Dissertações da CAPES foi realizada seguindo os mesmos critérios empregados anteriormente, com os seguintes descritores: violência contra mulher, violência de gênero e violência doméstica, obtendo-se os seguintes resultados: violência contra mulher - 77.227 trabalhos; violência de gênero - 1.211.510 trabalhos; violência doméstica - 20.405 trabalhos. Aplicando o operador booleano AND e o critério da proximidade, digitando aspas duplas (“..”) antes e depois da frase, observamos os seguintes resultados: “violência contra mulher” - 105 trabalhos; “violência de gênero” - 622 trabalhos; “violência doméstica” - 1.537 trabalhos. Com o objetivo de refinar a busca foi realizado o cruzamento em pares dos descritores: “violência contra mulher” AND “educação”, “violência de gênero” AND “educação” e “violência doméstica” AND “educação”. Os critérios/filtros utilizados foram: Ano 2010-2019; Programa: Educação; Grande Área Conhecimento: Ciências Humanas; Área de Conhecimento: Educação; Área de Avaliação: Educação; Área de Concentração: Educação.

Neste repositório foram encontrados os seguintes resultados: a) descritor “violência contra mulher” AND “educação”: 183 trabalhos, sendo 130 dissertações e 53 teses; b) descritor “violência de gênero” AND “educação”: 701 trabalhos, sendo 469 dissertações e 232 teses; c) descritor “violência doméstica AND educação”: 32 trabalhos; sendo 25 dissertações e 07 teses, conforme ilustra o Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 - Quantitativo dos trabalhos Banco de Teses e Dissertações da CAPES

DESCRITORES	MESTRADO	DOUTORADO	TOTAL
“violência contra mulher” AND “educação”	130	53	183
“violência de gênero” AND “educação”	469	232	701
“violência doméstica” AND “educação”	25	07	32

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2020).

A busca na base da Scielo org. foi realizada seguindo o mesmo critério, primeiramente com os descritores padrões: violência contra mulher, violência de gênero e violência doméstica, obtendo-se os seguintes resultados: violência contra mulher - 693 trabalhos; violência de gênero - 1.846 trabalhos; violência doméstica - 1.097 trabalhos. Seguindo os critérios já elencados anteriormente, realizou-se a busca com o operador booleano AND e o critério da proximidade digitando aspas duplas (“..”) antes e depois da frase, de modo que obtivemos os resultados: “violência contra mulher” - 22 trabalhos; “violência de gênero” - 665 trabalhos; “violência doméstica” - 1.071 trabalhos. A refinação da pesquisa seguiu o mesmo processo aplicado nas bases anteriores, o cruzamento em pares dos descritores: “violência contra mulher” AND “educação”, “violência de gênero” AND “educação” e “violência doméstica” AND “educação”. Os critérios/filtros utilizados foram: Coleção: Brasil; Ano de publicação: 2010-2019; Scielo Áreas Temáticas: Ciências Humanas; WoS Área Temática: Educação e Pesquisa Educacional; Tipo de literatura: artigo.

Nesse repositório foram encontrados os seguintes resultados: a) descritor “violência contra mulher” AND “educação”: 04 trabalhos; b) descritor “violência de gênero” AND “educação”: 07 trabalhos; c) descritor “violência doméstica AND educação”: 03 trabalhos, como mostra o Quadro 3, seguinte.

Quadro 3 - Quantitativo dos trabalhos na Base Scielo org.

DESCRITORES	ARTIGOS
“violência contra mulher” AND “educação”	04
“violência de gênero” AND “educação”	07
“violência doméstica” AND “educação”	03

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2020).

Nesta revisão, definimos critérios para inclusão dos trabalhos, quais sejam:

1. Apresentar os descritores no título, resumo e/ou palavras-chave;
2. Ter sido realizado entre 2010 e 2019 – recorte temporal do nosso estudo –, estabelecendo como critério/padrão uma década de publicação sobre a temática em discussão;
3. Trabalhos realizados em instituições públicas – dissertações, teses e artigos;
4. Trabalhos aplicados com participantes e/ou sujeitos nacionais;
5. Trabalhos desenvolvidos na/para Educação Básica;
6. Trabalhos disponíveis na íntegra;
7. Trabalhos em língua portuguesa.

Após a aplicação dos critérios de inclusão mencionados, foram selecionadas 04 dissertações da BDTD, 07 trabalhos entre dissertações e teses da CAPES e 09 artigos da Scielo org., com potencial de diálogo com a proposta desta pesquisa de mestrado.

Com o intuito de facilitar as etapas subsequentes do trabalho, foi organizado o Quadro 4, contendo algumas informações básicas dos estudos. Desta maneira, podemos constatar que as pesquisas decorrentes da revisão sistemática equivalem a 20 trabalhos, assim divididos: 01 tese, 10 dissertações e 09 artigos.

Quadro 4 – Resultado da Revisão sistemática

TÍTULO	**TIPO/ AUTORIA / ANO / IES**	**OBJETIVO GERAL**	**METODOLOGIA**
Resistências de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e a escola na rede de proteção.	Tese / MEDEIROS, Katia Batista de / 2018 / Universidade São Francisco.	Levantar as construções discursivas de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica.	A metodologia de pesquisa utilizada por Medeiros foi a análise do discurso (A.D.) na convergência da Teoria Winnicottiana.
Educação: prevenção da violência contra as mulheres?	Dissertação/ FERREIRA, Meiry de Paula / 2019/ PUC-Goiás.	Analisar a maneira como a educação vem sendo tratada no âmbito das políticas públicas direcionadas para a prevenção da violência contra a mulher.	A autora utilizou a pesquisa bibliográfica, tendo-se consultado textos impressos, dissertações, periódicos, livros e documentos oficiais que trazem informações, análises e discussões sobre o objeto de estudo.
Educação e gênero: entre os muros, os quintais e a rua - debates e embates dentro e fora do território escolar.	Dissertação / CORDEIRO, Ernesto dos Santos / 2017 / Universidade da Região de Joinville.	Analisar as percepções e representações de gênero presentes dentro e fora do território escolar, utilizando como recorte de pesquisa uma escola de ensino fundamental	Cordeiro usou a metodologia do materialismo histórico dialético, e toma como referência a teoria da prática de Bourdieu (2009). Para coletar os dados, ele utilizou a abordagem qualitativa, tendo como método a história oral.

		do município de são Francisco do Sul.	
Violência contra a mulher: atravessamentos pela juventude e escola.	Dissertação / FERREIRA, Paula Pulgrossi / 2016 / Universidade Estadual de Campinas.	Compreender como a violência contra a mulher atravessa a vida dos(as) jovens estudantes do primeiro ano do ensino médio e o espaço escolar.	A referida autora empregou como metodologia o estudo etnográfico, realizado com jovens estudantes em uma escola pública da cidade de Campinas (SP). Foram entrevistados sete jovens e quatro professores (as).
Lei Maria da Penha: análise dos livros de registros, referentes aos boletins de ocorrências da cidade de Maringá (2006-2007). O que a educação escolar tem a ver com isso?	Dissertação / PEREIRA, Larissa Kuhi Izidoro / 2015 / Universidade Estadual de Maringá.	Analisar os livros de registros dos boletins de ocorrência anos de 2006 e 2007 da cidade enfatizando a implementação da LMD, relacionando-os com o currículo escolar das séries iniciais do ensino fundamental.	Pereira utilizou a pesquisa exploratória, aplicando como instrumento investigativo a pesquisa de campo, contendo perguntas estruturadas e específicas aos/às professores/as do 5º ano, e à delegada da delegacia da mulher, ambas de Maringá-PR, totalizando 13 pessoas.
Palmada: educação ou violência doméstica?	Dissertação / LEITE, Dayane Cabral / 2013 / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.	Compreender os sentidos construídos pelos pais acerca dos métodos educativos e sua relação com a violência doméstica.	Leite utilizou a proposta dos núcleos de significação que têm a sua base teórica postulada na Teoria Sócio-histórica de Vigotski.
Violência doméstica contra crianças: com a palavra, as professoras das séries iniciais do ensino fundamental.	Dissertação / SOARES, Eunice Coelho / 2013 / Universidade Metodista de Piracicaba.	Apresentar a questão da violência doméstica contra crianças vista pela ótica de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental e analisá-la em seu contexto atual.	Soares fez uma abordagem de estudo qualitativa, através de uma pesquisa de campo com entrevistas audiogravadas. Foram realizadas 51 transcrições, sob o método de estudo de análise das conversas.
Relações de gênero na escola e violência contra as mulheres: a construção social e cultural do masculino e feminino e sua reprodução na educação.	Dissertação / MIRANDA, Ariane Camila Tagliacolo / 2013 / Universidade Estadual de Maringá.	Investigar as percepções dos/as professores/as sobre as relações de gênero no espaço educativo e o cenário da violência de gênero contra as mulheres no espaço social, que chegam à delegacia da mulher.	A autora fez uma pesquisa exploratória e aplicou como instrumento da pesquisa de campo perguntas estruturadas e específicas aos/às professores/as do 5º ano, e à delegada da delegacia da mulher, totalizando 13 pessoas.
Entre Aracne e Atena: professoras em situação de violência doméstica.	Dissertação / SANTOS, Samai Serique dos / 2012 / Universidade Federal do Pará.	Analisar as articulações entre a condição de violentada e o status profissional de professora presentes nos inquéritos policiais.	O tratamento metodológico foi pautado em um estudo qualitativo e pesquisa documental, ambos realizados por meio da análise de conteúdo.
Violência doméstica contra crianças: interfaces com o ensino e aprendizagem escolar.	Dissertação / PRETO, Renata Beatriz / 2011 / Universidade do Planalto Catarinense.	Compreender criticamente como as violências domésticas afetam o processo de ensino e aprendizagem de crianças que estudam nos CEIM´s-Centro de Educação Infantil Municipal.	A metodologia utilizada no estudo teve uma abordagem qualitativa de pesquisa. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um roteiro de entrevista semiestruturado com perguntas abertas.
Currículo escolar: possibilidade de apoio ao enfrentamento da violência doméstica (estudo de uma prática em São José dos Campos/SP).	Dissertação / ANDO, Daniela de Araújo / Mestrado em Educação / 2011 / Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.	Investigar ações educativas, desenvolvidas no espaço de uma escola do Ensino Fundamental I, em São José dos Campos/SP, que possam oferecer subsídios para a construção de um currículo escolar com possibilidades de	Esse estudo desenvolveu-se numa abordagem qualitativa, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, análise documental e observação participante.

		enfrentamento da violência doméstica.	
O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?	Artigo / NOTHAFT, Raíssa Jeanine; BEIRAS, Adriano / 2019 / Revista Estudos Feministas. [online]. Florianópolis, 27(3): e56070.	Analisar a produção acadêmica nacional sobre o tema a partir da literatura especializada e relatórios nacionais.	Abordagem do estudo qualitativo, mediante o método análise de conteúdo, através da ferramenta informacional Nvivo, que permite potencializar, codificar, indexar e organizar os dados e materiais. Pautado na base de estudos feministas.
Impactos da violência de gênero na educação dos jovens: um diálogo com os docentes.	Artigo / MACIEL, Patrícia Daniela; RIBEIRO, Gabriela Chicuta; RODRIGUES, David / 2018 / Revista Mundi sociais e Humanidades, Curitiba-PR, v.3, nº2, 33, jan-jun.	Apresentar uma análise das narrativas de sete professores do ensino médio que atuam na rede pública de ensino.	Pesquisa qualitativa, conversas individuais e em grupo com profissionais de educação.
Em briga de marido e mulher a educação mete a colher: a atuação do profissional de pedagogia no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência.	Artigo / SILVA, Lana claudia Macedo da; CARRERA, Daniele Mendes / 2017 / Revista Cadernos de Gênero e Diversidades, 01 junho, volume 3(1).	Investigar as ações educativas desenvolvidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) em situação de violência, compreendendo o trabalho do profissional de pedagogia no combate à violência contra a mulher.	Pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, do tipo dialético. Optou-se pela concepção teórica do materialismo histórico dialético.
Concepções sobre violência intrafamiliar na área educacional.	Artigo / BRINO, Rachel Faria; SOUZA, Mayra Aparecida de Oliveira / 2016 / Revista Educação e Realidade.	Investigar as concepções sobre violência intrafamiliar entre profissionais e estudantes da área educacional.	Metodologia quantitativa: aplicação de questionários fechados. A análise dos resultados: quantitativa referenciando-se nas respostas.
Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo.	Artigo / SANTOS, Cecília MacDowell / 2015 / Revista Estudos Feministas. [online]. vol. 23, n.2.	Examinar as abordagens das/os agentes do Estado sobre violência doméstica e os fatores que condicionam a aplicação da Lei Maria da Penha no que se refere às diretivas para a constituição e expansão de serviços criminais e não criminais a serem integrados em uma "Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres".	Pesquisa de campo realizada na cidade de São Paulo entre 2012 e 2014. Assim, a autora mostra que, além das delegacias da mulher criadas nos anos 1980 e 1990, surgiram, na última década, novos serviços não criminais nas periferias da cidade, contribuindo para a expansão da Rede.
Violência de gênero no ciclo básico escolar: um problema presente, com consequências constantes.	Artigo / BONFIM, Thaís Resende Araújo Borges / 2015 / Revista da Universidade de Uberaba.	Discutir a questão da violência de gênero na Educação Básica.	Revisão bibliográfica com mapeamento junto ao Portal de Periódicos da CAPES.
Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação.	Artigo / BANDEIRA, Lourdes Maria / 2014 / Revista sociedade e Estado - volume 29, número 2.	Tratar da violência contra a mulher, ao mesmo tempo em que enfoca a condição de gênero como categoria de análise central.	Constitui-se de um campo teórico-metodológico fundado a partir das reivindicações feminista, composto pelo método de análise linguístico-narrativo. De abordagem qualitativa, através do mapeamento das violências na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam).

Intervenção psicossocial de prevenção à violência de gênero junto a adolescentes de Cacoal-RO.	Artigo / ASSIS, Cleber Lizardo de; SANTANA, Lucineide Costa; SANTOS, Nádia Valéria Moreira; OLIVEIRA, Simone Muniz / 2014 / Extensio: Revista Eletrônica de Extensão, Florianópolis, Santa Catarina.	Discutir através de uma experiência de intervenção psicossocial no município de Cacoal-RO, a importância de ações educativas de caráter preventivo no enfrentamento à violência de gênero em adolescentes.	A pesquisa de teor qualitativo foi desenvolvida junto a um público de adolescentes do sexo masculino e feminino, de escolas públicas e particulares de Cacoal-RO, por um grupo de três acadêmicas de psicologia e um professor do curso de Psicologia, com a colaboração de um psicólogo judiciário do mesmo município.
Contando estórias e inventando metodologias para discutir a violência contra as mulheres.	Artigo / OLIVEIRA, Érika Cecília Soares / 2014 / Revista Estudos Feministas. [online]. Florianópolis, 22(1): 416, janeiro-abril.	Discorrer sobre a importância de se criar metodologias alternativas para trabalhar com a violência contra as mulheres dentro do campo da psicologia.	Oficinas de teatro, levando jogos e exercícios para discutir assuntos como homofobia, bullying.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2020).

Com o objetivo de aprimorar o trabalho, aplicamos a mineração de textos, que segundo Emmanuel Passos (2006) trata-se extrair padrões, tendências ou regularidades de imensos volumes de textos. É uma técnica de análise e extração de dados a partir de textos, frases ou apenas palavras (MORAIS; AMBROSIO, 2007). Para a função, foi utilizado o *Voyant Tools*, "cujas funcionalidades abrangem, entre outras tantas, contagem de palavras, criação de nuvem, concordâncias e detecção de tendências" (CASTOLDI; YEPES; CAZELLA, 2017, p. 131).

A Figura 1, a seguir, corresponde à nuvem de palavras extraídas dos trabalhos encontrados na revisão sistemática realizada nas bases de dados do BDTD, CAPES e SciELO org. Esse conjunto possui 20 documentos com 1.043,151 formas únicas de palavras, onde podemos observar as palavras mais frequentes citadas: Violência (9.484); Gênero (3.848); Mulheres (3.731); Mulher (3.658); Educação (3.238); Escola (3.157); Doméstica (1.346), as quais se enquadram nas categorias de análise da pesquisa em questão.

Figura 1 - Nuvem de palavras

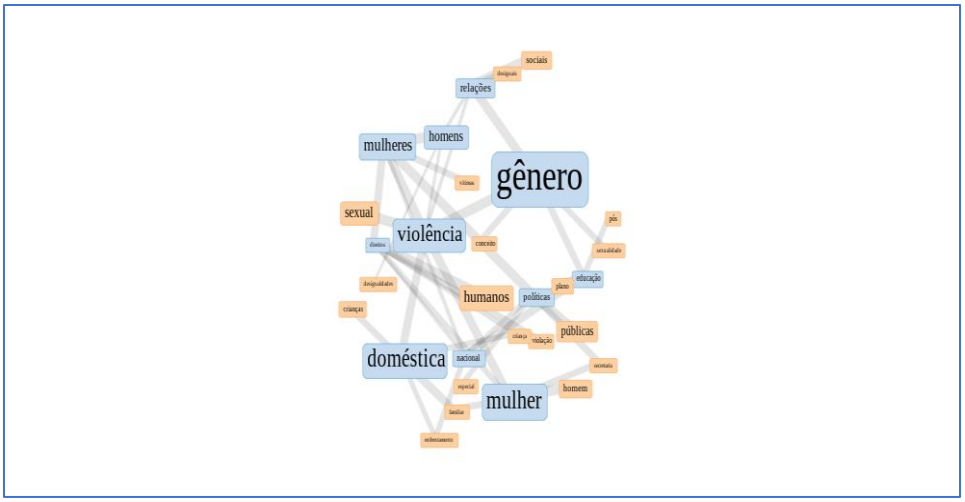


Fonte: Voyant Tools (2020).

Essas palavras-chave apresentam um link para o desenvolvimento do estudo, ou seja, conectam-se dentro de assuntos e demandas pertinentes à temática, que resultam em uma gama maior de possibilidades, enredos e desfechos para o aprofundamento do assunto: A *violência contra mulher e educação*.

Em seguida, apresentamos a Figura 2, na qual as palavras em destaque estão interligadas e se conectam ao assunto: *Violência contra mulher e educação – uma discussão de gênero*, que se entrecruzam na pesquisa aqui desenvolvida.

Figura 2 - Links

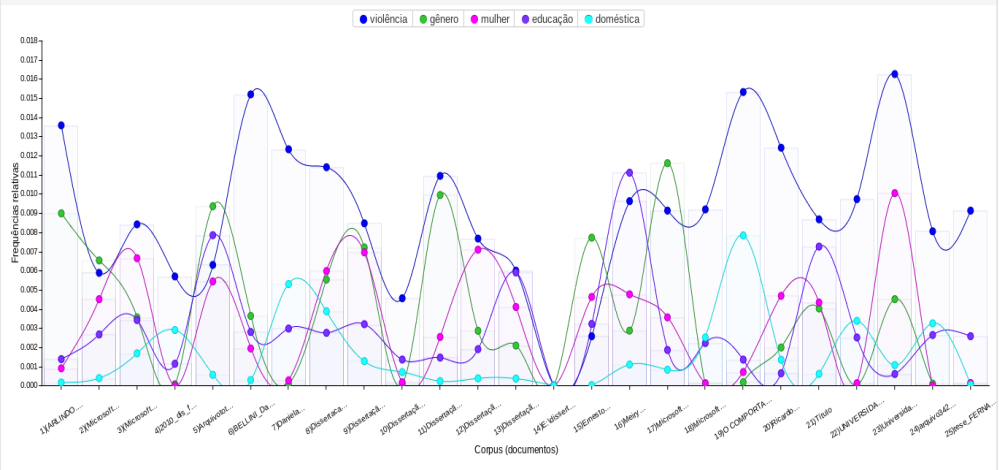


Fonte: Voyant Tools (2020).

As palavras em azul: Gênero, Violência, Mulher, Homens, Relações, Políticas, Educação e Direitos, sublinhadas pelo Voyant Tools (2020), são as possibilidades de trabalhar com os descritores (violência contra mulher e educação; violência de gênero e educação; violência doméstica e educação) que estão relacionados ao enfrentamento da violência contra a mulher e as políticas intersetoriais de proteção.

Outra informação pertinente extraída com o auxílio do programa *Voyant Tools* é a tendência/frequência relativa, representada pela quantidade de vezes que as palavras aparecem no texto e o momento em que elas se interconectam, conforme pode ser observado na Figura 3, adiante.

Figura 3 - Tendências



Fonte: Voyant Tools (2020).

De acordo com os dados da figura 3, podemos observar que a palavra violência está presente em todos os trabalhos selecionados no banco de dados da BDTD, da CAPES e SciELO org., permitindo observar uma ligação pertinente que suscita a discussão com as demais categorias/palavras presentes na figura: Violência, Gênero, Mulher, Educação e Doméstica.

Após a organização deste percurso metodológico para levantamento de pesquisas, mediante a revisão sistemática de natureza mista sequencial exploratória[10], empreendemos a discussão dessas pesquisas, conforme apresentaremos em seção teórica, logo depois desta seção metodológica. Antes, porém, segundo a subseção seguinte, trataremos a respeito dos ateliês de pesquisa e encontro, no tocante ao percurso metodológico desta pesquisa de mestrado.

2.1.1 Apresentação e análise dos dados: o que dizem os estudos sobre violência contra as mulheres

Na seção anterior, na qual apresentamos a metodologia adotada para composição do amparo teórico da pesquisa, mediante a revisão sistemática, no intuito de identificar, avaliar, sintetizar e selecionar informações (GALVÃO; RICARTI, 2020), dissemos que o passo seguinte à coleta dos estudos foi empreender a discussão desses textos, para, assim, dialogar com a nossa pesquisa quanto ao enfrentamento da violência empreendida contra as mulheres

[10] "A revisão mista sequencial exploratória é composta por duas etapas. Na etapa 1, os resultados dos estudos qualitativos, quantitativos e dos estudos empregando métodos mistos são transformados em achados qualitativos usando, por exemplo, a análise temática. Na etapa 2, os resultados quantitativos são tabulados e comparados, desde que haja uma entidade comum entre os estudos quantitativos" (GALVÂO; RICARTI, 2020, p. 60).

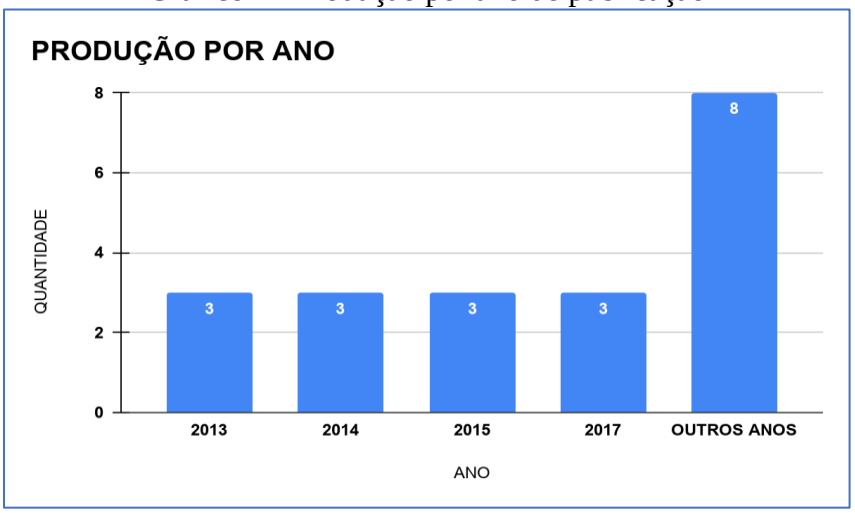
no contexto da educação pública, no município de Biritinga-BA. Dessa maneira, seguem nossas discussões com base no levantamento bibliográfico realizado.

Apresentamos a análise do levantamento mediante revisão sistemática da pesquisa, subdividido em três blocos temáticos. Esses blocos organizam-se sistematicamente a partir dos descritores: "*violência contra mulher e educação*", "*violência de gênero e educação*" e "*violência doméstica e educação*". Aqui, vislumbramos os atravessamentos e os pontos de aproximação dos trabalhos analisados com o objeto de estudo aqui proposto. Nesse intuito, destacamos o enfoque dos estudos selecionados, seus objetivos, a abordagem metodológica e os resultados de cada investigação.

Para compor esta pesquisa, como mencionamos anteriormente, foram analisados 20 trabalhos, sendo: 01 tese, 10 dissertações e 09 artigos. Para o mapeamento das produções científicas selecionadas, foram identificadas as seguintes variáveis: área de conhecimento, conforme informações no início dos trabalhos analisados, referente aos autores e título das produções, universidade, programa ou revista; ano de publicação delimitado entre o período de 2010 a 2019; quantidade de autores por produção científica; gênero desses pesquisadores; objeto de estudo; abordagem do estudo; tipo de estudo, método ou análise dos dados, epistemologia mais adotada, autores utilizados e respectivas conclusões dos trabalhos.

Nesse sentido, após leituras e refinamento de dados, as principais variáveis encontradas nas pesquisas podem ser elucidadas da seguinte maneira, conforme o Gráfico 1, adiante:

Gráfico 1 - Produção por ano de publicação



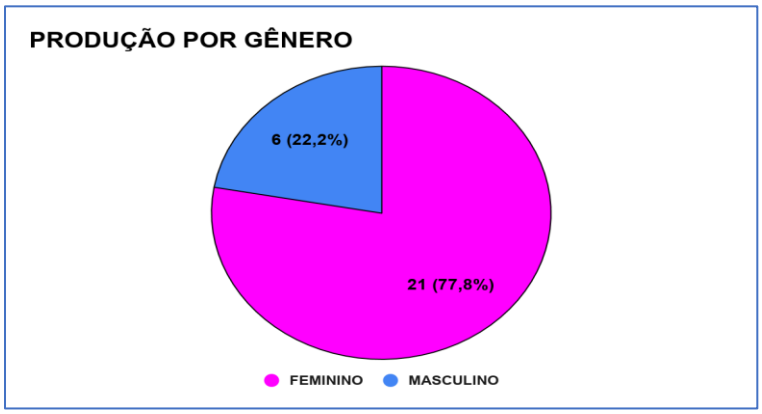
Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2020).

Os resultados demonstram que a maior parte dos 20 trabalhos analisados foi publicada em 2013, 2014, 2015 e 2017, apresentando 03 publicações (15%) em cada um dos anos mencionados, somando 12 trabalhos (60%). No que concerne ao número de autores,

observamos que 16 estudos (80%) foram publicados por um autor, apenas dois trabalhos publicados por dois autores (10%), um trabalho por três autores (5%) e um trabalho por quatro autores (5%).

Com relação à variável sexo dos pesquisadores é perceptível que a maioria é composta por mulheres, como elucida o Gráfico 2, abaixo:

Gráfico 2 - Quantitativo de produção por gênero dos autores



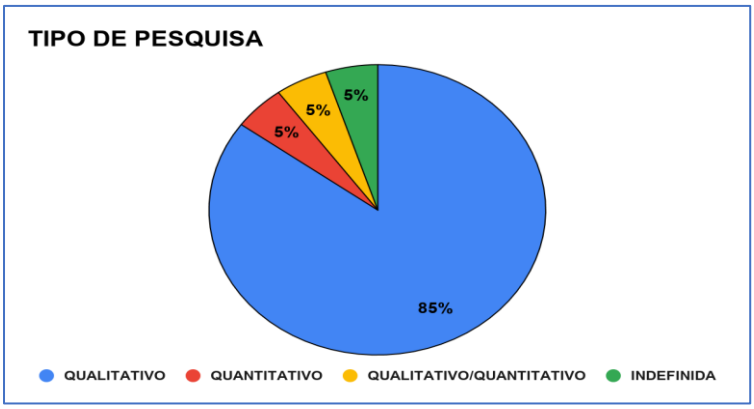
Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2020).

Segundo o gráfico mencionado acima, é notório que o percentual de mulheres pesquisadoras é majoritário, uma vez que cerca de 77% das pesquisas produzidas foram realizadas por mulheres. Isto nos mostra que o campo de estudos é majoritariamente feminino, demonstrando que as mulheres predominam na produção deste campo de pesquisa, pois os homens dominaram apenas 22% da produção.

No tocante aos sujeitos do estudo é relevante apresentar sua descrição. Estes estão compreendidos pelos pesquisadores e pesquisadoras como sujeitos da pesquisa ou unidades de análises: crianças e adolescentes da Rede Pública de Ensino; 8 membros da comunidade escolar (mães, professores (as), alunos (as) e ex-alunas); 7 jovens estudantes do primeiro ano do ensino médio e 4 professores(as) do espaço escolar, 09 professores das séries iniciais do ensino fundamental/conselheiros tutelares, 12 professoras(es); 1 delegada, 13 educadores, professores do 5º ano e narrativas de 07 professores do ensino médio. Para além disso, são também objetos de estudo: textos impressos, dissertações, periódicos, livros e documentos oficiais, artigos, livros, obras da literatura nacional e internacional (sobre infância), bilhetes entregues nas escolas pelos pais; os Registros em Inquéritos Policiais da Deam, Produção Acadêmica Nacional e Relatórios Nacionais, Ações Educativas, Planejadas e Desenvolvidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), Roteiros de Entrevistas Semiestruturadas com Perguntas Abertas, as Abordagens das/os agentes do Estado, bem como os seguintes temas:

Violência de Gênero na Educação Básica, Violência contra mulher/Condição de Gênero e Ações educativas de Escolas Públicas e Particulares. No que se refere à abordagem do estudo, conforme mostra o Gráfico 3, foi encontrado:

Gráfico 3 - Quantitativo do tipo de pesquisa



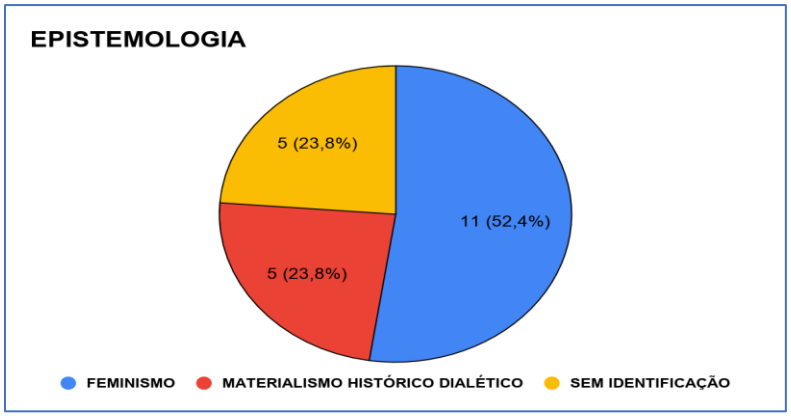
Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2020).

Para tratar acerca do assunto, foram utilizados diferentes tipos de estudos, métodos e análise de dados. Com Predominância dos métodos qualitativos. Assim, seis pesquisas (30%) elucidaram o método de análise de conteúdo, as demais formas foram variadas: Análise do Discurso, Dialético/História oral, Etnográfico/Observação Participante, o Diário de Campo, Entrevistas Semiestruturadas, Análise Documental/Perguntas Estruturadas, Análise dialógica/conversas, História oral/método biográfico, Estudo de caso, Revisão Bibliográfica e Análise linguístico-narrativa.

No que concerne às principais tipologias de violência evidenciadas nas produções, são elas: abuso sexual em oito produções; violência física em seis produções, violência psicológica em sete produções; violência de gênero em nove produções, violência doméstica em nove produções, violência contra mulher em cinco produções, violência simbólica em uma produção, negligência em duas produções, violência patrimonial em uma produção, discriminação em duas produções, agressão em três produções, ameaça de morte em duas produções, lesão corporal dolosa em uma produção, maus-tratos em uma produção, atentado violento ao pudor em uma produção, estupro em uma produção, violência intrafamiliar em duas produções, violência escolar em uma produção.

Sobre o aporte epistemológico, a maioria dos trabalhos estava dentro da epistemologia feminista, como descrito no Gráfico 4, abaixo:

Gráfico 4 - Quantitativo do tipo de epistemologia utilizada



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2020).

Os autores mais adotados para trabalhar com a categoria Violência contra mulher, Violência de Gênero e Violência Doméstica foram: Saffioti (1992, 2000, 2001, 2002, 2004, 2013, 2015); Scott (1989, 1990, 1995, 1999, 2004); Pasinato (2006, 2011, 2015, 2019, 2018). Quanto ao termo Educação, foram: Bordieu (1974, 1989, 1997, 2003, 2009, 2015); Freire (1970, 1996, 2015, 2016); Louro (1997, 1998, 2000, 2003, 2008a, 2014); Saviani (1986, 2008, 2013). Para tratamento dos dados da pesquisa, em seis trabalhos foram usados o método da análise de conteúdo sob a perspectiva de Bardin (1974), os demais trabalhos com métodos variados.

Após a mineração de textos com o auxílio do programa *Voyant Tools*, os estudos encontrados foram organizados por assunto, bem como a sistematização dos estudos pesquisados, ou seja, 20 trabalhos (01 tese, 10 dissertações, 09 artigos), os quais foram divididos em três blocos temáticos, com base nos descritores - "violência contra mulher e educação", "violência de gênero e educação" e "violência doméstica e educação", delineados nos Quadros 5, 6 e 7, a seguir:

Quadro 5 - Pesquisas sobre a Violência contra Mulher e Educação (2010-2019)

Descritor: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E EDUCAÇÃO		
AUTORIA - ANO - IES - PROGRAMA	**TÍTULO DA PESQUISA**	**OBJETIVO GERAL**
Dissertação / FERREIRA, Meiry De Paula / 2019 / Pontifícia Universidade Católica De Goiás / Programa De Pós-	Educação: Prevenção da violência contra as mulheres?	Analisar a maneira como a Educação vem sendo tratada no âmbito das Políticas Públicas Direcionadas Para A Prevenção Da Violência Contra A Mulher.

graduação Stricto Sensu Em Educação.		
Dissertação / PEREIRA, Larissa Kuhl Izidoro / /2015 / Programa De Pós-graduação Em Educação Da Universidade Estadual De Maringá, Mestre Em Educação.	Lei Maria Da Penha: Análise Dos Livros De Registros, Referentes Aos Boletins De Ocorrência Da Cidade De Maringá (2006-2007). O Que A Educação Escolar Tem A Ver Com Isso?	Analisar Os Livros de Registros Dos Boletins de ocorrência Anos de 2006 e 2007 enfatizando a Implementação da Lei, relacionados Com o Currículo escolar séries iniciais do ensino fundamental 1 (Um), de Maringá,
Dissertação / FERREIRA, Paula Pulgrossi / 2016/ Universidade Estadual de Campinas.	Violência Contra A Mulher: Atravessamentos Pela Juventude e Escola.	Compreender como a Violência contra a mulher atravessa a vida dos(as) jovens estudantes do primeiro ano do ensino médio e o espaço escolar.
Artigo / OLIVEIRA, Érika Cecília Soares / 2014 / Revista Estudos Feministas. [online]. Florianópolis, 22(1): 416, janeiro-abril.	Contando estórias e inventando metodologias para discutir a violência contra as mulheres.	Conhecer as práticas discursivas da plateia, seus discursos sobre poder, amor, casamento, feminilidades, masculinidades, violência em parceria amorosa e discorrer sobre a importância de se criar metodologias alternativas para trabalhar com a violência contra as mulheres.
Artigo / SILVA, Lana Claudia Macedo da; CARRERA, Daniele Mendes / 2017 / Revista cadernos de Gêneros e Diversidades, 01 de Junho, volume 3 (1).	Em briga de marido e mulher a educação mete a colher: a atuação do profissional de pedagogia no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência contra a mulher.	Investigar as ações educativas desenvolvidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) em situação de violência, bem como, compreender o trabalho do profissional de pedagogia no combate à violência contra a mulher.
Artigo / SANTOS, Cecília MacDowell / 2015 / Revista Estudos Feministas. [online]. vol.23, n.2.	Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo.	Examinar as abordagens das/os agentes do Estado sobre violência doméstica e os fatores que condicionam a aplicação da Lei Maria da Penha no que se refere às diretivas para a constituição e expansão de serviços criminais e não criminais a serem integrados em uma "Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres".

Fonte: Organizado pela Pesquisadora (2020).

Neste bloco de enfoque sobre violência contra mulher e educação foram encontrados seis trabalhos, sendo três dissertações e três artigos. Inicialmente, o trabalho de Ferreira (2019), intitulado *Educação: Prevenção da violência contra as mulheres?*, apresentado ao programa de pós-graduação em educação da PUC-Goiás, tem como foco a importância da educação para prevenir a violência contra a mulher. Como objeto de estudo, foram consultados textos impressos, dissertações, periódicos, livros e documentos oficiais que trazem informações, análises e discussões. O objetivo visa identificar como a Educação vem sendo tratada no âmbito

das políticas públicas voltadas para a prevenção da violência contra a mulher. O procedimento metodológico foi a pesquisa bibliográfica de abordagem do estudo qualitativo, do tipo dialético. Optou-se pela concepção teórica do materialismo histórico dialético. Os teóricos utilizados para trabalhar com a categoria Educação foram: Gadotti (2008), Saviani (2013), Libâneo, Oliveira, Toschi (2012), Freire (1979a, 1979b) e na categoria Violência foram utilizados Pasinato e Blay (2018), assim como os dados do IBGE, Secretarias Executivas Regionais (SER) e Mapa da Violência. Utilizou-se ainda as ideias de Scott (1995) e Paraíso (1997) para tratar de gênero enquanto uma construção social.

Semelhantemente, a produção acadêmica de Pereira (2015), intitulada *Lei Maria da Penha: Análise dos Livros de Registros, Referentes aos Boletins de Ocorrência da Cidade de Maringá (2006-2007). O Que A Educação Escolar tem a ver com isso?*, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, traz como objetivo analisar os livros de registros dos boletins de ocorrência anos de 2006 e 2007, da cidade, enfatizando a implementação da LMP, relacionando-a com o currículo escolar das séries iniciais do ensino fundamental I. Questiona como a escola pode contribuir para diminuir e prevenir o número de registros de violência contra a mulher na cidade de Maringá. O objeto de estudo constitui-se de professores/as dos 5º anos de duas escolas públicas do ensino fundamental e a delegada da delegacia da mulher, ambas de Maringá-PR, totalizando 13 pessoas. A pesquisa exploratória pautou-se em referências foucaultianas para estudar a violência contra as mulheres. Como instrumento da pesquisa de campo utilizou-se de perguntas estruturadas e específicas. Pautadas nas concepções feministas de gênero, as dimensões teóricas abordadas foram: Scott (1995), Louro (1998, 2000), Grossi (2004), Meyer (2008), Saffioti (2001), Auad (2006). Sobre políticas públicas direcionadas às mulheres: Oliveira e Cavalcanti (2000). Para tratar sobre violência: Passinato (2011) e Dias (2013). Quanto às Fontes e documentos: Bloch (2001) e Clarice Nunes e Carvalho Nunes (2005).

Dentro do mesmo molde, a dissertação de Ferreira (2016), intitulada *Violência Contra a Mulher: atravessamentos pela juventude e escola*, apresentada ao Programa Educação da Universidade Estadual de Campinas-SP, teve como objetivo: compreender como a violência contra a mulher atravessa a vida dos(as) jovens estudantes do primeiro ano do ensino médio e o espaço escolar. Para tanto, foi realizado um estudo etnográfico com jovens estudantes em uma escola pública da cidade de Campinas-SP. Tomou-se como objeto de estudo sete jovens estudantes do primeiro ano do Ensino Médio e quatro professoras(es) do espaço escolar. O Estudo de abordagem qualitativa adotou entrevistas estruturadas e diário de campo como instrumento de pesquisa. O estudo é do tipo etnográfico, a partir do método de observação

participante. As dimensões teóricas abordadas são: Scott (1995), Louro (1997), Beauvoir (1970), para tratar sobre os estudos feministas e a noção desigual de gênero enraizada nas relações humanas. Para versar sobre etnografia fundou-se nos estudos de Geertz (1926) e sobre violência Waiselfisz (2015). Por fim, os professores demonstram a necessidade de a escola estar aberta ao diálogo com jovens sobre a temática gênero, com novas formas de educar, ver e ouvir, objetivando a promoção da reflexão acerca da condição da mulher na sociedade brasileira.

Nesse sentido, abordamos o artigo de Oliveira (2014), intitulado *Contando estórias e inventando metodologias para discutir a violência contra as mulheres*, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, e disponível na Revista de Estudos Feministas em Florianópolis (SC). Trata-se de um texto que foi adaptado e faz parte da Tese de Doutorado intitulada *Gênero, Violência contra a mulher e Teatro: do (a) oprimido (a): novas possibilidades de pesquisa e de intervenção social*, que tem como objetivo conhecer as práticas discursivas da plateia, seus discursos sobre poder, amor, casamento, feminilidades, masculinidades, violência em parceria amorosa, bem como discorrer sobre a importância de se criar metodologias alternativas para trabalhar aspectos da violência contra as mulheres.

O objeto de estudo são as práticas discursivas da plateia. Utiliza a abordagem qualitativa a partir de oficinas teatrais, através do método de estudo das análise das narrativas comuns para denunciar a opressão no interior das relações ao publicizá-las para um coletivo, levando em consideração os atravessamentos e eixos de diferenciação e poder, como classe social, gênero, religião, idade, com a função de dar visibilidade a temas que têm em comum a violência, seja entre alunos de uma mesma escola ou diante de diferentes orientações sexuais ou contra as mulheres. O diálogo com teorização pautada nos estudos pós-feministas, queer e pós-coloniais possibilita análises mais profundas e complexas sobre poder e opressão. A dimensão teórica que sustentou o trabalho foi Scott (1999), Azerêdo (2010), Meneghel e Iniquez (2007), Ramão (2005), Carrillo (2010), Anzaldúa (2000), Medrado (2009), Santos (2008), Toneli e Becker (2008), Mouffe (1999), Brah (2004), Haraway (2000), Medrado (2008), Cantera (2012), Galindo (2003), Sandoval (2004), Hananda e Schraiber (2010), Jorge (2010). As recomendações finais são articuladas pelas estórias de branca e Pássaro com o conceito de agência desenvolvido por Sherry Ortner, para pensar o modo como essa mulher consegue inaugurar um posicionamento inédito em sua relação e a maneira como começa a esforçar-se para não ser mais colocada na esfera da objeção.

Nesse contexto, Silva e Carrera (2017), no artigo intitulado *Em briga de marido e mulher a educação mete a colher: a atuação do profissional de pedagogia no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência contra a mulher*, disponível Revista cadernos de Gêneros e Diversidades, têm como objetivo investigar as ações educativas desenvolvidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) em situação de violência, bem como compreender o trabalho do profissional de pedagogia no combate à violência contra a mulher. O Objeto de pesquisa é a atuação dos profissionais de pedagogia no centro de referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, sendo o lócus o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), no município de Ananindeua, Região metropolitana de Belém. A abordagem do estudo é qualitativa, por meio da pesquisa de campo, cunhada por meio de uma entrevista semiestruturada, tencionando conhecer os atendimentos realizados e as práticas educativas abordadas. O tipo de pesquisa foi o estudo de caso, com técnicas de observação semiestruturada. Os teóricos abordados foram Gil (2008), Brandão (2007), Gohn (1999), Scott (1995), Saffioti (1992), Louro (2003), Buchele, Clímaco e lima (2008), Freire (1969). As conclusões do estudo foram as ações educativas do CRAM, tais como: atendimento educacional individual com as assistidas; atendimento grupal com roda de conversa, utilizando palavras geradoras sobre o universo feminino, o projeto cinema para a comunidade, com exibição de curtas e filmes sobre direitos das mulheres, violência, relacionamentos abusivos e machismo, entre outras, que auxiliam na reflexão das mulheres para a percepção do ciclo da violência, além disso o atendimento dos/com os filhos proporciona desconstrução da naturalização da violência.

Por fim, nesse bloco, destaca-se, ainda, a produção de Santos (2015), intitulada *Curto-Circuito, Falta de Linha ou na Linha? Redes de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres em São Paulo*, apresentada a Universidade de São Francisco na Califórnia, disponível na Revista de Estudos Feministas, Florianópolis-SC, com base em uma pesquisa de campo realizada em São Paulo entre 2012 e 2014. Tem como objetivo examinar as abordagens das/os agentes do Estado sobre violência doméstica e os fatores que condicionam a aplicação da Lei Maria da Penha no que se refere às diretivas para a constituição e expansão de serviços criminais e não criminais a serem integrados em uma Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres. O Objeto de estudo são as abordagens das/os agentes do Estado por meio da rede de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo. O funcionamento dos serviços em conformidade com a LMP. A abordagem do estudo quantitativo se baseia no tipo de pesquisa de campo que se constituíram em entrevistas semiestruturadas, visitas, observações e aplicação de questionário. O método de estudo análise de conteúdo, no foco de estudos feministas. Os

autores que sustentaram essa pesquisa foram Santos (2004, 2005), Gregori (2006), Pasinato (2006), Barsted (2006). As conclusões apontam para a capacidade de mobilização e para a criatividade dos grupos de mulheres que lutam, em diversos espaços sociais e institucionais, pelo reconhecimento da garantia dos direitos das mulheres, tanto numa perspectiva feminista, como a partir de abordagem de gênero ou da interseccionalidade, raça, classe social, orientação sexual, entre outros eixos de diferenciação e desigualdade de poder.

Na conclusão deste bloco, Violência contra mulher e educação percebemos que dentre as seis pesquisas analisadas na área de educação, apenas duas têm maior proximidade com o tema que será abordado nesta dissertação, dado que as pesquisas de Silva (2017) e Santos (2015), respectivamente, agenciam suas análises na rede de enfrentamento à violência contra a mulher. A primeira, com ênfase na investigação das ações educativas desenvolvidas no Centro de Referências de Assistência à Mulher (CRAM), que é uma das instituições que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Já a Segunda tem como foco examinar as abordagens dos agentes do Estado na Rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Dessa forma, afasta-se das demais no que concerne aos objetos de estudo e unidades de análises. Por isso, enfim, pretendemos contribuir com o pensamento sobre como a temática de gênero atravessa as ações da rede de proteção, a partir desta pesquisa acadêmica.

O próximo bloco temático baseia-se no descritor "violência de gênero e educação" e visa apresentar e discutir as obras pertinentes à temática. Para tanto, o Quadro 6, seguinte, apresenta as principais obras.

Quadro 6 - Pesquisas sobre a Violência de Gênero e Educação 2010-2019

Descritor: VIOLÊNCIA DE GÊNERO E EDUCAÇÃO		
AUTORIA - ANO - IES - PROGRAMA	**TÍTULO DA PESQUISA**	**OBJETIVO GERAL**
Dissertação / CORDEIRO, Ernesto Dos Santos / 2017 Universidade da Região de Joinville/.	Educação e Gênero: Entre os Muros, os Quintais E A Rua - Debates E Embates Dentro E Fora Do Território Escolar.	Analisar as percepções e representações de gênero presentes dentro e fora do território escolar.
Dissertação / MIRANDA, Ariane Camila Tagliacolo/. 2013 Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Maringá.	Relações De Gênero Na Escola E Violência Contra As Mulheres: A Construção Social E Cultural Do Masculino E Feminino E Sua Reprodução Na Educação.	Investigar as percepções dos/as professores/as sobre as relações de gênero no espaço educativo e o cenário da violência de gênero contra as mulheres no espaço social, que chegam à delegacia da mulher.

Artigo / ASSIS, Cleber Lizardo de; SANTANA, Lucineide Costa; SANTOS, Nádia Valéria Moreira; OLIVEIRA, Simone Muniz / 2014 / Extensio: Revista Eletrônica de Extensão, Florianópolis, Santa Catarina.	Intervenção psicossocial de prevenção à violência de gênero junto a adolescentes de Cacoal-RO.	Discutir através de uma experiência de intervenção psicossocial no município de Cacoal-RO, a importância de ações educativas de caráter preventivo no enfrentamento à violência de gênero em adolescentes.
Artigo / BANDEIRA, Lourdes Maria / 2014 / Revista sociedade e Estado - volume 29, número 2.	Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação.	Tratar da violência contra a mulher, ao mesmo tempo em que enfoca a condição de gênero como categoria de análise central.
Artigo / BONFIM, Thaís Resende Araújo Borges / 2015 / Universidade de Uberaba.	Violência de gênero no ciclo básico escolar: um problema presente, com consequências constantes.	Discutir a questão da violência de gênero na Educação Básica.
Artigo / MACIEL, Patrícia Daniela; RIBEIRO, Gabriela Chicuta; RODRIGUES, David / 2018 / Revista Mundi sociais e Humanidades, Curitiba-PR, v.3, nº2, 33, jan-jun.	Impactos da violência de gênero na educação dos jovens: um diálogo com os docentes	Apresentar uma análise das narrativas de sete professores do ensino médio que atuam na rede pública de ensino onde o estudo foi realizado, enfatizando como a violência de gênero tem ocupado as escolas e como eles subvertem as práticas sexistas e discriminatórias

Fonte: Produzido pela pesquisadora (2020).

No bloco da violência de Gênero e Educação foram encontrados seis trabalhos, sendo duas dissertações e quatro artigos. Nessa perspectiva, tratamos, inicialmente da dissertação de Ernesto Cordeiro (2017), intitulada *Educação e Gênero, entre os Muros, os Quintais e a Rua - Debates e Embates dentro e fora do Território Escolar*, apresentada ao Programa de pós-graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville. Possui como objetivo geral analisar as percepções e representações de Gênero presentes no território escolar, utilizando como recorte de pesquisa uma escola de ensino Fundamental do município de São Francisco do Sul. Para compor o trabalho, Cordeiro estudou as percepções e representações de gênero presentes dentro e fora da escola, através das seguintes unidades de análise: oito membros da comunidade escolar (mães, professores (as), alunos (as) e ex-alunas). Elegeu-se uma abordagem qualitativa de estudo, do tipo dialético, analisando os dados através da história oral, com base no Materialismo Histórico Dialético. As dimensões teóricas abordadas foram: Bourdieu (1989, 2003, 2009, 2015), Beauvoir (1970), Saffioti (2013, 2015), Streck (2005), Freire (2015), Duarte (2009), Frigotto (1988), Trompson (1992), Scott (1995). Por fim, as recomendações seguem em direção de que o corpo docente e discente da escola possa construir

novos olhares, dadas as mudanças substanciais possíveis a partir das interfaces com a formação humana ética, profissional e vida comunitária.

Outro trabalho que merece ser pontuado é a pesquisa de Ariane Miranda (2013), em sua dissertação intitulada *Relações de Gênero na Escola e Violência contra as mulheres, a construção social e cultural do masculino e feminino e sua reprodução na educação*. A pesquisa foi apresentada ao Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Maringá, tem como foco investigar as percepções dos/as professoras/es sobre as relações de gênero no espaço educativo e o cenário da violência de gênero contra as mulheres no espaço social, que chegam à delegacia da mulher. A unidade de análise da pesquisa constitui-se de doze professores(as) e uma delegada. A abordagem do estudo é qualitativa, através de uma pesquisa exploratória com aplicação de questionários e entrevista semiestruturada e específica destinada aos professores(as) do 5º ano e à delegada da delegacia da mulher, através do método análise de conteúdo. A fim de fundamentar os discursos acerca da violência de gênero contra as mulheres no espaço educativo, utilizou-se dos seguintes pensamentos: Foucault (1998, 1975, 1984, 1996) e, numa perspectiva feminista, comungou das ideias de Louro (1997), Meyer (2002, 2004, 2008), Saffioti (2004), Scott (1989), Costa e Bruschini (1992), Buther (2000). Por fim, Miranda pretende, com o observatório desenvolvido no espaço da Universidade Estadual de Maringá, criar um espaço de denúncias e encaminhamentos locais de pesquisa temática.

Para corroborar a discussão desse bloco temático salientamos as contribuições do artigo produzido por Assis, Santana e Oliveira (2014), intitulado *Intervenção psicossocial de prevenção à violência de gênero junto a adolescentes de Cacoal-RO*, publicado pela Revista Eletrônica de Extensão, em Florianópolis, Santa Catarina, o qual tem como objetivos apresentar e discutir, através de uma experiência de intervenção psicossocial no município de Cacoal-RO, a importância de ações educativas de caráter preventivo no enfrentamento à violência de gênero com adolescentes. O Objeto de Estudo são ações educativas de caráter preventivo no enfrentamento à violência de gênero contra adolescentes, através de uma abordagem de estudo qualitativo, no método de análise dialógica, numa perspectiva cognitiva, através das oficinas dinâmicas e vivências com 1410 adolescentes, a partir de 14 anos, sendo 1.200 adolescentes em evento realizado junto ao Ministério Público, 90 adolescentes de escolas particulares e 30 estudantes de psicologia. Este trabalho abordou somente a teoria de Erik Erikson (fases psicossociais) e Antonio Ciampa (transformação/metamorfose); Paiva, R. S. e Silva, T. V (2008 apud KAPLAN; SADOCK; GREEB, 1997), para tratar das confusões de identidade; Rabelo e Passos (2009) e Luft (2005), para tratar sobre violência; além de Arantes, Sastre e Gonzalez (2010 *apud* LIMA; BUCHELE; CLINACO, 2008) e Scott (*apud* ARAÚJO,

1999). Conclui-se que a partir dos momentos reflexivos e de processamentos finais das intervenções junto ao público ocorreu uma ampliação da noção de violência de Gênero, seus tipos principais, seu funcionamento ciclo no casal, os fatores geradores e as formas de enfrentamento, permitindo aos adolescentes pensarem suas relações amorosas diante dos modelos sociais. Este trabalho defende ainda a importância de ações e projetos de extensão, articulando o ensino à pesquisa, junto a esse público.

Ainda no bojo nessa discussão sobre violência de gênero e educação, é preciso destacar o trabalho de Bandeira (2014), intitulado *Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação*, apresentado ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Esse artigo tem como objetivo tratar da violência contra a mulher, ao mesmo tempo em que enfoca a condição de gênero como categoria de análise central para compreensão da dinâmica desse fenômeno. O objeto de estudo é a violência de gênero, com enfoque na distribuição e no exercício de poder, tendo como autor central o Estado, através da omissão de registros da violência na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam), assim como outras formas de violência e criminalidade. Constitui-se de um campo teórico-metodológico fundado a partir das reivindicações feministas, composto pelo método de análise linguístico-narrativa. Possui abordagem qualitativa, através do mapeamento das violências na Deam.

A dimensão teórica desenvolve-se a partir dos estudos evidenciados por Pinheiro (1989), Zaluar (1994) e Soares (1996), para tratar sobre a violência institucional; Suarez e Bandeira (2002), para versar sobre outras formas de violência e criminalidade; Almeida (2007) para discutir as distintas denominações das violências contra a mulher, além de Gregori (2006). Para tratar sobre as implicações em termos de gênero desses tipos de violências, baseia-se em Machado (2010), além disso aciona Bandeira (2005), com seu trabalho de reflexão e crítica às Deam's pela invisibilidade social das violências. No campo do gênero, o aporte teórico é o trabalho de Scott (1988), pois a autora aponta o conceito de gênero como uma maneira primordial de significar relações de poder. No tocante às relações interpessoais de convivências nos âmbitos privados e familiares, como locais propícios à violência de gênero, adota as contribuições de Segato (2003).

Versando ainda sobre os aportes teóricos deste bloco temático, interessa-nos apontar o artigo de Bonfim (2015), com o título: *Violência de gênero no ciclo básico escolar: um problema presente, com consequências constantes*, apresentado à Universidade de Uberaba e no III Seminário Institucional PIBID/Uniube, o qual objetiva discutir a questão da violência de gênero na Educação Básica. Quanto ao objeto de estudo, concentra-se na violência de gênero presente na educação básica. O estudo é realizado através do mapeamento do estado do

conhecimento no Portal de Periódico da CAPES. No campo dos estudos feministas, a abordagem do estudo é qualitativa e optou-se pela revisão bibliográfica, através do método da análise de conteúdo. Entre os teóricos que sustentam o trabalho, encontram-se: Martins (2005), Vinha (2000) e Lopes Neto, para tratar as questões pertinentes ao tema *bullying* na escola; Silva, Amazonas e Vieira (2010), para abordar a divisão de gênero na educação desde a Revolução Francesa; Alós (2011), ao pontuar as relações de gênero na escola; Nápoli (2001), no tocante à questão da violência como algo natural no ser humano; há ainda os estudos de Ristum e Bastos (2014), no que se refere às agressões como tipos diferentes de consequências – física, social, psicológica. Na conclusão, a pesquisadora elucida que a violência entre pares na escola não pode ser vista como algo normal, corriqueiro; deve-se reconhecer o *bullying* como um problema que diz respeito à escola, aos pais e à sociedade, visando evitar episódios de violência na escola, pois as consequências (complexos antissociais e a depressão) tornam-se problemas de todos.

Por fim, o artigo de Maciel, Ribeiro e Rodrigues (2018), intitulado *Impactos da violência de gênero na educação dos jovens: um diálogo com os docentes*, é um trabalho resultante de um projeto de pesquisa que elucida Abjeções e Subversões na educação. Publicado pela Revista Mundi Sociais e humanidades, Curitiba/PR, tem como objetivo apresentar uma análise das narrativas de sete professores do ensino médio que atuam na rede pública de ensino onde o estudo foi realizado, enfatizando como a violência de gênero tem ocupado as escolas e como eles subvertem as práticas sexistas e discriminatórias. O objeto de estudo são as narrativas dos sete professores do ensino médio. A abordagem do estudo é qualitativa, através de conversas individuais e em grupo com profissionais de educação. Tem-se como base os estudos feministas de gênero e da Teoria Queer. Quanto aos teóricos, foram abordados os trabalhos de Junqueira (2009), Saffioti (1994), Louro (2008), Caetano (2005), Judith Butler (2010), Nicholson (2000), como relatório da violência contra a mulher e as práticas homofóbicas. Por fim, concluiu-se e registra-se que na educação dos jovens há uma continuidade da violência de gênero, da hegemonia masculina e a subordinação feminina, além de invisibilidade da violência nas redes familiares, escolares e sociais.

Na conclusão deste bloco, Violência de gênero e educação, das seis pesquisas relacionadas nenhuma se refere à rede de enfrentamento contra a violência de gênero. Apenas a Dissertação de Cordeiro (2017), que tem como objetivo geral analisar as percepções e representações de gênero presentes dentro e fora do território escolar, utiliza como recorte de pesquisa uma escola de ensino fundamental no município de São Francisco do Sul, mas não a rede de enfrentamento, conforme tencionamos tratar.

Diante do que foi exposto, analisa-se, enfim, que as demais pesquisas tratam de investigar a percepção das/dos professores/as sobre as relações de gênero; ações educativas de caráter preventivo no enfrentamento da violência de gênero contra adolescentes; enfoque sobre as condições de gênero como categoria de análise central; violência de gênero na educação básica e, por fim, como a violência de gênero tem ocupado as escolas e como subvertem as práticas sexistas e discriminatórias, afastando-se, suavemente, do que buscamos dissertar.

Para concluir esta seção, na sequência, apresentamos as discussões referentes ao descritor *Violência doméstica e educação* com as obras dispostas no Quadro 7, seguinte.

Quadro 7 - Pesquisas sobre a Violência Doméstica e Educação 2010-2019

Descritor: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E EDUCAÇÃO		
AUTORIA - ANO - IES - PROGRAMA	**TÍTULO DA PESQUISA**	**OBJETIVO GERAL**
Dissertação / ANDO, Daniela de Araújo / Mestrado em Educação / 2011. 95f. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.	Currículo escolar: possibilidade de apoio ao enfrentamento da violência doméstica (estudo de uma prática em São José dos Campos/SP).	Investigar ações educativas, desenvolvidas no espaço de uma escola do Ensino Fundamental I, em São José dos Campos/SP, que possam oferecer subsídios para a construção de um currículo escolar com possibilidades de enfrentamento da violência doméstica.
Dissertação / SANTOS, Samai Serique dos / 2012 / Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém / Programa de Pós-Graduação em Educação.	Entre Aracne e Atena: professoras em situação de violência doméstica.	Analisar as articulações entre a condição de violentada e o status profissional de professora presentes nos inquéritos policiais, articulado com a investigação das confluências entre as discussões sobre as relações de gênero, a violência doméstica e os direitos humanos das mulheres e a compreensão das formas de atravessamento entre os marcadores sociais das professoras em situação de violência doméstica.
Dissertação / LEITE, Dayane Cabral / 2013 / Programa de Pós-graduação em Educação (Campus de Corumbá)	Palmada: educação ou violência doméstica?	Analisar os sentidos construídos pelos pais acerca dos métodos educativos e sua relação com a violência doméstica.
Tese / MEDEIROS, Katia Batista de / 2018. Doutorado Em Educação Instituição De Ensino: Universidade São Francisco, Itatiba Biblioteca Depositária: Santa Clara.	Resistências de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e a escola na Rede de Proteção.	Levantar as construções discursivas de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica implicadas nesse fenômeno, além de ressaltar o papel da escola do século XXI frente à essa situação.
Dissertação / SOARES, Eunice Coelho / 2013, Mestrado Em Educação Instituição De Ensino:	Violência Doméstica Contra Crianças: Com A Palavra, As Professoras	Apresentar a questão da violência doméstica contra crianças vista pela ótica de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental e analisá-la em seu contexto atual.

Universidade Metodista De Piracicaba.	Das Séries Iniciais Do Ensino Fundamental.	
Dissertação / PRETO, Renata Beatriz / 2011. Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: Universidade Do Planalto Catarinense.	Violência doméstica contra crianças: Interfaces com o ensino e aprendizagem escolar.	Compreender criticamente como as violências domésticas afetam o processo de ensino e aprendizagem de crianças que estudam nos CEIM´s - Centro de Educação Infantil Municipal a partir das narrativas de oito professoras das séries iniciais.
Artigo / NOTHAFT, Raíssa Jeanine; BEIRAS, Adriano / 2019 / Revista Estudos Feministas. [online]. Florianópolis, 27(3): e 56070.	O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?	Analisar a produção acadêmica nacional sobre o tema a partir da literatura especializada e relatórios nacionais.
Artigo / BRINO, Rachel Faria; SOUZA, Mayra Aparecida de Oliveira / 2016 / Revista Educação e Realidade.	Concepções sobre violência intrafamiliar na área educacional.	Investigar as concepções sobre violência intrafamiliar entre profissionais e estudantes da área educacional.

Fonte: Produzido pela pesquisadora (2020).

No bloco violência doméstica e educação foram encontrados oito trabalhos, sendo cinco dissertações, uma tese e dois artigos. Nesse sentido, a pesquisa de Ando (2011), intitulada *Currículo Escolar: possibilidade de apoio ao enfrentamento da violência doméstica*, apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tem como objetivo investigar ações educativas desenvolvidas no espaço de uma escola do Ensino fundamental I, em São José dos Campos-SP. Para composição do objeto de estudo, foram selecionados 13 educadores, o Conselho Tutelar e a Delegacia, numa abordagem de estudo qualitativa, através dos seguintes instrumentos: pesquisa bibliográfica, diário de campo, entrevista e a observação participante, através do método da análise documental, na perspectiva do Materialismo Histórico Dialético. As principais dimensões teóricas abordadas foram: Giroux (1997), Freire (1970), Baudelot e Establet (1971), Basil Bernstein, Chauí (1999), Apple (1971), Sacristán (1998). As considerações da pesquisa sugerem construir um currículo com possibilidade de preocupações reais entre educandos, educadores e comunidade no enfrentamento da violência contra a criança, mas é um caminho a ser construído pela instituição escolar.

Dentro desse debate, é de extrema importância pontuar a dissertação de Santos (2012), intitulada *Entre Aracne e Atena: professoras em situação de violência doméstica*, apresentada ao Programa de Educação do Instituto de Ciências da Educação de Belém da Universidade Federal do Pará. Seu objetivo é analisar as articulações entre a condição de violentada e o *status* profissional de professora presentes nos inquéritos policiais, articulado com a investigação das

confluências entre as discussões sobre as relações de gênero, a violência doméstica e os direitos humanos das mulheres e a compreensão das formas de atravessamento entre os marcadores sociais das professoras em situação de violência doméstica. Cunhada sob a perspectiva feminista, traz como objeto de estudo os registros em inquéritos policiais da Deam, numa abordagem qualitativa, através da pesquisa documental, por meio método da análise de conteúdo. A dimensão teórica apresentada trata da violência contra a mulher por Azevedo (1985), Blay (2008), Corrêa (2008), Debert (2010), Teles e Melo (2003), Machado (2010), Gregori (1993), Grossi (2006), Fonseca (2004), Saffioti (2004). Para Tratar acerca dos Direitos humanos das mulheres baseia-se em Bobbio (2004), Piovesan (2005), Comparato (2003), Corrêa (2001), Moraes e Sorj (2009). A pesquisa propõe às professoras, vítimas, que não fiquem aprisionadas às suas histórias de violência, que pela atitude do enfrentamento público possam desconstruir relações desiguais de gênero na vida pessoal e profissional. Por fim, sinaliza novas abordagens para estudos posteriores.

No que concerne à dissertação de Leite (2013), sob o título *Palmada: educação ou violência doméstica?*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, evidencia como objetivo analisar os sentidos construídos pelos pais acerca dos métodos educativos e sua relação com a violência doméstica. Como objeto de estudo utiliza as obras da literatura nacional e internacional e bilhetes entregues na escola pelos pais, visando correlacionar com o Núcleo de Significação da Teoria Sócio-Histórica de Vygotski. A abordagem do estudo é qualitativa por meio da entrevista compreensiva, do tipo de estudo dialético. A base teórica é postulada na teoria sócio-histórica de Vigotski, criada a partir do Materialismo Histórico Dialético. Os teóricos apresentados foram: Guerra (2001) e Saviani (2008), para tratar acerca da educação; Belonni (2007), para abordar a socialização; Abreu (2006), para versar sobre lutas e conquistas; Aries (2006), para refletir sobre a escola; Trindade (1998), para discutir acerca da História Social dos Direitos Humanos. As indicações da pesquisa seguem no sentido de que os pais depositam na escola a responsabilidade de ascender socialmente seus filhos, porém frequentar a escola, apenas, não resolve os problemas sociais.

Nesse ínterim, cabe mencionar a dissertação de Preto (2011), nomeada *Violência Doméstica contra Crianças: interfaces com o ensino aprendizagem escolar*, apresentada ao Mestrado de Educação da Universidade do Planalto Catarinense, a qual tem como objetivo compreender criticamente como as violências domésticas afetam o processo de ensino e aprendizagem de crianças que estudam nos CEIM'S - Centro de Educação Infantil Municipal de Lages. O objeto de estudo são as narrativas de oito professoras das séries iniciais. Apresenta

uma abordagem de estudo qualitativo com roteiro de entrevista semiestruturada e perguntas abertas, sob o método análise de conteúdo. A base teórica do estudo pautou-se na teoria sócio-histórica e cultural a partir do pensamento de Vygotski (2000, 2001), Rego (1995), Oliveira (1997), Becker (2001), Postman (1999), Baquero (1998), Núnez (2009), Harry (2003). Na perspectiva da violência, abordam-se as contribuições de Leal (2001, 2003), Azevedo, Nogueira e Guerra (1995), Michaud (1989), Rocha (2006). Na área da psicologia, Luria (1979, 1991, 1994), Witter (2004), Leontiev (2001), Meira (2007), Facci (2007). Para tratar sobre família, o estudo assenta-se no pensamento de Áries (1981) e Osório (2001). Para analisar os aspectos metodológicos, são abordados Gil (1999), André e Ludke (1986) e Bardin (1997). As recomendações procuram promover Semanas Acadêmicas que possam debater temáticas relacionadas ao incentivo de suscitar a participação de alunos em pesquisas em nível de Monografia e nos programas de Pós-graduação. Sugere que é imprescindível excluir a violência intrafamiliar da esfera particular, pois isso remete à dimensão ética do exercício profissional.

Dada a relevância de se compreender esse contexto, destacamos também a dissertação de Soares (2013), com o título *Violência Doméstica Contra Crianças: com a palavra, as professoras das séries iniciais do ensino fundamental*, apresentada à Universidade Metodista de Piracicaba, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação. Este estudo tem como objetivo estudar o fenômeno da violência doméstica contra crianças vista pela ótica de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental e analisá-la em seu contexto atual. Os sujeitos do estudo foram nove professores das séries iniciais do ensino fundamental e os conselheiros tutelares. A abordagem de estudo é qualitativa, através de uma pesquisa de campo com entrevistas audiogravadas. Foram realizadas 51 transcrições, sob o método de estudo de análise das conversas. A epistemologia não ficou clara, todavia, utilizou-se de conceitos histórico-culturais. O aporte teórico adotado foi Minayo e Souza (1997-1998), Chauí (1980), para tratar sobre violências; Martins (2010), kohan (2003), Pino (2004), Ariés (2011), Trindade (2009), Azevedo, Guerra, (2005), Dourado (2009). Nas conclusões, a autora ressalta que esse é um problema complexo que demanda estudos em vários campos do saber.

Sobre a temática deste bloco, Medeiros (2018), em sua Tese de Doutorado intitulada *Resistências de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e a escola na rede de proteção*, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade São Francisco, Itatiba, elenca como objetivo levantar as construções discursivas de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica implicadas nesse fenômeno, além de ressaltar o papel da escola do século XXI frente à essa situação. Pretendeu-se, ainda, o rompimento do círculo de violência que pode se materializar linguisticamente nos discursos. O Objeto de

Estudo são as construções discursivas de três crianças e adolescente da rede pública de ensino. Relatos verbais de crianças e de algumas páginas de um diário de uma adolescente inserida em um programa de proteção às vítimas de violência doméstica, na cidade de São José dos Campos-SP. A abordagem metodológica foi qualitativa, a partir da pesquisa de campo, método de estudo e análise do discurso de linha francesa, na convergência da Teoria Winnicottiana acerca do desenvolvimento do sujeito em situação de privação. O aporte teórico estudado foi o de Winnicott (1975, 1984, 1990, 1995, 1999, 2005a, 2005b, 2006, 2017), Aberastury e Knobel (1980) e Dolto (2005). Para tratar do lugar da infância, da família e da escola, Aries (2014), Dolto (2005), Del Priore (2015), Faleiros e Faleiros (2008), Sayão (2006) e, para tratar acerca da violência, o pensamento evidenciado por Azambuja (2011), Sayão (2006), Coelho et al. (2014), Azevedo e Guerra (2001) e Sanderson (2008). Por fim, no que concerne às recomendações finais, sinaliza que podemos até não conseguir livrar todas as crianças e adolescentes do fenômeno da violência, nem impedir que tantos outros sejam machucados, mas as discussões acadêmicas podem ser o primeiro passo, em especial quando se trata de educação (KRISTOF, 2011), pois há uma dificuldade de se educar crianças pobres pelo mundo. Chama a atenção para que meninos e meninas usem o tempo todo estratégias de resistências e sobrevivências.

Com efeito, é notório pontuar o artigo de Nothaft e Beiras (2019), intitulado *O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?*, publicado na Revista Estudos Feministas. O estudo tem como objetivo analisar a produção acadêmica nacional sobre o tema a partir da literatura especializada e relatórios nacionais. O objeto de estudo é a produção acadêmica e relatos nacionais. A abordagem do estudo é qualitativa, mediante o método análise do conteúdo, através da ferramenta informacional Nvivo, que permite potencializar, codificar, indexar e organizar os dados e materiais. Pautado na base de estudos feministas, evidencia os seguintes autores: Grossi, Minella, Losso, Campos, Pasinato (2015), Soares e Gonçalves (2017), Acosta, Andrade Filho, Bronz (2004), Tonelli, Buchelle e Lima (2007), Bardin (1977), Moreno (2017), Aguiar (2009), Silva (2016), Oliveira (2012). Os autores ressaltam que deve haver formação continuada para facilitadores e avaliação, questões que envolvem os autores de violência e sua família.

Concluímos esse bloco com o artigo de Brino e Souza (2016), ou seja, *Concepções sobre violência intrafamiliar na área educacional*, publicado na Revista Educação e Realidade, na base de dados da Scielo. Seu objetivo é investigar as concepções sobre violência intrafamiliar entre profissionais e estudantes da área educacional. O objeto de estudo são as crenças sobre violência doméstica, a partir das concepções de 58 participantes, entre eles (35) profissionais

da educação e (23) estudantes universitários. Utilizou-se a abordagem qualitativa e quantitativa, a partir de questionários semiestruturados, sob o método análise do conteúdo. As dimensões teóricas utilizadas foram: Koller (2000), Faleiros, Matias e Bazon (2009), Brino e Williams (2003), Nunes, Satri e Ohara (2008), Araújo *et al*. (2010), Bardin (2009), Guisto (2011), Nunes (2012), Ferrari (2013), De Antoni (2012). Nas considerações finais, apontam para a existência da necessidade de investimento contínuo na capacitação dos profissionais que promova não só conhecimento teórico e prático mais frequente, mas colabore para a reformulação das crenças cristalizadas pelo tempo ou fortalecidas pelo meio social que possam aproximar profissionais, comunidade, poder público, para juntos criarem uma rede de proteção eficaz. Assim sendo, os resultados possibilitam reflexões críticas acerca do papel dos profissionais da área de educação no combate à violência intrafamiliar e os desafios na atuação profissional preventiva.

Contudo, neste último bloco: violência doméstica e educação, dos oito trabalhos relacionados, nenhum se aproximada da ideia de cartografar a rede e compreender as diversas faces que existem entre a rede de enfrentamento e as escolas públicas. Nessa ótica, enfim, o objeto de estudo que se pretende enfrentar não se vê nos trabalhos por ora evidenciados, dado que têm como enfoque investigar violências contra crianças e adolescentes, assim como ações educativas que possam oferecer subsídio ao currículo com possibilidade de enfrentamento à violência doméstica; compreensão dos atravessamentos entre os marcadores sociais das/os professoras/es em situação de violência doméstica; métodos educativos, sentidos dados pelos pais e sua relação com a violência doméstica; concepções acerca da violência intrafamiliar entre profissionais e estudantes da área educacional.

Sendo assim, esta revisão sistemática é de extrema relevância para a construção do referencial teórico da pesquisa, ao oportunizar a compreensão dos pontos de aproximação dos trabalhos analisados com o objeto de estudo que pretendemos investigar, como também vislumbrar diferentes metodologias e epistemologias, propiciando uma melhor compreensão sobre o desenvolvimento de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento.

Descobrir como se constituem as múltiplas faces entre as políticas intersetoriais de enfrentamento à Violência contra Mulher e Escolas Públicas, de maneira a refletir e compreender como as políticas intersetoriais de enfrentamento e a comunidade escolar podem fomentar ações conjuntas, preventivas e de empoderamento dos direitos das mulheres, se constitui uma proposta necessária por ser um assunto de interesse não apenas das políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e da escola, mas de toda a sociedade.

Em suma, na conclusão do primeiro bloco, "*Violência contra mulher e educação*" percebemos que dentre as seis pesquisas analisadas na área de educação, apenas duas têm maior

proximidade com o tema abordado nesta dissertação, dado que as pesquisas de Silva (2017) e Santos (2015), respectivamente, corroboram, uma vez que estas autoras agenciam suas análises na rede de enfrentamento à violência contra a mulher. A primeira, com ênfase na investigação das ações educativas desenvolvidas no CRAM, que é uma das instituições que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Já a segunda tem como foco examinar as abordagens dos agentes do Estado na Rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Dessa forma, afastam-se das demais no que concerne aos objetos de estudo e unidades de análises. Por isso, enfim, pretende-se contribuir para se pensar como a temática de gênero atravessa as ações da rede de proteção, a partir dessa pesquisa acadêmica.

Na conclusão do segundo bloco, "*Violência de gênero e educação*", das seis pesquisas relacionadas nenhuma se refere à rede de enfrentamento à violência de gênero. Apenas a Dissertação de Cordeiro (2017), que tem como objetivo geral analisar as percepções e representações de gênero presentes dentro e fora do território escolar, todavia, utiliza como recorte de pesquisa uma escola de ensino fundamental no município de São Francisco do Sul, mas não a rede de enfrentamento, conforme tencionamos tratar.

Na conclusão do terceiro bloco, "*violência doméstica e educação*", dos oito trabalhos relacionados, nenhum se aproxima da ideia de cartografar a rede e compreender as diversas faces que existem entre a rede de enfrentamento à violência e as escolas públicas. Nessa ótica, enfim, o objeto de estudo que se pretende enfrentar aproxima-se dos trabalhos ora evidenciados, dado que têm como enfoque investigar violências contra crianças e adolescentes, concluindo-se acerca da relevância no combate a atitudes machistas como possibilidade de enfrentamento. Resume-se que os profissionais da educação precisam produzir conhecimentos sobre a temática partindo da realidade do contexto escolar, sendo imprescindíveis cursos contínuos para a atualização profissional. Nesse escopo, bater e educar se misturam, estabelecendo relação direta e os pais não se enxergam no círculo da violência doméstica. Quem deveria proteger, permite machucar. Portanto, considera-se que há uma fragilidade na estruturação de políticas de enfrentamento da violência.

2.2 Os ateliês de pesquisa e de encontro

No intuito de compreender as interfaces entre as políticas intersetoriais[11] de enfrentamento à violência contra a mulher e as escolas públicas do município de Biritinga-Ba,

[11] "A intersetorialidade pressupõe articulação de setores da política pública e pode ser um instrumento efetivo para o enfrentamento das expressões da questão social, que, para além de ser um princípio, precisa se concretizar em

a partir das construções discursivas de agentes de políticas públicas, realizamos ateliês, momentos de encontros e interações, de forma virtual, na Plataforma Microsoft Teams, inspiradas nos dispositivos *Ateliê de Pesquisa* (MEDEIROS; SILVA, 2017*)* e *Ateliê de Encontro* (JUSTO, 2020).

Medeiros e Silva (2017), ao descreverem uma experiência de aproximação com o campo de pesquisa, tendo em vista o ensino de História e Cultura Afro-brasileira relacionada com as práticas pedagógicas e a formação docente na Educação Básica, utilizaram como dispositivo para sua pesquisa o ateliê de pesquisa. Para as autoras, o dispositivo é condizente com investigações que necessitam de uma intervenção formativa, com vistas a uma escuta sensível e atenta dos sujeitos, "[...] num movimento de ação-reflexão-ação, permitindo um construir de saberes e conhecimentos a partir dos significados apreendidos, além dos sentidos produzidos pela interação e troca de experiências entre pesquisadora e colaboradores da pesquisa" (MEDEIROS; SILVA, 2017, p. 17).

O ateliê de Encontro, por sua vez, trata-se de uma ação idealizada pela professora Karen Justo a partir de pesquisa voltada para as experiências registradas por ela, em ambientes de ensino e compartilhadas em sua página de Facebook. Diante do impacto gerado pelas postagens, foi necessária a criação de uma página específica para que pudesse concentrar esse trabalho, sem misturá-lo com seu perfil pessoal. Assim foi criada a página Ateliê de Encontros[12], na qual podemos obter maiores detalhes. Vale lembrar que o ateliê de encontro permite reunir e aproximar profissionais para que possam discutir temas de interesse comum, favorecendo a partilha de conhecimentos e contribuindo com a formação dos participantes.

No ateliê, o pesquisador segue o movimento do coletivo. Os participantes entrelaçam, tecem a trama juntos, visando a que o tecido final demonstre os diversos significados das tramas na vida. Assim, nos diálogos colaborativos surgem reflexões, relatos de experiências importantes para fomentar as informações da pesquisa. Ao discutirmos, nesta pesquisa, sobre as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher, como também da escola pública, pretendemos potencializar uma reflexão-ação sobre o lugar de respeito às mulheres vítimas de violências, enquanto corpos ameaçados de dores, corpos que transitam entre as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e a rede pública de ensino do município.

Assim, buscamos fomentar políticas de enfrentamento à violência contra a mulher através da construção de uma ambiência dialógica entre a Rede – entendida como um conjunto

ferramentas de gestão e de ações" (MARTINELLI; WANDERLEY; PAZ, 2010).

[12] Disponível em: https://www.ateliedeencontros.com/

de políticas intersetoriais – e as pessoas que habitam a escola. O plano de intervenção que nos move tem como proposta uma ação de cunho formativo, visto tratar de dois espaços públicos de educação, como ambientes de diálogos que visam criar relações muito mais aproximativas, a partir da inter-relações e intersubjetividades entre agentes da rede e da escola. Vislumbramos entender as atitudes e medidas de acolhimento tanto nas políticas intersetoriais quanto na escola.

Por meio de nossos Ateliês de encontro tencionamos dialogar com informações das interações entre a rede de enfrentamento à violência contra mulher e a escola pública. A intenção é potencializar conhecimentos na perspectiva de gênero e intensificar relações, dada a invisibilidade das discussões da igualdade de gêneros nesses espaços de educação, assim como da Lei Maria da Penha (11.340/2006 e a Lei 13.104/ 2015).

Nesse caminhar, vale mencionar, ainda, que o percurso de desenvolvimento dos ateliês foi traçado a partir de uma pesquisa exploratória, de perspectiva decolonial, com inspiração no método cartográfico, na intenção de mapear a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, numa abordagem de análise qualitativa de conteúdo. No tocante ao método cartográfico, Barros e Kastrup (2004) asseguram-nos que a cartografia consiste no acompanhamento de processos e não na representação de objetos, tendo como objetivo desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão encontra-se conectado, dando conta de suas modulações em seu movimento permanente.

Refletir em uma perspectiva decolonial implica "deseuropeizar" nossas concepções de cultura, as concepções que temos sobre nós mesmas(os) no sentido de conhecer nossas raízes, nosso passado, presente e perspectivas de futuro, buscando valorizar os indivíduos, porque "Quando se analisa a estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias, verifica-se que o racismo desempenhará um papel fundamental na internalização da 'superioridade' do colonizador pelos colonizados" (GONZALES, 1988, p. 72).

Diante da conjuntura atual, marcada pela ameaça da Covid-19, e das transformações causadas vivenciadas por todos e, principalmente, pelas mulheres, o Ateliê de Encontro foi realizado de forma online, em respeito aos protocolos estabelecidos, a fim de dar continuidade ao trabalho pedagógico, além do andamento de pesquisas, sem, contudo, expor as pessoas a riscos. Portanto, com intenções formativas, realizamos o Ateliê de Encontro aproximando as técnicas tecidas através das artes da artista Kimsooja[13], forjando as experiências, vivências e práticas docentes dos agentes da rede e da escola.

[13] Artista interdisciplinar coreana especializada em produção de vídeo e instalação de arte pública, em diálogo com temáticas de ordem estética, cultural, política e ambiental. "Ela se considerou um 'exilado cultural' desde 1999, e sempre se interessou por fronteiras, migração e o problema dos refugiados. Costurar, em seu trabalho, alude às

Acreditamos na aproximação das artes com tecido e o Ateliê, pois podem promover instantes de trocas e experiências, possibilitando a comunicação através de tecidos, tomando como referência a linguagem artística sob a perspectiva de Kimsooja, nascida em 1957, trata-se de uma artista conceitual sul-coreana e multidisciplinar. Sua prática caracteriza-se por combinar performances, filme, foto e instalação específica do local usando tecidos, luz e som. O trabalho de kimsooja investiga questões relativas às condições da humanidade, ao mesmo tempo que envolve questões estéticas, cultura, política e meio ambiente.

Essa ponte com o Ateliê de Encontro inspirou-nos a realizar uma instalação de forma virtual, expondo a comunicação em tecido como proposta para que as(os) participantes – agentes públicos e formadoras(es) – sejam multiplicadoras(es), vejam as oportunidades e façam instalações em suas escolas (tanto virtual como presencialmente quando voltarmos a essa condição) envolvendo as comunidades nessa articulação da doação, da entrega, do tecido como potência e pertencimento pessoal, como vínculo de relacionamento.

Assim, fundando-nos na arte visual de Kimsooja (2020), propomos a realização de três ateliês de encontros virtuais subsidiados por tecidos que instiguem narrativas sobre as relações sociais de gênero. Trata-se de uma instalação virtual que extrai da forma de pensar artística elementos para criar uma ambiência potencialmente capaz de produzir informações que constituirão essa pesquisa.

2.2.1 O planejamento dos ateliês

No contexto atual, marcado pela Pandemia da Covid-19, bem como pelas transformações causadas e vivenciadas por todas e todos, mormente pelas mulheres, tornou-se imperativa a realização do Ateliê de pesquisa e encontro de forma online. Por conta desse novo cenário, atividades presenciais estão sendo orquestradas online. Portanto, com intenções formativas, realizamos o ateliê de pesquisa e encontro (MEDEIROS; SILVA, 2017; JUSTO, 2020) visando produzir conhecimentos, forjar experiências, vivências e práticas docentes das(os) gestoras(es) da rede e da escola.

No âmbito educacional, em razão da necessidade de distanciamento, tem ganhado destaque e ampla utilização as plataformas online, tais como Google Meet, Moodle, Páginas de

atividades femininas na Coréia, migração e deslocamento. [...] Com suas ações, Kinsooja explora o tecido social e a interação com os diferentes atores. A mulher agulha que ela encarna é capaz de olhar o mundo e ser testemunha sem agir: inerte, ela está ali, como uma questão latente, perturbadora. Há uma poesia e uma sensibilidade devastadoras em suas obras" (OYBIN, 2021).

Facebook, Zoom, Microsoft Teams, dentre outros. Nossa opção para realização dos encontros online foi a Plataforma Microsoft Teams[14], um software da Microsoft desenvolvido para possibilitar e favorecer a colaboração de equipes. Neste ambiente virtual é possível acessar áudio, vídeo, mensagens escritas, compartilhar arquivos, projetar slides, de modo que professores podem criar espaços de aprendizado personalizados.

Conforme mencionamos, nossa pesquisa e intervenção está focada nas interfaces entre as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e as escolas públicas do município de Biritinga-Ba, de modo que nossas(os) colaboradoras(es) e interlocutoras(es) são as seis agentes das escolas públicas, nomeadas Maria 1, Maria 2, Maria 3, Maria 4, Maria 6 e Maria 8; e seis agentes das políticas de enfrentamento nomeadas(os) Maria 5, Maria 7, Maria 9, José 1, José 2 e José 3. Não estabelecemos critérios para participação na pesquisa, mas, sim, estendemos o convite ao máximo de participantes, com a intenção de termos um grupo com número considerável de agentes nos encontros. Vale mencionar, sobre a participação dessas(es) agentes, que somente Maria 1 participou dos três encontros, de modo que as(os) outras(os) participaram de pelo menos um encontro, pois boa parte, em razão de compromissos pessoais e profissionais, não conseguiu comparecer em todos os momentos; além disso, houve agentes que foram convidados, porém não compareceram às reuniões on-line e não justificaram.

Houve, antes de nossos encontros, a criação de um grupo no aplicativo WhatsApp por meio do qual socializamos algumas questões referentes ao projeto de intervenção, como, por exemplo, o convite para a participação, reforçando nosso interesse em compartilhar conhecimentos.

A Figura 4, a seguir, ilustra o convite inicial que enviamos via WhatsApp para o grupo, no qual informamos o título/temática, ou seja, “Encontro entre as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra mulher e as escolas públicas de Biritinga-BA – redes e resistência”, as datas em que ocorreriam os encontros, 28, 29 e 30 de junho de 2021, e a especificação de quem seriam as(os) atelieristas.

[14] Informações disponíveis em: https://www.ead.ufu.br/mod/book/view.php?id=82948

Figura 4 - Convite para participação nos Ateliês de Encontro



Fonte: Produzida pela pesquisadora.

Concomitante à realização de nossos ateliês, enviamos às(os) participantes um formulário on-line, no intuito de traçar o perfil das(os) participantes, com perguntas pessoais e profissionais. Entretanto, dos 12 participantes apenas seis retornaram essas informações (Maria 1, Maria 2, Maria 4, Maria 5, Maria 7 e Maria 9), ainda que tenhamos solicitado outras vezes, relembrando sobre o formulário e sua importância para a pesquisa. Dessa forma, com base nos dados obtidos com as respostas dos seis participantes e informações deduzidas do contato com as(os) agentes, produzimos o Quadro 8, a seguir.

Quadro 8 - Sobre os participantes

Participante	**Idade**	**Atuação**	**Raça/gênero**
Maria 1	Não informou	Coordenadora pedagógica/professora	Branca/Mulher heterossexual
Maria 2	----	Coordenadora pedagógica	Branca/Mulher heterossexual
Maria 3	45 anos	Coordenadora pedagógica	[Mulher]
Maria 4	Não informou	Coordenadora pedagógica	Parda/Mulher heterossexual
Maria 5	41anos	Coordenadora do Conselho Tutelar	Parda/Mulher heterossexual
Maria 6	39anos	Coordenadora pedagógica	[Mulher]
Maria 7	42 anos	Psicóloga do CRAS	Negra/Mulher heterossexual
Maria 8	----	Coordenadora pedagógica	[Mulher]

Maria 9	48 anos	Secretária de Assistência social	Negra/Mulher heterossexual
José 1	41	Guarda Civil Municipal	[Homem]
José 2	----	Policial	[Homem]
José 3	----	Policial	[Homem]

Fonte: Próprias pesquisadoras.

Em relação ao município de Biritinga, conforme censo do IBGE (2010), possui uma população total de 14.836 habitantes, assim distribuída: 2.531 pessoas na área urbana e 12.305 pessoas na zona rural, suas terras limitam-se com os municípios vizinhos de Araci e Tucano (ao Norte); Água Fria (ao Sul); Sátiro Dias (a Leste); Teofilândia e Serrinha (a Oeste).

Em relação às informações públicas obtidas por meio da Secretaria de Educação de Biritinga-Ba, podemos destacar três modalidades de ensino: Educação infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos (Eja); há no município 37 escolas, sendo cinco urbanas e 32 rurais, além de duas creches e uma escola quilombola.

A rede de educação, na totalidade, conta com 262 professores e 4. 301 alunos, conforme o último censo. Os coordenadores dividem-se por modalidade de ensino: um na Educação infantil; um no Ensino Fundamental I; um no Ensino Fundamental II; um na Educação Especial; e 14 Professores orientadores. Os conselhos que se encontram ativos são: Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS), Centro de Atendimento Especializado (CAE) e CME.

A respeito da Educação das Relações de Gêneros e Sexualidades no Sistema Estadual de Ensino da Bahia, o Conselho Estadual de Educação (CEE), por meio do Parecer CEE N.º 91/2020, manifestou-se favorável, ao acolher o parecer da Comissão Especial, visto fundamentar a cidadania e os direitos da pessoa humana, tendo em vista "[...] a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, etnia, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (SALVADOR, 2021).

O Parecer CEE N.º 91/2020 leva em consideração os princípios de direitos humanos defendidos em documentos e tratados, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979),o Protocolo de São Salvador (1988), a Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, 2001) e os Princípios de Yogyakarta (Yogyakarta, 2006), e

considerando também a LDB, Lei n° 9.394/1996, pois "[...] a educação é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana (art. 2º), e o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o respeito à liberdade e o apreço à tolerância" (SALVADOR, 2021).

A resolução, em seus nove artigos, informa que o decreto deve ser observado pelas escolas públicas e privadas, fazendo parte do Regimento Escolar, do Projeto Político Pedagógico, Plano de Curso (PC), Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); devem ser priorizadas práticas pedagógicas compromissadas com a igualdade de direitos e pluralidade de expressões e concepções de gêneros e sexualidades; realização de trabalho interdisciplinar entre as áreas de conhecimento; formação dos profissionais de educação especificamente para as relações de gênero e sexualidade; os livros didáticos deverão contemplar temas relativos a gêneros, sexualidades em intersecção de raça, etnia e classe, conforme seus valores e saberes, entre outros (SALVADOR, 2021).

Destacamos, aqui, na íntegra, o Artigo 9º do decreto, qual seja:

> Art. 9º O Conselho Estadual de Educação, juntamente com os órgãos responsáveis pelas políticas para mulheres e para população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais e Assexuais) e respectivos conselhos, garantida a participação da sociedade civil, promoverão, periodicamente, avaliação coletiva do cumprimento da presente Resolução, no sentido de garantir sua implementação e, ainda:
> I - fomentar a criação de setores específicos para a temática Educação das Relações de Gêneros e Sexualidades nas secretarias estadual e municipais de educação;
> II - construir indicadores que permitam o monitoramento da implementação desta Resolução pelo Estado e municípios que integram o Sistema Estadual de Ensino e que contribuam para a avaliação e o aprimoramento das políticas públicas de enfrentamento do sexismo, misoginia, homolesbotransfobia;
> III - divulgação de experiências exitosas e ações estratégicas desenvolvidas pelas Secretarias de Educação e instituições de ensino.

Para nós, este artigo do decreto mostra-se relevante no sentido de explicitar a articulação entre educação e políticas públicas especificamente para mulheres e população LGBTQIA+, pensando em criar setores específicos para a temática nas secretarias municipal e estadual, produzir indicadores relevantes para diagnosticar a situação dessas pessoas e aprimorar as políticas de enfrentamento a situações de violência (sexismo, misoginia, homolesbotransfobia), por conseguinte, com a divulgação de experiências positivas e estratégicas pelas secretarias e escolas. Desse modo, podemos observar o papel de extrema relevância da instituição escolar na

informação, conscientização, em ações que, de fato, ajudem na transformação de uma sociedade, promovendo igualdade e justiça.

2.2.2 Detalhamento dos ateliês

Após submissão do projeto e autorização para a pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), certificado pelo Parecer número 4.789.623, enviamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Anexo A) às(os) participantes. Realizamos três encontros nos dias 28, 29, e 30 de junho de 2021. Para que pudéssemos executar os ateliês, fizemos, inicialmente, um planejamento dos três encontros, com destaque para o objetivo pretendido e a metodologia, a fim de procedermos de forma organizada

Primeiro ateliê de encontro

Objetivo:

Entender como as ações oriundas de políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher emergem nas construções discursivas de gestoras e gestores de políticas públicas.

Metodologia

- Recepção das(os) gestoras(es) e coordenadoras(es) num tempo de 15 minutos. Começo às 20:00 com tolerância até as 20:15 min. (Música La Belle de Jouar, de Alceu Valença);
- "Boa noite" oficial às(os) atelieristas, com introdução sobre o Ateliê de Encontro como dispositivo para produção de dados da pesquisa de Mestrado, a partir das experiências narradas pelas(os) atelieristas;
- Conversa sobre a dinâmica do ateliê e consulta sobre a autorização para gravação e filmagem; informar sobre a política de privacidade; que o encontro será gravado; o nome não será divulgado, serão utilizados nomes fictícios;
- Autoapresentação das pessoas que compõem o ateliê de encontro na ordem de inscrição;
- Solicitar realização de cartografia (desenho da Rede) da Política Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra à mulher no município de Biritinga-Ba;

- Ao término dessa atividade, tirar uma foto e enviar no grupo de WhatsApp Ateliê de Encontro das redes de políticas e rede de ensino (fomentar discussões);
- Em seguida, projetar na plataforma o desenho, assim o responsável por ele deverá se pronunciar, conforme os seguintes questionamentos: Como enxerga a violência no município? E a Rede de políticas é efetiva? A escola está nesse lugar? Como a Escola se relaciona com a Rede de enfrentamento a violência contra a mulher? Nesse movimento, vamos mudando os desenhos;
- Compartilhar o documentário da mulher, natural de Biritinga, que ficou paraplégica em janeiro de 2021, por conta da violência doméstica;
- Tratar acerca das Políticas Intersetoriais de Enfrentamento à violência contra a mulheres e as Escolas Públicas de Biritinga;
- Agradecer pela participação de todas e todos;
- Negociar sobre o segundo ateliê;
- Finalizar.

Segundo ateliê de encontro

Objetivo:

Entender como a perspectiva de gênero que atravessa as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher é tramada nas construções discursivas das(os) gestoras(es) de políticas públicas.

Metodologia

- Reprodução, na tela, de várias imagens fortes de violência contra mulher para recepcionar os gestores e coordenadores num tempo de 15 minutos. Começo às 20:00, com tolerância de 15 min.;
- "Boa noite" oficial às(os) atelieristas, com introdução sobre o Ateliê de Encontro como dispositivo para produção de dados da pesquisa de Mestrado, a partir das experiências narradas pelas(os) atelieristas;
- Apresentação de dois documentários das mulheres Biritinguenses que sofreram violências (um seguido do outro);

- Realização de dinâmica da ordem da sensação, da emoção – essa atividade está na ordem do sentimento;
- Instalação de varal de tecidos online. Solicitação às(os) atelieristas que observem o varal de tecidos compartilhado – instalação virtual "varal de tecidos" (KIMSOOJA, 2020). No varal virtual são colocados recortes de tecidos de diferentes texturas e estampas a serem selecionados pelas(os) participantes que, a partir dessa escolha afetiva, narram suas memórias, relacionando-as com a temática Gênero;
- Questionamentos tais como: esses depoimentos do documentário remetem-lhe a qual tecido? Associar o documentário às imagens do varal em tecido; Por que associou essa imagem ao vídeo?
- Exposição de sensações e afetos a partir das vivências, experiências, subjetividades;
- Rememorar experiências sobre a violência de gênero fazendo interlocução com a estampa de tecido escolhida;
- Por fim, rodar o documentário "Se essa rua fosse Minha";
- As(os) atelieristas devem estabelecer relação entre o documentário e as discussões condensadas no ateliê a respeito da temática violência de gênero e educação;
- Finalizar.

Terceiro ateliê de encontro

Objetivo:

Entender como a interseccionalidade que irrompe nas narrativas dos participantes do ateliê legitima as ações intersetoriais de enfrentamento à violência contra mulher.

Metodologia

- Recepção das(os) atelieristas com a audição da música "Pra todas as mulheres", as 20:00 com tolerância de 15 mim.
- Exibição do Mapa da Violência 2020, para análise pelas(os) atelieristas;
- Realização dos seguintes questionamentos: O que mais lhe chama atenção nesse mapa? O que lhe desperta de imediato? O que lhe é mais perceptível?
- Exibição do Samba "Se essa mulher fosse minha";
- Apreciação dos documentários das mulheres de Biritinga;

- Audição da música “Triste, Louca ou Má”
- Abertura de Roda de conversas;
- Impressões sobre o documentário e a música: Como as(os) Atelieristas associam os depoimentos das mulheres de Biritinga às duas músicas exibidas? Essa música é um levante? Dão conta que as mulheres são negras, se relacionam com o documentário? Essas mulheres viviam à sombra dos seus homens?
- Finalizar com a música inicial: “Pra todas as mulheres”.

A organização e realização dos ateliês teve como importante aspecto a discussão, o diálogo empreendido com conceitos, leis, pesquisas, e com a realidade das(os) participantes, demandando uma pesquisa teórica que pudesse contribuir com os rumos deste estudo, com aquilo que deveria ser dialogado com os participantes. Assim sendo, o capítulo seguinte apresenta os entrelaçamentos teóricos por nós realizados.

3 ENLACES TEÓRICOS

Nesta seção, teorizamos sobre a violência empreendida contra o gênero feminino, diferenciando inicialmente violência contra a mulher, violência doméstica e violência de gênero, fundamentais para se compreender a violência, a legislação e as medidas de combate que poderão ser empreendidas no interior da sociedade. Nesta perspectiva, assumindo uma vertente que concebe a violência contra a mulher em uma chave de gênero, passamos a refletir sobre a temática atrelada à Interseccionalidade, em sua correlação com outros marcadores sociais, tais como poder, raça e classe. Ademais, trazemos para a discussão a atuação da rede de enfrentamento, especialmente a respeito das políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher, essenciais para o combate a essa problemática e conscientização das pessoas. Ainda no intuito de investigar sobre as interfaces entre as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher e as políticas públicas educacionais, refletimos sobre a violência e as ações da escola, nesse contexto.

3.1 Violência contra a mulher, violência doméstica, violência de gênero e interseccionalidades: reflexões conceituais

Nos últimos anos tem crescido o interesse e o número de pesquisas sobre gênero, racismo, desigualdades, violência, principalmente porque trata-se de entender aspectos que fazem parte da realidade em que vivemos, porém não são naturais nem normais, uma vez que seja homem, mulher, branco/branca, negro/negra, hétero ou homossexual, dentre tantas outras condições, todas e todos merecemos respeito e temos direitos constitucionais que devem ser respeitados e cumpridos, bem como nossos deveres para com a sociedade e uns para com os outros.

Nesta pesquisa, concentramo-nos nos estudos de gênero com foco na mulher, especialmente pensando nas relações socioculturais estabelecidas que a situam, há muito tempo, na condição de inferior ao homem, portanto subalternizada, não sendo dona de suas vontades, sem direito, muitas vezes, de ter a sua própria palavra (SCHOUTEN, 2011). Apesar das lutas e avanços em prol dos direitos das mulheres, estas ainda são vítimas incontáveis de várias formas de violência, assim conceituadas: violência contra a mulher, violência doméstica e violência de gênero.

A professora e pesquisadora Maíra Zapater, formada em direito, em artigo publicado no Portal de notícias Justificando, em 2016, tece importantes considerações, tendo em vista a

comemoração do dia 08 de março – Dia Internacional das Mulheres –, e chama a atenção para a necessidade de diferenciar violência contra a mulher, violência doméstica e violência de gênero, pois apontam para diversos tipos de violência, sofridos dentro e fora do lar.

Conforme a professora e pesquisadora, reconhecer essa diferença não se trata de preciosismo acadêmico, mas, sim, de uma forma de nomear o tipo de violência sofrida, a fim de que as vítimas reconheçam suas demandas e, também, sejam criadas políticas adequadas ao seu combate (ZAPATER, 2016). Ao tomar como base a legislação brasileira, a autora menciona a Lei Maria da Penha, que trata sobre violência doméstica e familiar, e o Código Penal brasileiro, no que tange ao feminicídio; em suas palavras:

> [...] creio ser relevante apontar uma questão comum a ambas as definições legais, e que, a meu ver, limitam a compreensão de um fenômeno social mais amplo: tanto a Lei Maria da Penha quanto a qualificadora do feminicídio associam a violência contra a mulher à violência doméstica. O termo "gênero", por sua vez, é simplesmente suprimido da definição legal de feminicídio, e (mal) substituído pelo inespecífico e incompreensível termo "*razões da condição de sexo feminino*" (ZAPATER, 2016, destaque da autora).

Em consonância com Zapater, observamos que a Lei não aponta especificamente para a questão do gênero, mas versa especialmente sobre violência doméstica/familiar ou em razão de ser do sexo feminino. Sobre o conceito de feminicídio, Silva (2010, p. 33) ressalta sua utilidade, porquanto indica o caráter social e geral da violência com base no gênero, sendo "[...] fundamental para questionar os argumentos que tendem a desculpar e a representar o assassinato de mulheres como crimes passionais, onde a mulher é responsabilizada pela violência impetrada sobre ela".

Zapater (2016) esclarece que, antes de tudo, é importante compreender que falar de violência, quase sempre, remete à agressão de natureza física, no entanto a violência também pode ser simbólica[15], como coerção social que se traduz em expressão de poder, um poder sobre o indivíduo, dominando-o por meio de crenças, costumes, tradições, neste caso a mulher dominada pelo homem em razão de uma cultura heteropatriarcal. Dessa forma, "[...] a violência de gênero (que pode ser física ou simbólica), relaciona-se com padrões de crença sobre lugares e papéis sociais decorrentes do gênero" (ZAPATER, 2016).

Entendemos, assim, que a violência contra a mulher esteja relacionada a agressões sofridas por mulheres, sejam elas adultas, adolescentes ou crianças, no interior da sociedade, independente de classe social, etnia, grau de escolarização. Esse tipo de violência pode

[15] A autora funda-se em Pierre Bourdieu.

acontecer dentro e/ou fora do ambiente doméstico, embora pesquisas demonstrem que a maioria dos casos acontece dentro de casa, no ambiente familiar (GALVÃO; ANDRADE, 2004). Conforme as autoras, essa situação de agressão aconteceu, e ainda acontece, em razão de a própria sociedade ter sido, por muito tempo, cúmplice e indiferente aos casos de agressão no interior das famílias, de modo que foi alimentada uma prática de dominação masculina sobre o feminino, naturalizando a violência e dificultando a resistência.

Desse modo, ao apontar para o fato de que a violência contra a mulher pode ocorrer em diversos espaços de sua vivência, na forma de agressão física, psicológica, assédio moral, sexual, estupro, feminicídio, dentre tantas outras, observamos que a violência doméstica ocorre no interior da família, sendo uma situação distinta perante a lei, ainda que as formas de agressão sejam as mesmas (ZAPATER, 2016; GALVÃO; ANDRADE, 2004). A violência doméstica ou intrafamiliar pode ser praticada tanto contra mulheres quanto contra crianças e adolescentes, não sendo somente a mulher a principal vítima, pois, conforme Brino e Souza (2016), para criança que se encontra exposta à violência, mesmo que não seja vítima direta da agressão, a situação em si representa um risco para seu desenvolvimento, porque as consequências para aqueles que são expostos à violência podem ser de ordem física, psicológica, sexual, relacional e patrimonial.

Um dos grandes entraves para intervenção nos casos de violência intrafamiliar é o silêncio, pois as vítimas, muitas vezes, têm medo de falar, de denunciar, de procurar ajuda. Ademais, como indicam Brino e Souza (2016, p. 1252), os profissionais da educação e da saúde também encontram dificuldades em identificar situações dessa natureza, pois "[...] associam a violência à conjuntura econômica, social e política e a aspectos culturais; para alguns, os atos violentos fazem parte do ciclo intergeracional e da dinâmica familiar, bem como a punição física, considerada violência por uns, é defendida como medida educativa por outros".

Segundo Faleiros (2007), a bibliografia existente sobre violência de gênero encontra-se centrada no domínio do masculino sobre o feminino, no entanto essa centralidade desconsidera a pluralidade, "[...] desconsidera a diversidade das formas de expressão sexual (gênero e sexualidade) existentes na natureza, nas sociedades e no mercado do sexo" (FALEIROS, 2007, p. 61). A violência de gênero, portanto, não ocorre exclusivamente contra as mulheres, mas também pode acometer homens, por exemplo, "[...] quando se envolvem em conflitos interpessoais fatais e acidentes de carro (afinal, "não levar desaforo pra casa" e "dirigir feito macho" dizem muito sobre a crença em um determinado modelo de masculinidade extremamente lesivo para pessoas que performatizam o gênero masculino)", conforme enfatiza Zapater (2016).

Vale mencionar que, de acordo com Faleiros (2007), a violência de gênero estrutura-se com base em aspectos de ordem social, cultural, econômica e política, partindo da concepção de que os seres humanos dividem-se em machos e fêmeas, correspondendo a cada um papéis específicos, lugares, *status*, poderes, seja na vida privada ou pública, na família, no trabalho, na política etc. Assim, "os machos estruturaram o poder patriarcal de dominação sobre as fêmeas, ou melhor, sobre o gênero feminino [...]" (FALEIROS, 2007, p. 62), de modo que os homens possuem o poder de dominação sobre as mulheres, estando estas submetidas a esse poder e controle advindos daí. No que tange ao gênero, não só as mulheres estão na condição de dominadas, mas todos aqueles que fogem, no campo da sexualidade, do comportamento, daquilo que é considerado adequado.

A autora ressalta que no patriarcado a cada gênero corresponde um lugar de trabalho: "Ao gênero feminino, cabem as funções ligadas à reprodução da força de trabalho – procriar, alimentar, lavar, socializar, cuidar, proteger – em nível privado" (FALEIROS, 2007, p. 63). Às mulheres estariam reservadas profissões como doméstica, faxineira, crecheira, professora, enfermeira; aos homens "os lugares de produção, direção e mando: operários, chefes, executivos, planejadores, banqueiros, engenheiros, políticos" (p. 63). E ainda:

> Para os transgêneros e os michês, resta o mercado do sexo: prostituição e pornografia. Já os homossexuais costumam exercer profissões ligadas ao estético: cabeleireiros, maquiadores, estilistas de moda, decoradores, artistas. Há inclusive uma piada bastante ilustrativa nesse sentido entre engenheiros machistas: "arquiteto é aquele que não é suficientemente macho para ser engenheiro, nem suficientemente bicha para ser decorador" (FALEIROS, 2007, p. 63).

Com base nisso, observamos, conforme a autora, que a violência se instaura quando os gêneros não masculinos deixam aqueles que supostamente são seus lugares e subvertem essa "ordem", contestando e ameaçando o poder patriarcal, o qual torna-se repressivo. Decorrem dessa repressão diversas formas de violência, ou seja, identitária, física, psicológica, sexual, institucional, social e política, produzindo danos a um indivíduo ou grupo de indivíduos, em uma relação de força e poder (FALEIROS, 2007; BABIUK; FACHINI; SANTOS, 2013).

Assim sendo, adotamos, nesta pesquisa, as expressões violência contra a mulher e violência de gênero, pois analisar a questão em uma chave de gênero permite-nos compreender a amplitude da violência contra indivíduos em razão de seu papel social, pré-determinado por seu gênero. Neste ponto, abordamos, portanto, o conceito de Interseccionalidade, bastante

relevante para compreendermos as relações entre os marcadores sociais de gênero, raça e classe que se cruzam (CRENSHAW, 1997, 2002).

Segundo kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade configura-se como a interdependência das relações de poder, de sexo, de raça e de classe. Collins e Bilge (2020) também mencionam que a interseccionalidade indica que categorias como raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária encontram-se inter-relacionadas e se determinam mutuamente. Nesta perspectiva, o conceito de interseccionalidade revela o intercruzamento de várias categorias de opressão, discriminações às quais as mulheres, especialmente, estão submetidas. Para Crenshaw (2002), trata-se especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, grupos étnicos raciais, classe socioeconômicas e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de eixos da subordinação, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. Isso nos remete à urgência de potencializar resistências aos atravessamentos violentos da vida cotidiana das mulheres, buscando formas de desnaturalizar as mais variadas interpenetrações opressivas.

Assim, a interseccionalidade não serve para quantificar as opressões, mas para colocá-las numa encruzilhada, mostrar como as avenidas se interseccionam e funcionam. Conforme Akotirene (2018), a interseccionalidade deve ser usada como uma ferramenta de análise e não como meio para hierarquizar opressões. Segundo Kimberlé Crenshaw (*apud* AKOTIRENE, 2018, p. 14), a interseccionalidade permite enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo ao contemplar mulheres negras que foram acidentadas pelo cruzamento de vários fatores da modernidade.

Logo, é possível pensar a importância de uma articulação das clivagens identitárias, reposicionadas pelos negros, mulheres, deficientes, com o fim de defender a identidade política contra a matriz da opressão colonialista que se impõe e sobrevive na conjectura atual através das engrenagens do racismo cisheteropatriarcado capitalista, como assevera Akotirene (2018). A autora reafirma que não existe hierarquia da opressão, todavia a interseccionalidade refere-se ao que se faz politicamente com a matriz da opressão responsável por produzir diferenças, depois de entendê-las como identidades.

Nessa perspectiva, é no dinamismo identitário que se produzem novas formas de viver, pensar e sentir. A interseccionalidade parte da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, aqui entendido como um sistema sociopolítico, no qual a heterossexualidade cisgênero masculina tem supremacia sobre as demais formas de identidade

de gênero e sobre as outras orientações sexuais, em seus múltiplos trânsitos, revelando quais são realmente as identidades acidentadas pela matriz da opressão. A interseccionalidade trata da identidade da qual o racismo é parte, imbricado por outras estruturas racializadas. A mulher negra, dentro dessa diversidade de gênero, sexualidade, classe, tem seu corpo marcado por ideias subjetivas da sociedade eurocentrada.

Com efeito, Kimberlé Crenshaw (1997, 2002) explica a colisão entre as avenidas identitárias que promovem as barreiras raciais e sexistas para mulheres negras que estão permeadas pelas complexidades das práticas discriminatórias, atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, que, segundo a autora, são modernos aparatos coloniais. Nesse sentido, a violência contra as mulheres é uma violência que atravessa as raças, classes, gênero. As mulheres, especificamente as negras, sofrem estigmatizadas pelos aparelhos do Estado. Nesse contexto, Crenshaw (1997, 2002) encontra no conceito de interseccionalidade uma estratégia para a compreensão e potencial superação dos eixos da subordinação:

> [interseccionalidade,] conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classes e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (AKOTIRENE, 2018).

Nessa relação de forças, sob a perspectiva de Crenshaw e da escritora Akotirene (2018, p. 108), conjecturamos sobre as mulheres negras, no atlântico, que teciam sobre a travessia teórica de corpos navegantes remidos pelas águas étnicas, memórias índicas, culturas polissêmicas e posicionalidades transatlânticas, para propor que os conhecimentos devem ir além de qualquer demarcação ou linha imaginária e é nessa perspectiva que as intelectuais negras vêm desafiando a estrutura do racismo e inspirando-nos a criar possibilidades outras de existência, estas alentadas pelos ares feministas.

Alinhada ao pensamento de Crenshaw (2002), Akotirene (2018) e Collins e Bilge (2020), Silva (2020) apreende a interseccionalidade como princípio do método feminista. Nessa perspectiva, a interseccionalidade "reconhece intercessões e interconexões entre diferentes marcadores sociais, e diferentes posicionalidades, que, de forma articulada e individual, nos convertem particularmente vulneráveis a diversas formas de discriminação (SILVA, 2020). Assim, a interseccionalidade está vinculada às relações de poder, e não pode ser operada sem

levar em conta que o poder é circular (FOUCAULT, 2001). Dessa forma, não é excessivo reafirmar que a interseccionalidade, como os navios, carece de horizonte: as mulheres negras atingidas na encruzilhada do racismo, sexismo, lesbofobia, atiradas ao trânsito colonial, encontram na luta contra a necropolítica uma expectativa de proteção contra qualquer violência.

Vale esclarecer, aqui, com base na discussão realizada por Silva (2010), que a lesbofobia se caracteriza pela "[...] fobia que se revela quando se toma as diferenças de orientação sexual entre as pessoas como fonte de preconceito e de discriminação", caracterizando-se "[...] por toda a ordem de violência física, psicológica e simbólica cometida contra mulheres que vivenciam relação afetivo-sexual com outras mulheres" (SILVA, 2010, p. 35). Em diálogo com Alfarache Lorenzo (2010), Silva (2017) reconhece a lesbofobia como uma construção cultural inscrita no campo do estigma, um mecanismo político de opressão, dominação e subordinação das lésbicas cujo núcleo é o sexismo, que articula o machismo, a misoginia e a homofobia.

> A lesbofobia é uma violência estrutural com faces que se alastram afetando a sociedade, ameaçando, agredindo, matando em função do gênero e da sexualidade não heterossexual, o que caracteriza esta violência não como uma face específica da homofobia ou da violência contra a mulher, mas como violência interseccional, nó que articula gênero, sexualidade e raça, fenômeno social, cultural e político que exige uma soma de esforços da sociedade para a sua erradicação (SILVA, 2017, p. 82).

Para a pesquisadora, uma categoria central para explicar tanto a lesbofobia quanto a violência contra as mulheres é a heterossexualidade obrigatória, como "[...] uma norma social regulatória que identifica o corpo como masculino ou feminino e o conduz a uma única forma de desejo, sempre direcionado ao sexo/gênero oposto" (SILVA, 2010, p. 69). Nesse contexto, o feminino se encontraria submetido ao masculino, como se fosse inferior e definido com base neste.

Assim, é nesse mar revolto de ondas que se espraiam que buscamos desnaturalizar a violência contra as mulheres. Nesse sentido, o entrelaçamento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher e a rede pública de ensino constitui-se como possibilidade propositiva de ações conjuntas de combate à naturalização das opressões vividas pelas mulheres. Trata-se de investir num devir de resistências atravessadas por saberes ancestrais, diversos e potencialmente transformadores.

3.2 Redes de enfrentamento à violência contra a mulher

De acordo com o documento intitulado Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), ocorrida em 1º de janeiro de 2003, no governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2002, tendo *status* de ministério, consagrou um momento importante para o Brasil, ao permitir a formulação, coordenação e articulação de políticas com vistas à igualdade entre homens e mulheres (BRASÍLIA, 2005).

Assim, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM), em julho de 2004, representou um marco para a criação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, posto em prática a partir de 2005, após o amplo envolvimento de mulheres que participaram do debate. O documento, portanto, representa o compromisso firmado pelo Governo Federal de combater toda forma de discriminação sofrida por mulheres (BRASÍLIA, 2005). Nesse sentido, a Política Nacional para as Mulheres orienta-se pelos seguintes fundamentos:

- **Igualdade e respeito à diversidade** – mulheres e homens são iguais em seus direitos. A promoção da igualdade implica no respeito à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, situação econômica e regional, assim como os diferentes momentos da vida das mulheres;
- **Equidade** – a todas as pessoas deve ser garantida a igualdade de oportunidades, observando-se os direitos universais e as questões específicas das mulheres;
- **Autonomia das mulheres** – o poder de decisão sobre suas vidas e corpos deve ser assegurado às mulheres, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e seu país;
- **Laicidade do Estado** – as políticas públicas voltadas para as mulheres devem ser formuladas e implementadas independentemente de princípios religiosos, de forma a assegurar os direitos consagrados na Constituição Federal e nos instrumentos e acordos internacionais assinados pelo Brasil;
- **Universalidade das políticas** – as políticas públicas devem garantir, em sua implementação, o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres;
- **Justiça social** – a redistribuição dos recursos e riquezas produzidas pela sociedade e a busca de superação da desigualdade social, que atinge de maneira significativa as mulheres, devem ser asseguradas;
- **Transparência dos atos públicos** – o respeito aos princípios da administração pública, tais como legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, com transparência nos atos públicos e controle social, deve ser garantido;
- **Participação e controle social** – o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas devem ser garantidos e ratificados pelo Estado

> brasileiro, como medida de proteção aos direitos humanos das mulheres e meninas (BRASÍLIA, 2005, p. 7-8).

Como verificamos, parte-se, inicialmente, do princípio da igualdade entre homens e mulheres, a fim de garantir o respeito às diferenças, independente da natureza destas, oferecendo às mulheres oportunidades com base em suas especificidades, e o direito de fazer escolhas. Ao Estado, por sua vez, cabe formular e implementar medidas direcionadas ao público-alvo (mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens mulheres, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras) de maneira laica, sem que fatores como religião, costumes, entre outros, influenciem nessas ações e sua real efetivação, de maneira universal, com justiça social, transparência e, principalmente, tendo a participação ativa das mulheres nesses debates, visto que têm suas próprias demandas e necessidades.

Vale mencionar que o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres apresenta 199 ações distribuídas conforme 26 áreas prioritárias, em decorrência dos debates promovidos na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Estas prioridades foram definidas por representantes da Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Justiça, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Planejamento, Orçamento e Gestão, Minas e Energia e Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), entre outros, a fim de garantir o direito a uma vida digna e igualitária às mulheres (BRASÍLIA, 2005).

O documento ressalta como proposição para o campo educacional que deve haver uma educação inclusiva e não sexista. Desse modo, inclui como objetivos:

> 1. incorporar a **perspectiva de gênero**, raça, etnia e orientação sexual no processo educacional formal e informal;
> 2. garantir um sistema educacional não discriminatório, que **não reproduza estereótipos de gênero**, raça e etnia;
> 3. promover o acesso à educação básica de mulheres jovens e adultas;
> 4. promover a visibilidade da contribuição das mulheres na construção da história da humanidade;
> 5. **combater os estereótipos de gênero**, raça e etnia na cultura e comunicação (BRASÍLIA, 2005, p. 15, destaques nossos).

A partir desses objetivos estabelecidos para o âmbito educacional, destacamos que o primeiro objetivo – incorporar a perspectiva de gênero, raça, etnia e orientação sexual no processo educacional formal e informal – já inclui o termo "gênero" como uma perspectiva a ser adotada nesse espaço, tendo em vista discutir a questão juntamente com os marcadores: raça, etnia, orientação sexual, os quais podem atravessar a vida de muitas mulheres. O segundo

objetivo, por sua vez, garantir um sistema educacional não discriminatório, que não reproduza estereótipos de gênero, raça e etnia, decorre do primeiro, pois, ao incluir a questão na escola, discutindo-a, é possível conscientizar os atores envolvidos, tendo em vista impedir, ou pelo menos minimizar, a ocorrência de atos discriminatórios não só no espaço escolar, mas em outros espaços sociais onde estes indivíduos irão atuar.

Como pudemos observar, os objetivos 3 e 4 estão direcionados à acolhida a essas mulheres: promover o acesso à educação básica de mulheres jovens e adultas e promover a visibilidade da contribuição das mulheres na construção da história da humanidade. Importante ter em vista que não basta apenas abordar uma temática, mas é preciso avançar da teoria para a prática, tornando o discurso uma realidade na vida das mulheres no interior da sociedade, de modo que promover o acesso à educação básica e dar visibilidade à contribuição das mulheres implica o empoderamento de mulheres jovens e adultas, especialmente aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, e vítimas de violência. O quinto objetivo, portanto, combater os estereótipos de gênero, raça e etnia na cultura e comunicação, permite-nos vislumbrar um trabalho que exige a participação de todos, especialmente os órgãos de poder que compõem a chamada Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, os quais, por meio de suas/seus agentes, sejam eles de políticas públicas ou educacionais, poderão realizar um trabalho organizado e eficaz, no sentido de conscientizar a comunidade, acolher as vítimas, orientá-las, visando contribuir com a comunidade.

Demos destaque aos objetivos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no que tange à educação por ser foco desta pesquisa as interfaces entre as políticas públicas de combate à violência contra as mulheres e as políticas educacionais no município de Biritinga-BA, porém destacamos que o documento apresenta outras prioridades e objetivos voltados para as demais áreas, tais como saúde, direitos sexuais, direitos reprodutivos, além das medidas para enfrentamento da violência, gestão e monitoramento do plano etc., uma vez que fazem parte do comitê os seguintes ministérios: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; Ministério da Saúde; Ministério das Cidades; Ministério das Minas e Energia; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria Especial de Direitos Humanos; Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial; Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (BASÍLIA, 2005).

Em agosto de 2007, foi lançado o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, o que representou parte da Agenda Social do Governo Federal. O Pacto consiste em

um acordo firmado entre governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros "para o planejamento de ações que consolidassem a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional" (BRASÍLIA, 2011a, p. 11).

O Pacto representou uma estratégia de gestão focada em orientar a execução de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, tendo em vista "garantir a prevenção e o combate à violência, a assistência e a garantia de direitos às mulheres" (BRASÍLIA, 2011a, p. 11). Até então, eram propósitos das ações registradas no documento:

> 1) Garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha.
> 2) Ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência.
> 3) Garantia da segurança cidadã e acesso à Justiça.
> 4) Garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres.
> 5) Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos.

O Governo Dilma, na elaboração do Programa Plurianual (PPA) 2012-2015, indicou como parte do macro desafio do programa "[...] fortalecer a cidadania, respeitando a diversidade das relações humanas, garantindo a igualdade entre mulheres e homens, promovendo a universalização do acesso e elevação da qualidade dos serviços públicos" (BRASÍLIA, 2011a, p. 12). Diante disso, os eixos estruturantes das ações governamentais para o período planejado, quanto ao enfrentamento à violência imprimida contra as mulheres, seriam os seguintes:

> ***Objetivo 1*** – Garantir implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha, por meio de difusão da lei e do fortalecimento dos instrumentos de proteção dos direitos das mulheres em situação de violência.
> ***Objetivo 2*** – Garantir o atendimento às mulheres em situação de violência, com a ampliação e fortalecimento dos serviços especializados, qualificação, fortalecimentos e integração dos serviços da rede de atendimento de forma a promover a capilaridade da oferta de atendimento, a garantia de acesso a todas as mulheres.
> ***Objetivo 3*** – Criação do Sistema Nacional de Dados sobre Violência contra a Mulher conforme previsto no artigo 38 da Lei Maria da Penha e do Registro Administrativo Unificado, para a construção de indicadores que permitam maior monitoramento, avaliação e elaboração.
> ***Objetivo 4*** – Garantir a Segurança Cidadã a todas as mulheres.
> ***Objetivo 5*** – Garantir o acesso à Justiça, de forma que todas as mulheres possam receber atendimento adequado por meio da atuação em rede, e que os equipamentos de justiça promovam sua plena defesa e o exercício da sua cidadania.
> ***Objetivo 6*** – Garantir os Direitos Sexuais na perspectiva da autonomia das mulheres sobre seu corpo, sua sexualidade por meio da mudança cultural dos conceitos historicamente construídos na sociedade brasileira, de forma a

> identificar, responsabilizar e prestar atendimento às situações em que as mulheres têm seus Direitos Humanos e Sexuais violados.
> ***Objetivo 7*** – Garantir a inserção das mulheres em situação de violência nos Programas Sociais nas três esferas de governo, de forma a fomentar sua independência e garantir sua autonomia econômica e financeira e o acesso a seus direitos.
> ***Objetivo 8*** – Garantir a implementação da Política de Enfrentamento à violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta (BRASÍLIA, 2011a, p. 12-13).

Observamos uma ampliação significativa tanto nos objetivos quanto nas especificações às necessidades de atenção a esse público. No tocante à Lei Maria da Penha, por exemplo, além de sua implementação e aplicabilidade, propõe-se a difusão e o fortalecimento dos instrumentos de proteção das mulheres, a fim de que a Lei não fique apenas no papel, mas seja efetivada de fato. A criação do Sistema Nacional de Dados sobre Violência contra a Mulher também é mais uma ação prevista, com base no artigo 38 dessa mesma lei e do Registro Administrativo Unificado, no intuito de obter dados que permitam monitorar, avaliar e elaborar propostas.

Os dois últimos objetivos, 7 e 8, inovam no sentido de incluir mulheres vítimas de violência em Programas Sociais nos planos federal, estadual e municipal, auxiliando e garantindo sua autonomia financeira, bem como o acesso a seus direitos; outro ponto importantíssimo é a implementação da Política de Enfrentamento à violência contra as mulheres do Campo e das Florestas, pois não são apenas as mulheres na cidade que sofrem com a violência.

Conforme o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, a violência contra as mulheres deve ser compreendida tomando como base as "[...] relações de gênero, ou seja, as relações entre homens e mulheres e a construção social, política e cultural destes papéis na sociedade" (BRASÍLIA, 2011a, p. 20). Nesse documento, verificamos que a questão é considerada de forma interseccional, uma vez que afirma que as "[...] mudanças só serão efetivas se levarem em conta as dimensões que permeiam, também, a desigualdade social, tais como raça/etnia, geração, orientação sexual/identidade de gênero e classe" (BRASÍLIA, 2011a, p. 20), marcadores importantes na perspectiva da luta que se pretende travar.

O Pacto sugere que o enfrentamento da violência contra a mulher deve ser executado com a articulação de variadas esferas da vida social, isto é: educação, trabalho, saúde, segurança pública, assistência social, justiça, entre outras. Para tanto, as ações apoiam-se em três premissas: a) a transversalidade de gênero; b) a intersetorialidade; c) a capilaridade. A transversalidade se justifica pelo fato de que, assim, a violência contra a mulher e de gênero poderá perpassar diversas políticas públicas; a intersetorialidade compreende a parceria entre

organismos setoriais e de governo, bem como articulação de políticas nacionais e locais em diferentes áreas; a capilaridade, por sua vez, decorrente das duas premissas anteriores, implica a execução de uma política nacional de enfrentamento que dê conta do local (BRASÍLIA, 2011a).

De acordo com o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, muitos foram os avanços alcançados: aumento do orçamento para enfrentamento à violência contra mulheres e do número de organismos de políticas para as mulheres nos estados e nos municípios, além de seu fortalecimento; consolidação da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), como um canal de acesso direto dessas mulheres; ampliação do número de serviços especializados; agregação da temática violência contra a mulher na agenda política dos governos; organização do modelo de gestão das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher; ampliação dos parceiros no combate a essa violência; elaboração de diagnóstico e de planejamento de ações por parte dos estados, municípios e do Distrito Federal, dentre tantas outras contribuições (BRASÍLIA, 2011a).

No entanto, o documento também destaca os desafios constatados, os quais dificultam a implementação e execução do Pacto de forma eficaz, ou seja: inadimplência dos estados e municípios, inviabilizando o repasse de recursos; barreiras culturais; o entendimento da violência doméstica como uma situação de natureza privada; a tendência a se pensar políticas que foquem nas crianças e adolescentes e não nas mulheres vítimas; falta de dados estatísticos nacionais que permitam vislumbrar o fenômeno como um todo; dificuldade na implementação de políticas direcionadas às mulheres indígenas, quilombolas, lésbicas, ribeirinhas, rurais, entre outras; "a resistência de instituições, órgãos e serviços especializados em trabalhar de forma integrada e articulada" (BRASÍLIA, 2011a, p. 54). Partindo dessa última dificuldade, a resistência dos órgãos em trabalhar de forma integrada e articulada, passamos a refletir sobre o funcionamento da Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres.

Nesse contexto, mencionamos a criação de dispositivos direcionados ao combate da violência contra a mulher: as redes de enfrentamento. De acordo com o documento do Governo Federal intitulado *Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, elaborado e distribuído pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e Presidência da República (SPM/PR) em 2011, até 2003 as Casas-Abrigo e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) representavam as principais ações do governo para o combate à violência empreendida contra as mulheres. Após a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República, "as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram ampliadas e passaram a incluir ações de prevenção, de garantia de direitos e

inclusive de responsabilização dos agressores (combate) com o advento da Lei Maria da Penha" (BRASÍLIA, 2011b, p. 7).

Quanto a seu conceito, a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres refere-se à atuação articulada entre as instituições, serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, a fim de desenvolver estratégias efetivas de prevenção e políticas para o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, tendo em vista garantir, também, "a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência", segundo o documento (BRASÍLIA, 2011b, p. 13). Os objetivos, por sua vez, são "efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - combate, prevenção, assistência e garantia de direitos - e dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres" (p. 13).

Para cumprir com esses objetivos, a rede conta com a ação de: agentes governamentais e não governamentais responsáveis por sua formulação, fiscalizadores e executores de políticas direcionadas às mulheres (como ONGs feministas, movimentos de mulheres, por exemplo), universidades, órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos (habitação, educação, trabalho, seguridade social, cultura) e serviços especializados e não especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.

Nesse contexto, é importante compreender que rede de enfrentamento e rede de atendimento, embora se relacionem, não são a mesma coisa, ou seja, a rede de enfrentamento procura dar conta de todos os eixos que devem ser contemplados, quais sejam: combate, prevenção, assistência e garantia de direitos, no intuito de oferecer, de forma ampla, o atendimento à vítima, o que é realizado pelos órgãos de gestão e controle social de políticas de gênero; já a rede de atendimento refere-se à ação de diferentes setores, com foco em dois eixos especialmente: assistência e atendimento, realizados principalmente por assistentes sociais, agentes da justiça, da segurança pública e da saúde, que fazem parte da rede de enfrentamento (BRASÍLIA, 2011b, p. 14-15).

É relevante mencionar, aqui, que na pesquisa intitulada *Análise da percepção dos atores da Rede de Proteção à mulher vítima de violência em Biritinga-BA*, ao pesquisar sobre o encaminhamento de casos de violência contra a mulher no município e a percepção dos atores sociais a esse respeito, Araújo (2017) realizou entrevista com o Secretário Municipal de Assistência Social, Guardas Civis Municipais, Conselheiros Tutelares, Gestores e Servidores Públicos do CRAS, CRAM, CONSEG, Assistentes Sociais, Psicólogos, Policiais Civis (Delegado) e Militares (Coronel, subcomandante, comandante, soldados e cabos), Promotor de justiça da área criminal, Defensores Públicos (que atuam na esfera penal e cível), juíza da Vara

Criminal e com base nisso produziu uma representação da Rede de Atendimento do município, como ilustra a Figura 5, a seguir.

Figura 5 - Rede de atendimento de Biritinga-BA



Fonte: Araújo (2017, p. 49).

Observamos, com base na figura anterior produzida por Araújo (2017), que a Rede de enfrentamento da cidade de Biritinga, na Bahia, município por nós também pesquisado, é formada por: Vara Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Conselho Tutelar, Guarda Civil Municipal, Conselho de Segurança, CRAS, Hospital, Secretaria Municipal de Assistência Social e CRAM, os quais são responsáveis pela assistência e atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar (ARAÚJO, 2017; BRASÍLIA, 2011b). No entanto, Araújo (2017, p. 50) esclarece que quatro das doze instituições "[...] não estão situadas no município de Biritinga, mas em Serrinha, que fica a uma distância de 21 km, quais sejam: CRAM, Defensoria Pública, Ministério Público e Vara criminal".

O referido estudo ressalta que a Rede de atendimento da cidade de Biritinga-BA não atua de forma integrada, haja vista a própria dificuldade no levantamento de dados/documentos. Em suas palavras, "É provável que exatamente por essa falta de integração e de uma preocupação maior em desenvolver suas atividades de maneira cooperada e articulada, encontramos grandes dificuldades para colher dados e informações em nossa pesquisa de campo" (ARAÚJO, 2017, p. 50).

Cavalcanti e Oliveira (2017), ao tratarem sobre a violência de gênero e a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, alegam que essa violência decorre de tradição cultural, de organização social, de estruturas econômicas e de relações de poder, vitimando-as justamente pelo fato de ser mulher. Diante disso, torna-se urgente a criação e implementação de políticas públicas de combate à violência e à desigualdade de gênero, a fim de garantir

direitos aos indivíduos, especialmente a mulheres, principais vítimas da dominação herdada da tradição patriarcal. De acordo com Cavalcanti e Oliveira (2017) fundando-se em Bastos (2011), no Brasil as políticas públicas ligadas à questão do gênero tiveram início nos anos de 1980, como resultado das ações de conferências internacionais e do movimento feminista, começando pelas Casas-Abrigo em 1986, criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2003, seguida de Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, até a criação do documento Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres em 2011, com implementação em nível nacional.

Portanto, a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres é formada por uma multiplicidade de serviços e instituições, no intuito de dar conta, também, da complexidade que envolve o fenômeno. Porém para que o atendimento se efetive é necessário que haja articulação e integração entre os serviços oferecidos. "No âmbito da assistência, é fundamental que os serviços trabalhem a partir de uma perspectiva intersetorial e que definam fluxos de atendimento compatíveis com as realidades locais os quais devem contemplar as demandas das mulheres em suas diversidades" (BRASÍLIA, 2011b, p. 16).

No intuito de compreender as interfaces entre as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e as políticas educacionais direcionadas à temática, discutimos, na subseção seguinte, a respeito da violência de gênero/contra a mulher no contexto da violência de gênero/contra a mulher no contexto da escola, tendo em vista refletirmos sobre o papel da escola no combate a essa mazela social.

3.3 Violência de gênero e educação

Nos últimos anos, no meio acadêmico, tem ganhado relevância os estudos sobre gênero ligados aos diversos domínios de atuação do ser humano, na arte, na educação, na política, no trabalho etc. Neste estudo, especialmente, damos destaque às reflexões sobre gênero no contexto escolar, uma vez que relacionamos as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e as escolas públicas do município de Biritinga-BA, a fim de entender suas interfaces.

Inicialmente, destacamos, com base em Guedes (1995), que o conceito de gênero passou (e ainda passa) por entraves para sua definição pelos vários ramos das ciências em razão de sua complexidade. O fato é que ele emerge do interior da articulação entre movimentos sociais, sendo o Feminismo o principal deles. Guedes (1995) e Louro (1997) partem de significados presentes em dicionários para verificar o que propõem a respeito de gênero e ressaltam que, apesar da questão linguística ser relevante, no tocante à questão da luta das mulheres "o conceito

de gênero que pretendo enfatizar está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo" (LOURO, 1997, p. 14).

Em consonância com Guedes (1995, p. 5 apud FERREIRA, 1986, p. 844), observamos que os significados dicionarizados apontam para o entendimento de Gênero como "qualquer agrupamento de indivíduos, ideias e objetos com características comuns". Essa perspectiva leva à conclusão de dois sexos, homem e mulher, categorias "convencionalmente estabelecidas" (GUEDES, 1995, p. 5). Nessa perspectiva das categorias homem e mulher, verificamos, segundo Schouten (2011, p. 13), que "O género é um dos princípios organizadores mais importantes da vida social. Por género entendemos a especificidade de homens e mulheres sob os pontos de vista social, cultural e psicológico".

Em aspecto sociológico, destaca-se que as relações de gênero organizam toda a vida social, sendo, portanto, de extrema relevância um aprofundamento na temática, com a finalidade de conhecer a organização da sociedade, o que para Schouten (2011, p. 13) significa "[...] também uma vantagem prática na execução de projectos de investigação e de intervenção social". Como dissemos, uma de nossas ações nesta pesquisa é a realização de uma intervenção por meio de encontro de pesquisa, sendo essencial um estudo prévio a respeito das discussões sobre gênero.

Ainda conforme Schouten (2011), os estudos sobre gênero são recentes, sendo este tratado como dimensão de análise social somente a partir 1960. Até então, tudo se voltava para o androcentrismo, ou seja, o centro era sempre o homem; assim, toda reflexão e conclusão a que se chegava sobre o gênero humano começava e terminava no homem, sendo delegado às mulheres um papel marginal ou praticamente inexistente ao longo da história. Nas palavras desta autora,

> O facto de os investigadores, na maior parte das vezes, serem homens influenciou as opções das pesquisas e também as possibilidades de contato com a realidade empírica. E mesmo quando investigadores ouviam ou entrevistavam mulheres, tal não significava a garantia de que elas se exprimissem livremente. Por motivos de adaptação e intimidação, podiam fazer eco das opiniões e depoimentos de homens, transmitindo, assim, a ideia de uma uniformidade de opiniões e práticas no grupo em consideração (SCHOUTEN, 2011, p. 14).

Como vemos na citação da autora, às mulheres, por muito tempo, foram negados vários direitos, especialmente o direito à palavra própria, ao livre pensamento, à expressão de sua opinião, fazendo imperar um único discurso dominante: o masculino.

Sobre o termo Gênero nas relações sociais, Scott (1995, p. 72) salienta que sua aparição inicial ocorreu entre as feministas americanas, as quais tinham o intento de enfatizar as relações sociais fundamentadas nas diferenças de sexo; a intenção dessas mulheres era rejeitar o determinismo biológico suscitado por termos como "sexo" ou "diferença sexual". Ademais, "[...] o que é talvez mais importante, 'gênero' era um termo proposto por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares" (SCOTT, 1995, p. 73). Para o êxito dessas pesquisas, seria necessário ressignificar paradigmas e inaugurar critérios que dessem relevância a esse trabalho.

Nessa atividade de inclusão da experiência das mulheres na história seria necessário incluir o gênero como uma categoria de análise. Foram feitas, então, segundo Scott (1995) analogias com outras categorias: de classe e raça, a fim de escrever nova história, na qual as mulheres, junto com outros grupos, passariam a gozar de relevância. Conforme dissemos na subseção anterior, a interseccionalidade, para nós, encontra-se relacionada ao conceito de encruzilhada, como propõe Akotirene (2019), pois possibilita a realização de estudos sobre raça, gênero e etnia, atravessados pelas construções curriculares quanto ao que o discurso histórico (re)produz nos espaços de educação.

Quanto à interseccionalidade, na condição de categoria analítica, ela ajuda a explicar as matrizes de opressão, vulnerabilidades, desigualdades, opressões e violências, mas não só isso: também os privilégios. De acordo com Santos (2017):

> A "interseccionalidade" refere-se ao cruzamento de sistemas de opressão e de privilégio, como o (hetero)patriarcado, o capitalismo e o racismo, que estruturam as relações sociais com base em categorias historicamente situadas, tais como, classe social, gênero, raça, etnia, orientação sexual, deficiência, entre outras, (re)produzindo relações desiguais de poder e moldando a formação de identidades individuais e coletivas.

Nesse sentido, vemos, por um lado, o privilégio do homem branco abastado em um extremo, no outro extremo, conforme direcionamento deste trabalho, a mulher negra pobre, bem como os gays, os deficientes e outros indivíduos marginalizados por não fazerem parte do grupo marcado por cruzamentos que privilegiam. O ambiente escolar também se apresenta como lugar onde esses cruzamentos operam exclusões e violências; no entanto, a sala de aula pode ser, também, lugar de negociação e disputa, pensando na construção de um currículo inclusivo. Oliveira e Ferrari (2018, p. 22) discutem sobre interseccionalidade entre gênero, sexualidade e raça na sala de aula "[...] como espaço de negociação e disputa, o que pode ser

traduzido na compreensão da escola e do currículo como instâncias em construção, resultado das relações de poder-saber que em última análise, constrói sujeitos".

Sendo assim, salientamos o papel das escolas, e principalmente dos sujeitos nelas presentes, no ato formador e transformador para com a sociedade, tendo em vista a educação do alunado, bem como a formação do profissional que educa. Sabemos que os estudantes, seus familiares e todo o corpo docente possuem modos de pensar, culturas, costumes, crenças, e tudo isso se encontra no espaço escolar, dialogando, se completando, se repelindo, se confrontando e, por fim, se (re)construindo, produzindo novos sentidos.

Podemos dizer, então, que a escola não deve ignorar a coexistência destas identidades que habitam seu espaço, marcadas por classe social, gênero, raça, etnia, orientação sexual, deficiência etc., mas deve se posicionar considerando que nesse campo há uma diversidade de experiências e expectativas, neste caso especialmente na educação pública, porquanto muitos pais e mães, carentes não apenas materialmente, mas também cultural e intelectualmente, depositam nas escolas e professores a confiança para a tarefa de educar seus filhos.

Especialmente em relação ao marcador de gênero, foco desta pesquisa, vale mencionar, aqui, conforme Schouten (2011), que o termo Feminismo era utilizado na França, na segunda metade do século XIX, por vezes, para identificar homens com traços físicos e atitudes considerados femininos, ganhando, com o tempo, o significado que tem hoje. A autora menciona, baseando-se em Ferreira (1988, p. 94), o significado que melhor corresponde à perspectiva adotada: "movimento de procura de compreensão das condições sociais das mulheres, tendo como objetivo melhorá-las e lutando por esse objetivo" (SCHOUTEN, 2011, p. 17). Entretanto, antes mesmo do surgimento do termo, outros movimentos de cunho feminista já tinham dado passos, nos campos político, social e científico, em direção às lutas por emancipação.

No Brasil, os anos de 1980 foram marcantes nas lutas pelo direito de reconhecimento das mulheres em sua participação na construção da história da nação (GUEDES, 1995). Aqui o contexto político impulsionou essa luta para dar visibilidade à mulher, porém, até então, havia uma resistência social e também acadêmica quanto a esse debate, sendo uma discussão marginalizada, que salientava ainda mais as assimetrias de gênero. Somente no final da década de 1980 em diante cresceu a adesão ao movimento feminista em nosso país; "Resgatar o ser mulher foi importante para os diferentes movimentos, mas não significou mudanças nas relações sociais expressas nas práticas cotidianas, nas práticas institucionais" (GUEDES, 1995, p. 8).

Prova de que as mudanças ocorridas ainda não são suficientes, principalmente no contexto brasileiro, são os índices alarmantes de violências sofridas por mulheres de modo geral, mas principalmente mulheres pobres, negras, pouco escolarizadas. Em consonância com Saffioti (1994, p. 443), no texto *Violência de gênero no Brasil atual*, "A violência do macho contra a mulher, expressa de diferentes formas – ironia, espancamento, reprodução forçada, estupro, homicídio etc. – é constitutiva da organização social de gênero no Brasil".

Nesse sentido, acionamos a concepção de gênero a partir dos estudos de Scott (1995), juntamente com o conceito foucaultiano de poder, para analisar como este está relacionado à questão da violência de modo a produzir ou reproduzi-la. Desta maneira, a ideia de violência que atravessa essas enunciações encontra respaldo na obra de Foucault, mais especificamente em suas elaborações que concebem a violência como meio de coerção a serviço das relações de disciplinarização dos corpos, como também de dominação, tensionadas nas relações de gênero.

Assim, corroborando com as questões referidas anteriormente, Foucault assegura-nos que o poder não é estático, centralizado, muito menos dicotômico, ele está disseminado na sociedade, de modo que:

> O poder não é substancialmente identificado como um indivíduo que o possuiria ou que o exerceria devido seu nascimento; ele torna-se uma maquinaria de que ninguém é titular. Logicamente, nesta máquina ninguém ocupa o mesmo lugar; alguns lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia (FOUCAULT, 2001, p. 219).

A este respeito, podemos ponderar que o poder está pulverizado e não se refere a uma personificação, mas sim a poderes dispersos em constelações, espalhado em todos os lugares, permeando as relações sociais e desiguais. Neste horizonte, Eunice Godinho aponta que na concepção foucaultiana o poder único não existe, o que há são práticas de poder, de modo que "o poder não é algo que se possui, mas algo que se exerce" (1995, p. 68).

Neste sentido, ao aliar as proposições de Joan Scott e de Foucault, buscamos verificar os papéis atribuídos aos homens e às mulheres e sua relação estreita com a violência de gênero. Com efeito, suspeitamos que os "papéis" repetidos de homem e mulher naturalizam a constituição do sujeito ao tempo em que abrem brechas por onde emergem as insurgências que subvertem os quadros normativos e inauguram a agência discursiva. Para tanto, é imprescindível mencionarmos o conceito de gênero elaborado por Scott (1995, p. 86), isto é,

> [...] gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; [...] é uma forma primeira de significar

> as relações de poder. [...] Falar de gênero não se trata apenas de mulheres, mas de humanos. [...] Gênero é uma categoria que não trata de diferença sexual, mas da relação social que se constrói entre sujeitos sociais.

De acordo com Scott (1995), o gênero é uma categoria definida através de construções sociais que envolvem símbolos e significados e que ultrapassa a questão biológica, uma vez que a ideia de ser homem e ser mulher, juntamente com os papéis sociais destinados a ambos vão sendo moldados por meio dos valores, hábitos e características regulamentadas pelas sociedades para representar e distinguir o feminino do masculino e que são ensinados socialmente. Para, além disso, o gênero é uma forma de significar as relações de poder e não pode ser entendido de maneira isolada, constituindo um binarismo, mas sim de forma relacional.

Ao pontuar as relações sociais, é relevante destacar que os poderes produzem violências. Essas violências são produzidas através de muitos dispositivos, como controle e vigilância de gênero. Essa perspectiva pode ser constatada ao analisarmos a disseminação do poder disciplinar e do *panópticon*, conceitos que serão abordados a seguir.

Segundo Michel Foucault, na obra *Vigiar e punir*, o processo de disciplinarização se instaura por meio de um conjunto de normas/regras reforçado por mecanismos de vigilância e de controle que forma/fabrica corpos dóceis, manipulando, modelando e treinando os corpos, nessa lógica: "É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado" (FOUCAULT, 2000, p. 118). Nessa perspectiva, podemos pontuar que neste processo de "adestramento", coerção é um tipo de violência que é produzida e reproduzida. Com efeito, Foucault assegura que:

> O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior 'adestrar'; ou sem dúvida *adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor*. [...] A disciplina 'fabrica' indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumento de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado (FOUCAULT, 2002, p. 143, grifo nosso).

De acordo com as questões mencionadas acima, podemos apreender que o poder disciplinar objetiva fabricar os corpos "dóceis", aqui no sentido de obedecer a uma determinada ordem estabelecida pela normatização imposta pelas sociedades. Para manter o adestramento e essa disciplinarização utiliza-se de dispositivos de vigilância e controle, coerção e dominação, o que implica a produção de violências. Nessa perspectiva, o poder disciplinar constitui-se de modo disseminado, modesto e atua na produção/reprodução das violências de gênero, uma vez que, para garantir a fabricação dos corpos dóceis, aqui pensados como a manutenção da

normatização dos papéis sociais construídos socialmente e destinados a homens e mulheres, temos como produto as várias formas de violência que podem ser gestadas em diversas esferas nas relações sociais e de gênero.

Vale mencionar o que afirmam Collins e Bilge (2020): "O domínio disciplinar do poder refere-se à aplicação justa ou injusta de regras e regulamentos com base em raça, sexualidade, classe, gênero, idade, capacidade, nação e categorias semelhantes". Desse modo, as pessoas são "disciplinadas para se "enquadrar e/ou desafiar o *status quo*, em geral não por pressão manifesta, mas por práticas disciplinares persistentes" (COLLINS; BILGE, 2020, p. 28).

Segundo Michel Foucault, o panopticon é uma espécie de olhar social e opinião coletiva que se materializa em uma forma de poder, este consiste em um olhar que "[...] vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo" (FOUCAULT, 2001, p. 218). Dessa forma, o panopticon é produtor de um saber que regula aspectos da vida dos indivíduos, constituindo-se na sujeição constante do indivíduo.

Esse olhar, ao mesmo tempo em que imprime uma opinião coletiva, faz com que as pessoas, de maneira individual e isolada, também compactuem com a opinião grupal acerca do que é certo ou errado, de tal modo que torna o indivíduo um vigilante de si mesmo inclusive quando estiver sozinho, esse olhar social fixa uma consciência reguladora e vigilante das ações pessoais. Diante dessas considerações, compreendemos que esse tipo de poder atua de modo sutil, quase imperceptível e introjetado no imaginário social, mas também atua na produção/reprodução das violências, inclusive de gênero, no tocante à manutenção dos papéis sociais construídos coletivamente e destinados aos homens e às mulheres em suas relações. O panopticon, enquanto um poder cristalizado, juntamente com seus mecanismos também aciona a coerção e a vigilância para regular, controlar e exercer domínio no que se refere às normas sociais, aplicando isto à análise das relações de gênero ele é acionado para manter a funcionalidade dos papéis de gênero, trazendo implicações não só no campo da violência física, como também simbólica, dentre outras.

A este respeito, Foucault afirma que "este reino da 'opinião' [...] é um tipo de funcionamento em que o poder poderá se exercer pelo simples fato de que as coisas serão sabidas e de que as pessoas serão vistas por um tipo de olhar imediato, coletivo e anônimo" (FOUCAULT, 2001, p. 216). Vale pensar, portanto, que a instituição escolar, como um aparelho do Estado exerce sobre os indivíduos esse poder tanto sobre seus corpos quanto sobre suas consciências, normatizando comportamentos devidos aos homens e devidos às mulheres.

De acordo com Louro (1997), tornar visível aquela que fora ocultada é o grande objetivo do feminismo e levar o debate para o campo acadêmico caracteriza-se um passo importante nessa empreitada, não só para alargar o debate, mas para denunciar a ausência de mulheres nas artes, na ciência, de forma maciça e igualitária. Para Rosemberg (2001), as políticas educacionais do Brasil, se fossem analisadas pelo viés do gênero, com certeza recairiam sobre as reformas educacionais promovidas a partir de 1990, pois, sob um modelo de políticas neoliberais, visa-se obter qualidade restringindo, ao mesmo tempo, o investimento de recursos públicos, perpetuando o ciclo de dominação do masculino sobre o feminino (postos ocupados, diferenças salariais, dentre outras questões).

Rosemberg (2001) salienta, ainda, que essa dominação se revela não só em âmbito nacional, mas internacionalmente também, uma vez que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), por exemplo, assumiu a partir do final dos anos 1980 a educação das "meninas" como pauta, o que já denuncia uma diferença. A isto seguiram-se conferências mundiais direcionadas à educação (a Conferência de Nova Delhi - 1993, a Conferência de Aman - 1996, a Conferência Mundial "Educação para Todos" - 2000, em Dakar) focadas em acompanhar indicadores quantitativos de desigualdade de gênero, porém buscando equilibrar essa diferença de modo que os indicadores femininos pudessem se igualar aos masculinos, sem levar em consideração as necessidades próprias dessas meninas.

Conforme a autora,

> [...] fragmentam o sistema de ensino, pois focalizam idades e níveis escolares isoladamente (por exemplo, um indicador para a educação básica, outro para a superior) como se fossem independentes; adotam uma perspectiva do feminismo liberal, pois a meta é que os indicadores femininos se aproximem dos masculinos; são interpretados como sendo a própria dinâmica social, perdendo o sentido estrito de que apenas indicam uma configuração social e humana, sendo identificados, então, como o próprio foco da política social; homogeneizam os grupos de países – de um lado os desenvolvidos e de outro os subdesenvolvidos – sem atentarem para heterogeneidades internas e semelhanças transversais (ROSEMBERG, 2001, p. 517).

Como vemos, ainda que o projeto seja direcionado a dar maior visibilidade à problemática educacional atravessada pelo gênero, no final acaba-se produzindo uma uniformização que direciona as meninas a acompanharem os meninos, de modo que para a mulher obter sucesso deve se espelhar no percurso realizado pelo homem, sem que suas particularidades e verdadeiras necessidades sejam investigadas e tenham uma intervenção eficaz (ROSEMBERG, 2001).

A autora, ao tempo em que produziu seu estudo, salienta a ínfima produção acadêmica brasileira relativa aos estudos de gênero, tendo em vista especialmente sua correlação com o âmbito educacional, o que dificulta um trabalho eficaz de redução das desigualdades de gênero e o fortalecimento do combate à violência sofrida pelo gênero feminino. Diante disso, salientamos a relevância desta pesquisa de mestrado, ao articular o estudo de gênero às redes de enfrentamento à violência contra a mulher, tendo a escola como importante participante dessa rede, conforme também ressaltam as(os) participantes dos atelieres por nós propostos.

Em nosso trabalho de revisão sistemática, observamos o desenvolvimento de pesquisas, em âmbito nacional, relativas à violência contra a mulher, violência de gênero e violência doméstica ligadas à educação, tendo em vista identificar situações dessa natureza, preveni-las, bem como refletir sobre a questão a fim de desenvolver nos sujeitos a conscientização (ANDO, 2011; CORDEIRO, 2017; MEDEIROS, 2018; FERREIRA, 2019, dentre outros). Dessa forma, acreditamos que nos últimos anos houve uma maior preocupação em discutir sobre todo tipo de violência no seio da sociedade e, no caso da escola, da violência intrafamiliar, pois esta afeta toda a sociedade.

De acordo com Brino e Souza (2016), ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente, mediante a Lei 8069/1990, garanta às crianças e aos adolescentes uma vida digna, de cidadãos que são, a violência familiar faz parte da realidade de muitos deles, pois, muitas vezes, são expectadores ou até vítimas de situações de violência dentro do próprio lar. Mesmo quando não sofre a violência diretamente, quando sua mãe é agredida por seu pai, por exemplo, isso representa um fator de risco, podendo trazer consequências para sua vida emocional, relacional, e para seu desenvolvimento (BRINO; SOUZA, 2016).

No contexto do papel da escola no enfrentamento à violência contra a mulher, mencionamos que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo definidor do conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que o aluno precisa desenvolver ao longo da Educação básica, visa garantir que os estudantes tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme preceitos do Plano Nacional de educação (PNE) (BRASIL, 2017). O principal objetivo da BNCC é formar estudantes com habilidades e conhecimentos considerados necessários para o século presente, levando em consideração a modernização dos recursos e práticas pedagógicas (BAPTISTA, 2010). Nas competências gerais para a educação, o documento legal, em sua terceira versão, não faz menção à questão das relações. Em sua nona competência, destaca:

> 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2017, p. 10).

O documento como um todo demonstra o objetivo de contribuir e orientar a formação integral do sujeito estudante para a convivência social, com respeito, acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais, conforme a citação anterior, tendo em vista desfazer preconceitos de qualquer natureza. É lamentável que o documento não explicite as relações de gênero, o que provoca debates e críticas ao documento, porém abre possibilidades para que as escolas trabalhem a temática de gênero e sexualidade em seus currículos, bem como a violência contra o feminino, seja ela definida como violência contra a mulher, doméstica ou de gênero, uma vez que afeta toda a família e, especialmente, a comunidade.

De acordo com Moreira, Araújo e Jesus (2020, p. 4), "[...] a escola enquanto instituição formadora, necessita de um trabalho constante e sistemático de desconstrução de atitudes e comportamentos socialmente machistas naturalizados no imaginário coletivo dos atores sociais da escola". E mais: a escola necessita atuar coletivamente com os demais órgãos que compõem a Rede de enfrentamento à violência contra a mulher para atingir esse fim. Desse modo, chamam atenção aqui os conceitos de rede e território, bastante difundidos incialmente no campo da geografia, mas que, com o tempo, ganharam outras conotações no interior da sociedade (COELHO NETO, 2013). Conforme o autor, esses conceitos, atualmente, se remetem à agenda e ao debate político-social, incorporados à construção de políticas públicas e planos governamentais que possam alcançar pessoas em todo o país, sendo compreendidos de forma empírica.

Mas será que as instituições de ensino têm trabalhado com outros dispositivos em rede ou atuam sozinhas em seu trabalho de conscientização e combate à violência contra o feminino? Como vimos em nossa revisão sistemática, nos blocos "violência contra a mulher e educação", "Violência de gênero e educação" e "violência doméstica e educação", muitas pesquisas, desenvolvidas no âmbito da educação superior especificamente, focam nas consequências da violência doméstica na vida de crianças e adolescentes, de certo modo marginalizando a mulher, muitas vezes vítima direta de abusos; em outros casos, concentram-se no trabalho realizado pelos Centros de Referências de Assistência à Mulher (CRAM), pelas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), de maneira pontual, sem a devida interação com todos os dispositivos disponíveis. Poucos trabalhos, como os de Santos (2015), Silva (2017) e Cordeiro (2017), abordados em nossa investigação, realizam um trabalho que dialoga

com a escola e com outras instâncias numa perspectiva de rede, no intuito de enfrentar a violência imprimida contra a mulher. Em nossa pesquisa de mestrado, inovamos, portanto, ao realizar uma investigação que articula esse diálogo entre agentes que compõem a rede, identificando fragilidades em sua necessária interação, propondo, ainda, um plano de cunho formativo/interventivo para fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher no município.

Na subseção seguinte, apresentamos os dados referentes às proposições discursivas das(os) participantes da pesquisa – agentes de políticas públicas e educacionais –, em nossos três ateliês, a fim de conhecer suas concepções sobre a existência ou não de uma rede no município de Biritinga-BA, tomando como base categorias de análise (gênero, violência contra a mulher, violência de gênero, políticas intersetoriais, interseccionalidade).

4 ATELIÊ DE ENCONTRO ENTRE AS POLÍTICAS INTERSETORIAIS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E AS ESCOLAS PÚBLICAS DE BIRITINGA-BA – REDES E RESISTÊNCIA

Nesta seção, apresentamos a descrição da nossa proposta de intervenção, realizada por meio de três encontros virtuais, na Plataforma Microsoft Teams, com a participação de agentes de políticas públicas de enfrentamento à violência e agentes educacionais. Conforme salientamos, nosso maior interesse, nesta pesquisa é compreender as interfaces entre as políticas e as escolas no que tange ao enfrentamento da violência sofrida pelas mulheres, sendo de extrema relevância o diálogo com estes sujeitos. Nesse sentido, quisemos ouvi-los livremente, a fim de observar como surgem em suas falas categorias como gênero, violência contra a mulher, violência de gênero, políticas intersetoriais, interseccionalidade.

Antes, vale lembrar que em virtude da Pandemia da Covid-19, doença respiratória que se alastrou pelo mundo inteiro, provocando um clima de medo, insegurança e incertezas, ocorreram muitas mudanças no modo como nos relacionamos com as pessoas: a partir do ano de 2020 o isolamento social passou a ser uma das formas de conter o avanço do Novo Corona Vírus, enquanto não houvesse medicamento ou vacina para contê-lo. Assim, além do comércio, igrejas e outros espaços, as instituições de ensino também precisaram ser fechadas, no entanto as atividades de ensino aprendizagem não pararam totalmente, mas tiveram que migrar para as plataformas on-line. Nesse sentido, os programas de pós-graduação também não pararam e nossa pesquisa, então, teve seu andamento com a adoção de recursos virtuais, uma vez que todo o contato com as(os) participantes, desde o convite até a realização dos ateliês, deu-se virtualmente.

Conforme dissemos na seção metodológica, baseamo-nos em dois dispositivos para a idealização do nosso projeto de intervenção, bem como no planejamento de cada ateliê, isto é, o Ateliê de Pesquisa segundo a proposta de Medeiros e Silva (2017*)* e o Ateliê de Encontro conforme Justo (2020). Esses dispositivos contribuem com a investigação no sentido de promovermos uma intervenção formativa fundada na escuta sensível e atenta dos participantes, favorecendo, ainda, a interação da coletividade, com diálogos, reflexões, trocas etc. (MEDEIROS; SILVA, 2017; JUSTO, 2020).

Portanto, nas subseções seguintes, detalhamos os três atelieres realizados, discutindo e analisando os dados e informações produzidos em diálogo com nossas investigações teóricas, a fim de entendermos o contexto pesquisado quanto à violência contra a mulher, articulando as

posturas de agentes das políticas públicas voltadas a essa questão e os posicionamentos de agentes das escolas.

4.1 Nossos Ateliês: considerações iniciais

Os três atelieres aconteceram no período noturno, a partir das 20:00h, com pouco mais de uma hora de duração. Participaram dos encontros, de modo geral, além da pesquisadora, 12 profissionais. A fim de conhecermos os perfis das(os) agentes de políticas públicas e educacionais[16], enviamos formulários on-line (Apêndices E e F), com perguntas de cunho pessoal, profissional, sobre seus conhecimentos a respeito de interseccionalidade na atuação profissional, entre outras questões – novamente, nem todos enviaram suas respostas, ainda que tenhamos solicitado algumas vezes.

Com base na devolutiva de respostas que tivemos, primeiro em relação às agentes educacionais, verificamos que elas se declaram mulheres, casadas, heterossexuais, sendo brancas/pardas, trabalham na rede municipal de educação/rede estadual de educação, a maioria em regime de 40 horas; maior parte delas tem formação em pedagogia e a maior titulação é especialização.

Ao serem questionadas sobre o trabalho com a temática gênero na escola, observamos que nem todas o fazem; as que abordam a temática o fazem por meio de palestras e/ou projetos; quanto à abordagem da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) ou proposição de alguma atividade pela unidade escolar, a maioria informa não haver mobilização nesse sentido, de modo que informa, também, a não realização de projetos/ações interdisciplinares com tema violência contra a mulher no ambiente escolar. Ressaltam, em sua maioria, que a temática também não é abordada entre os professores e coordenadores.

Nesse ponto, vale mencionar o levantamento que fizemos por meio de revisão sistemática, pois, como vimos, tratam das ações no campo educacional para prevenção à violência contra a mulher (FERREIRA, 2019; FERREIRA, 2016; ANDO, 2011; SANTOS, 2012; MEDEIROS, 2018; SOARES, 2013; PRETO, 2011; NOTHAFT; BEIRAS, 2019; BRINO; SOUZA, 2016), do diálogo entre currículo escolar e violência doméstica (PEREIRA, 2015; OLIVEIRA, 2014), das ações educativas desenvolvidas no Centro de Referência de

[16] Ao longo da realização dos ateliês e após sua realização, solicitamos à Secretaria de Educação do município maiores informações a respeito da rede de ensino, a fim de caracterizar as escolas quanto a sua infraestrutura, tanto rurais quanto urbanas, seu público frequentador, no entanto não obtivemos estas informações até a finalização desta pesquisa de mestrado.

Atendimento à Mulher – CRAM (SILVA, CARRERA, 2017), das percepções e representações sobre gênero (CORDEIRO, 2017; MIRANDA, 2013; BANDEIRA, 2014; BONFIM, 2015; MACIEL; RIBEIRO; RODRIGUES, 2018), no entanto sem um diálogo mais amplo entre os órgãos e indivíduos que compõem a rede.

Procuramos saber das agentes educacionais se elas sabem o que são as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra mulher e qual o papel dessa política. Obtivemos respostas como: "Sim, de suma importância no contexto social atual, pois inibe práticas delituosas no ambiente familiar"; "Não tenho conhecimento"; "Sim. Trabalhar de forma interdisciplinar o tema"; "Sim. É a integração de ações, saberes e esforços de diferentes setores da política pública entre eles para enfrentamento dos problemas sociais". Vemos, assim, que suas respostas se aproximam de nossa abordagem, ou seja, como um eixo intersetorial e prioritário ligado não somente às áreas de segurança e assistência social, mas envolvendo vários setores do Estado (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2017).

Perguntamos às agentes educacionais se elas têm conhecimento se a escola faz parte das políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher no município de Biritinga e a maioria delas afirma que não. Essa informação mostra-nos previamente que não há, de fato, uma rede de enfrentamento firmemente estabelecida e em diálogo no município, visto que as próprias participantes revelam isso em suas respostas. Ademais, em nossa revisão sistemática, verificamos que poucas pesquisas trabalham na perspectiva de rede, de modo que apenas Santos (2015), Silva (2017) e Cordeiro (2017) apresentam uma abordagem mais próxima.

Nesse sentido, perguntamos sobre a existência de programas educacionais, nas unidades em que trabalham, que disseminem valores éticos de respeito à dignidade da pessoa humana com perspectiva de gênero, classe e sexualidade. Conforme suas respostas, algumas dizem que há esses programas, outras dizem que não ou que há parcialmente; assim, verificamos que esse trabalho necessita ser fortalecido no município de Biritinga, na área educacional, a fim de promover ações de conscientização, de educação para o respeito, direcionadas aos alunos, bem como à comunidade. Dessa forma, elas opinaram sobre as principais dificuldades ou obstáculos na inter-relação entre as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e a escola pública em Biritinga-Ba: "Nos últimos dias paramos de trabalhar por conta da pandemia e já observamos um número excessivo de casos, isto é um obstáculo. Muitos homens estão em casa sem trabalhar perderam seus empregos por conta da doença, aí consequentemente ficam mais tempo em casa e infelizmente acontece a violência"; "Colocar em pauta para dialogar"; "Parcerias"; "Falta maior engajamento por parte de pessoas".

Questionamos, ainda, se elas sabem o que é interseccionalidade e a maioria disse que sim, ressaltando que esta emerge de trabalhos relativos à "[...] igualdade de gênero e principalmente incentivamos projetos que venham a valorizar a mulher no contexto social se sentindo útil, valorizada, diante a sua identidade"; "Surge em debates, reuniões, conversas informais"; outra participante informa: "Estou começando a trabalhar na unidade esse ano, por isso não tenho uma resposta para essa pergunta". Para nós, parece que esse trabalho, além de ser pouco desenvolvido no âmbito escolar, encontra-se restrito a esse espaço, sem nenhum diálogo com outros órgãos competentes que deveriam formar uma rede no município. Quando questionamos a respeito de que forma a unidade em que trabalham é acionada nas resoluções do enfrentamento à violência contra a mulher, elas nos informaram: "Procura o órgão competente"; "Não tenho resposta"; "Devendo trabalhar mais o respeito as diferenças, a solidariedade a união" – isso demonstra a fragilidade do trabalho para enfrentamento da violência contra a mulher no município, no que tange ao papel da escola.

As(os) agentes de políticas públicas – aquelas(es) que enviaram resposta –, por sua vez, revelam que são casados/solteiros, heterossexuais, negros, trabalham na rede pública municipal, em regime de 40 horas. Possuem formação em Psicologia/Ensino Médio, com titulação máxima em especialização.

Ao questionar as(os) agentes a respeito da unidade em que trabalham desenvolver alguma atividade relativa à Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), todas(os) afirmaram que sim, afirmando também que em sua atuação realizam projetos/ações interdisciplinares com o tema violência contra a mulher. Sobre esses projetos, destacam: "Projeto Março Mulher; ciclo de palestras sobre violência doméstica; campanhas de conscientização da comunidade, cujo tema: 'Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher'"; "Projeto de conscientização do agressor, dentre outros"; "Enviamos um Projeto para o Fórum trabalhar com os homens agressores". Assim como ocorre no ambiente escolar, conforme relatado pelas agentes educacionais, as ações realizadas pelas(os) agentes de políticas públicas também são bastante específicos em sua temática e direcionados à comunidade, porém não parece dialogar com a escola, importante agente no trabalho de enfrentamento à violência.

Perguntamos como eles respeitam as questões relativas a gênero e obtivemos as seguintes respostas: "Como pessoa humana!"; "De forma que não coloque o outro em constrangimento". Dessa maneira, percebemos um trabalho voltado ao acolhimento da vítima, vista em sua condição de pessoa, fragilizada, que não deve ser julgada, mas abraçada, acolhida, amparada. Nessa direção, questionamos o que elas(es) entendem como políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e qual o papel dessa política, de modo que

relataram: “Prevenir, proteger, fortalecer a mulher vítima ou possível vítima de violência”; “Articular as políticas públicas e garantia de direitos a mulheres”. Neste caso, vemos que concebem as políticas como ações direcionadas à vítima de violência, colocando-a no centro de todo o trabalho a ser realizado.

Indagamos as(os) agentes de políticas públicas sobre terem ou não conhecimento se a escola pública faz parte das políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher no município de Biritinga e uma parte informa que sim, outra parte informa que não. Ainda, uma parte indica a existência de programas educacionais na unidade em que trabalham, favorecendo os valores éticos de respeito à dignidade humana, na perspectiva de gênero, classe e sexualidade, no entanto outra parte informa que não ter conhecimento de programas dessa natureza, e algumas(uns) mencionam como dificuldades “A [pouca] compreensão de que juntos seremos mais efetivos!!”; “A [falta de] articulação da rede”.

Conforme nosso levantamento, observamos que são realizadas muitas ações no campo educacional para prevenção à violência contra a mulher (FERREIRA, 2019; FERREIRA, 2016; ANDO, 2011; SANTOS, 2012; MEDEIROS, 2018; SOARES, 2013; PRETO, 2011; NOTHAFT; BEIRAS, 2019; BRINO; SOUZA, 2016), porém, quase sempre, com foco nos estudantes ou docentes/coordenadores, além disso, como ressaltam Brino e Souza (2016, p. 1252), “[...] estudos indicam que os profissionais em geral, seja da área educacional ou da saúde, não estão preparados para lidar com casos de violência intrafamiliar, seja praticada contra crianças e adolescentes, seja contra a mulher [...]”.

Ao questionarmos sobre o que é interseccionalidade, parte dos participantes que responderam ao formulário afirmou saber e outra parte informou “talvez”, salientando, conforme algumas respostas, que “Embora [a interseccionalidade] seja uma terminologia nova ou pouco ainda discutida, na unidade que trabalho procuramos acolher o sujeito independente da sua condição, social, cor, raça, gênero de forma igualitária, seguindo os critérios de equidade, de modo a garantir acesso a direitos e a dignidade da pessoa humana”; “De forma articulada com os técnicos de referência”.

De acordo com algumas(uns) dessas(es) profissionais, na unidade em que trabalham, as resoluções do enfrentamento à violência contra a mulher são acionadas “Através de encaminhamentos pela rede e da comunidade”; “Por meio de demanda espontânea ou acionada pelo sistema de garantia de direitos”. Afirmam, ainda, que a rede de enfrentamento se relaciona com a unidade em que trabalham.

4.2 Primeiro Ateliê de Encontro

Nosso primeiro ateliê foi pensado por nós com a finalidade de entender como as ações oriundas de políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher emergem nas construções discursivas das(os) participantes da pesquisa, e como suas concepções se materializam em suas palavras, uma vez que elas(es) estão situadas(os) em postos que exigem uma postura de enfrentamento e combate à violência de gênero, uma postura que considere os direitos das mulheres. De acordo com o Art. 5° da Lei Maria da Penha, no parágrafo único, "as relações pessoais previstas nesse artigo independem de orientação sexual". As mulheres, homoafetivas ou não, são protegidas pela Lei Maria da Penha.

Iniciamos nosso primeiro encontro, no dia 28 de junho de 2021, às 20:00h, com uma tolerância de 15min, com um fundo musical *La Belle de Jouar*, de Alceu Valença, no intuito de criar um ambiente voltado para a temática, contextualizando nossas ações e intenções para provocar reações e reflexões em nossos interlocutores. Nesse encontro, com a realização do ateliê de pesquisa, buscamos captar as primeiras impressões das(os) participantes da pesquisa de mestrado ora apresentada.

Para complementar a discussão iniciada a respeito da Rede de enfrentamento, reproduzimos um vídeo que retrata uma mulher[17], natural de Biritinga, que ficou paraplégica em janeiro de 2021, em decorrência de violência doméstica sofrida. Acreditamos que, assim, poderíamos traçar um paralelo entre as políticas e a realidade vivenciada por algumas mulheres em seu dia a dia, especialmente nesse município.

Neste primeiro dia, pedimos autorização aos participantes para gravação do encontro por meio de ferramenta online, captando imagem e áudio, o que também seria feito nos outros encontros. Ressaltamos que o material não seria divulgado, preservando, pois, suas identidades, uma vez que seus nomes seriam substituídos por nomes fictícios. Os dados de áudio produzidos foram transcritos e as imagens ajudaram na interpretação, uma vez que movimentos, expressões faciais, entonação contribuem para a compreensão.

Nesse momento, os participantes apresentaram-se, a fim de nos conhecermos um pouco. Ao tratarmos sobre as Políticas Intersetoriais de Enfrentamento à Violência contra a mulher no município de Biritinga-Ba, visando entender como as ações das políticas de enfrentamento à

[17] Acuçena, mulher negra, 25 anos, 3 filhos, lavradora, natural de Biritinga-BA: "Eu convivi com ele muitos anos, depois ele começou a beber cachaça, ele me agredia, eu não aguentei mais sofrer violência e saí de casa, ele quis voltar, como eu não quis, ele atirou em mim. Fiquei 11 dias no hospital internada e fiquei paraplégica. O que aconteceu comigo pode acontecer com qualquer uma".

violência contra a mulher aparecem nas construções discursivas das(os) participantes da pesquisa, propomos como atividade a cartografia (desenho) da Rede e sua posterior explicação. Este desenho, a cartografia referente à Rede, deveria ser fotografado e enviado para por meio de mensagem para o grupo de WhatsApp, para serem projetados na tela do computador, compartilhados para serem problematizados.

Após recebimento das imagens das cartografias, fotografadas pelos colaboradores e enviadas por mensagem (Figura 6), essas cartografias foram compartilhadas uma depois da outra, com posterior explicação de cada atelierista. Ao longo dessa explanação, foram surgindo questionamentos e reflexões que permitiram fomentar as discussões, tais quais: como enxerga a violência no município? As Redes de políticas são efetivas? A escola está nesse lugar? Como a Escola se relaciona com a Rede de enfrentamento à violência contra a mulher?

Figura 6 - Cartografias com as concepções de rede dos participantes

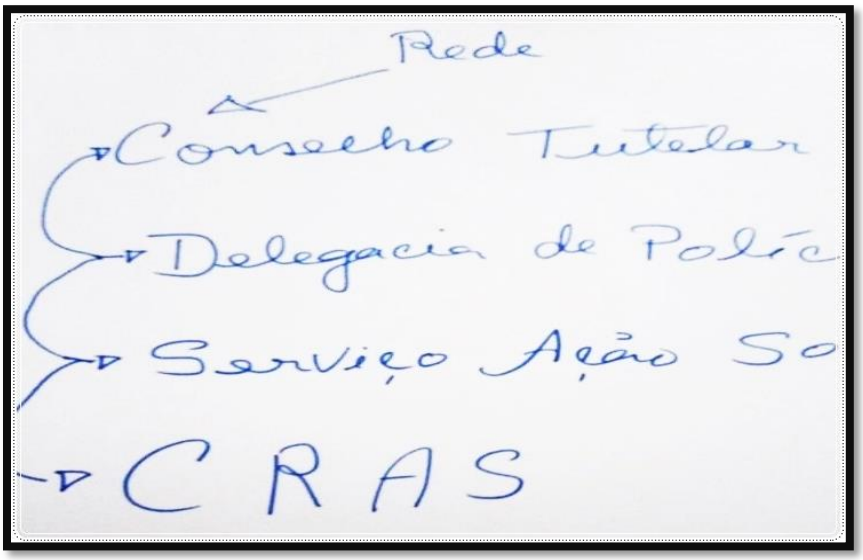


Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a fotografia era apresentada, o responsável pelo desenho se manifestava, com explicação de sua ilustração e respostas às perguntas lançadas no decorrer de sua exposição, acrescentando o que fosse pertinente. As figuras, a seguir, dão conta das cartografias produzidas pelas(os) gestoras(es) de políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher e pelas(os) gestoras de escolas públicas. Para não perder de vista os objetivos almejados com a pesquisa, levantamos alguns questionamentos e reflexões, conforme nossos interesses: em Biritinga existe rede? Ela é uma rede efetiva? É uma rede fragmentada? Ela existe de fato? Ela é ativa? A escola faz parte dessa rede? Há uma interconexão entre a rede e a escola? A escola conhece a Lei 11.340/06?

Orientamos as(os) participantes a utilizarem folha de ofício, caneta, lápis, lápis de cor, a fim de que "rabiscassem", a seu modo, um desenho representativo da rede de enfrentamento de Biritinga. Em seguida, solicitamos que a cartografia desenhada fosse fotografada e enviada para o grupo de WhatsApp criado para compartilhamento de informações entre os indivíduos participantes da pesquisa. Analisamos, aqui, as cartografias daqueles que as produziram e nos encaminharam, seguindo a ordem das falas das(os) participantes, explicando-as. A Figura 7, seguinte, pertence à participante Maria 1, coordenadora pedagógica de escola pública. Esta utilizou folha de ofício e caneta para esquematizar sua representação da rede, articulando Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia, Serviço de Ação Social e CRAS.

Figura 7 - Cartografia de Maria 1



Fonte: Dados da pesquisa.

Após o término das produções das cartografias, passamos a palavra aos participantes, no intuito de que discutissem a respeito de suas ilustrações da Rede de enfrentamento à violência contra a mulher no município, explicando como ela funciona conforme suas próprias concepções, na condição de agentes do poder público. Maria 1, assim explica:

> Indiquei primeiro o conselho tutelar, porque durante alguns anos que trabalhei na escola, percebi que muitas crianças chegam com o comportamento, às vezes, um pouco agressivo. Quando vamos analisar, isso está ligado à família, geralmente é um ambiente de violência, onde a mãe sofre violência, físicas às vezes, psicológicas, emocionais, a gente já percebe através do comportamento da criança. Então o que é que a escola a princípio faz? Procura realmente se certificar do que está acontecendo e, às vezes, não digo que todas, notificam o conselho tutelar para que sejam tomadas as devidas medidas cabíveis [...] em outros casos também nós ficamos sabendo que essas mulheres agredidas

> procuram a delegacia, mas outras não procuram, porque ficam com medo dos seus companheiros, com vergonha, [...] o psicológico fica abalado até porque muitas não tem para onde ir, então, se for até a delegacia dar queixa o que é que acontece? Elas vão voltar para casa, correm o risco de serem mais agredidas e sofrerem mais violência. Também liguei o serviço de ação social, pois, embora eu não esteja muito engajada, acredito que acolhe muito, que orienta, [...] além disso, também tem o CRAS que acredito manter uma relação de atendimento, orientação; de volta para escola a gente tenta, na medida do possível, mesmo nesse momento da pandemia, fazer palestras, até nas escolas da zona rural, com membros do conselho tutelar com policiais alertando as mulheres [...] (Maria 1).

Como vemos, Maria 1 relaciona Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia, Serviço de Ação Social e CRAS como agentes que, juntos, podem dar suporte à família no combate à violência praticada contra as mulheres, mesmo no contexto pandêmico, em que o distanciamento, de certa forma, interrompeu ações mais contundentes de conscientização e intervenção em muitos desses casos. A participante menciona ainda que:

> [...] é difícil entrar no ambiente doméstico, porque, às vezes, brigam, mas novamente estão juntos. Como interferir quando há crianças menores de idade? Às vezes, vemos casos de companheiros que bebem ou que também estão passando por outra situação [...] nesse momento que nós estamos vivendo da pandemia a violência aumentou muito, podemos ver nos jornais, na tv, a violência ao invés de ter diminuído aumentou, porque as pessoas estão mais tempo juntas, então, às vezes eu fico de mãos atadas como professora, porque há casos em que suspeito estar acontecendo alguma coisa, mas eu não tenho como resolver, não tenho como interferir, é muito triste [...] (Maria 1)

Conforme podemos observar na fala da coordenadora pedagógica de escola pública, Maria 1, que há uma preocupação com a situação vivida por famílias que supostamente convivem com a violência em seus lares, mas na condição de educadora, embora reconheça que há uma rede de atendimento a essas famílias, denota sofrimento por não saber como lidar com a situação sozinha, estando de "mãos atadas como professora", segundo afirma.

Ressaltamos a importância do professor, do diretor, do coordenador, do agente pedagógico nessa rede, uma vez que estes indivíduos, devidamente capacitados, são capazes de identificar situações de violência ao observar o comportamento de seus alunos, ou seja, conforme Maria 1 sinaliza:

> [...] até porque, nesses lares onde essas mulheres são agredidas, noventa por cento tem crianças menores e o reflexo vem das crianças e as crianças trazem para a escola e quem recebe essa carga nas escola é o diretor, coordenador, o professor, pois quando o aluno chega agressivo ou quando ele chega tímido, não abre a boca, fica encolhido no canto, então a gente percebe que tem algo

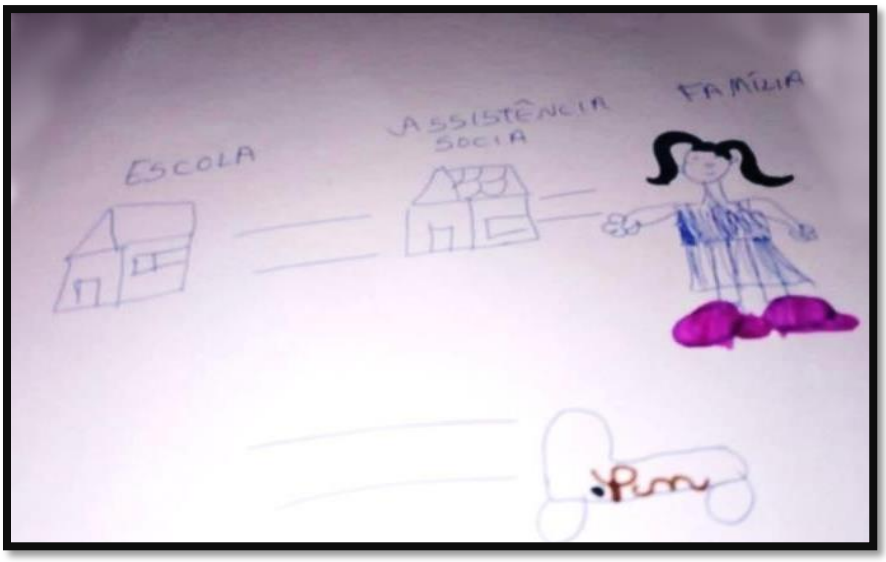
> errado o que é notório, acredito que em todas as salas de aula nós temos esses problemas com alguns alunos assim [...] sabemos que existe a violência, mas como provar, como ajudar? (Maria 1)

Embora Maria 1 identifique situações que apresentam indícios de conflitos domésticos, observamos sua insegurança em lidar com isso. Assim, questionamo-nos sobre a efetividade da Rede de enfrentamento no sentido do diálogo com os outros componentes listados em sua cartografia, já que a professora parece sentir ser sua obrigação fazer algo, porém não sabe o quê ou como. Conforme vimos em nossa revisão sistemática, a maioria dos trabalhos relativos à violência contra a mulher, doméstica ou de gênero foca no trabalho realizado por apenas um dispositivo, tal como o Centro de Referências de Assistência à Mulher (CRAM), por exemplo, segundo a pesquisa de Silva e Carrera (2017), a fim de compreender as ações educativas realizadas pelo centro, sem a devida articulação de toda a rede, de modo que essas pesquisas constituem um sintoma da realidade: cada instância atua de forma independente, daí a "solidão" de Maria 1 em seu desejo de fazer algo.

Como vimos na cartografia da educadora Maria 1, ela articulou a Rede de enfrentamento à violência contra a mulher da seguinte maneira: Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia, Serviço de Ação Social e CRAS; a escola, portanto, não se encontra articulada, em sua concepção, à rede de enfrentamento. Em suas palavras, ao explicar sua cartografia, ressaltou sobre o papel da escola: "[...] Então o que é que a escola a princípio faz? Procura realmente se certificar do que está acontecendo e, às vezes, não digo que todas, notificam o conselho tutelar para que sejam tomadas as devidas medidas cabíveis [...]". Parece-nos que a única relação da escola, no município pesquisado, com um dos dispositivos da rede se dá mediante notificação ao Conselho Tutelar, caso se certifique de uma situação de violência, o que não ocorre com muita frequência.

A seguir, na Figura 8, observamos a cartografia de Maria 2, que, de forma criativa, se comparada à cartografia de Maria 1 e às demais, ilustra cada instância, especialmente com a mulher sendo a representante da família. Sua concepção da Rede de enfrentamento correlaciona Escola, Assistência social, Família e PM (Polícia Militar). Esta participante, também coordenadora pedagógica, destaca: "[...] eu coloquei esses quatro segmentos aí em questão, de um relacionado ao outro, família, escola, assistência pessoal e a polícia militar, porque tudo que acontece vai se passar por isso aí".

Figura 8 - Cartografia de Maria 2



Fonte: Dados da pesquisa.

Maria 2 destaca que concorda com sua colega que teceu comentários anteriormente, Maria 1, salientando que a escola atua no sentido de identificar situações suspeitas de violência contra a mulher que, em decorrência disso, se reflete no rendimento e comportamento do aluno e, em casos extremos, busca-se o auxílio da polícia. De acordo com Ferreira (2019, p. 78), "Para a prevenção da violência contra as mulheres, uma ação pode ser a conscientização sobre a violência de gênero na escola. Instituição essa que pode ser o espaço no qual a discriminação da mulher e as desigualdades de gênero podem ser combatidas". Nas palavras de Maria 2:

> [...] como Maria 1 falou, reflete na escola, ou procura assistência, ou em casos extremos, que é o último caso, vai até a polícia do sindicato, falando diretamente sobre isso, nós recebemos muitos casos de agressões à mulher quando já estão no extremo, ou seja, elas procuram a polícia militar quando realmente já esgotaram todas as possibilidades, foram muito agredidas, torturadas, mas quando o autor do crime tem que ser conduzido, chega aquela questão: eu tenho filhos, eu não vou poder ficar sem o companheiro, ele vai ser preso porque cometeu um crime, vai ter que ser conduzido, deve ser aplicada a Lei Maria da Penha, porém há mulheres que nesse percurso acabam desistindo [...] (Maria 2).

Parece-nos, com base no comentário da participante, que esta postura por parte de algumas mulheres pode representar um impedimento para lidar com a efetivação de sua intervenção e da própria aplicação da lei, em seus rigores, ou seja, levando à prisão o homem que comete crime de agressão contra uma mulher. O mais grave: não só a dependência financeira torna-se um impedimento para que estas mulheres rompam com o silêncio, com o medo, com o relacionamento abusivo, com a violência. Maria 2 complementa:

> [...] já vi casos de mulheres serem assassinadas e a tortura existe em qualquer condição financeira. Anteriormente pensávamos que as famílias pobres, carentes estivessem mais vulneráveis ao álcool, a fome, a pobreza, a miséria e que fossem as mais agredidas, mas não, hoje o índice em questão social não tem essa implicação. Mulheres com condições financeiras são agredidas, são maltratadas e sofrem agressão física e a psicológica [...] (Maria 2).

Quanto à cartografia produzida, Maria 2 destaca:

> [...] quando eu coloquei esses quatro segmentos não coloquei assim evidentemente na ordem, mas perpasso por todos, a assistência social tenta, mas gente sabe que as forças também são pequenas, porque muitas mulheres também não procuram por medo de represálias, aí reflete na escola, o menino agressivo, um menino tímido, um menino com problemas psicológicos, há esse contexto todo familiar perturbado que a escola não vai conseguir resolver, a assistência social também não e acaba caindo em nossas mãos, na mão da polícia militar e, como eu acabei de falar, muitas mulheres no percurso desistem a gente conversa e tudo! (Maria 2).

Chama-nos atenção, na fala da atelierista, que mesmo com o silêncio de muitas mulheres, é possível identificar casos de violência por meio do comportamento de alunas e alunos, mais tímidos ou agressivos, e ela constata, ainda, que a escola não consegue resolver, tornando-se necessário o apoio da Polícia Militar. Nesse sentido, pesquisas, como a de Soares (2013) e Medeiros (2018), por exemplo, focam nas crianças e adolescentes, nas consequências da violência doméstica em suas vidas e relações, pois, direta ou indiretamente, acabam sendo vítimas (BRINO; SOUZA, 2016).

Assim como Maria 1, Maria 2 também relaciona os organismos que acredita constituírem a rede de enfrentamento. Ela menciona a dificuldade em dar seguimento com qualquer tipo de intervenção por causa da desistência de algumas dessas mulheres, salientando também que, no atual momento, a pandemia da Covid-19 tem contribuído para o aumento nos casos de violência, em razão de alguns fatores sociais, financeiros, de ordem relacional:

> [...] com a pandemia, essa violência aumentou muito, porque os seus companheiros perderam o emprego, estão ficando mais tempo em casa sem sequer ajudar nas atividades domésticas, os filhos tão ali toda hora ‘perturbando’ [...] vem a pressão psicológica da doença, do financeiro, dos filhos, de ter que dar o pão de cada dia, a convivência enquanto um está no trabalho o outro também, não se veem com frequência [...] (Maria 2).

Maria 2 segue, então, explicando que o papel da escola é, portanto, o de orientar, conversar, dar alguma força para que essa mulher compreenda que não está sozinha, que não

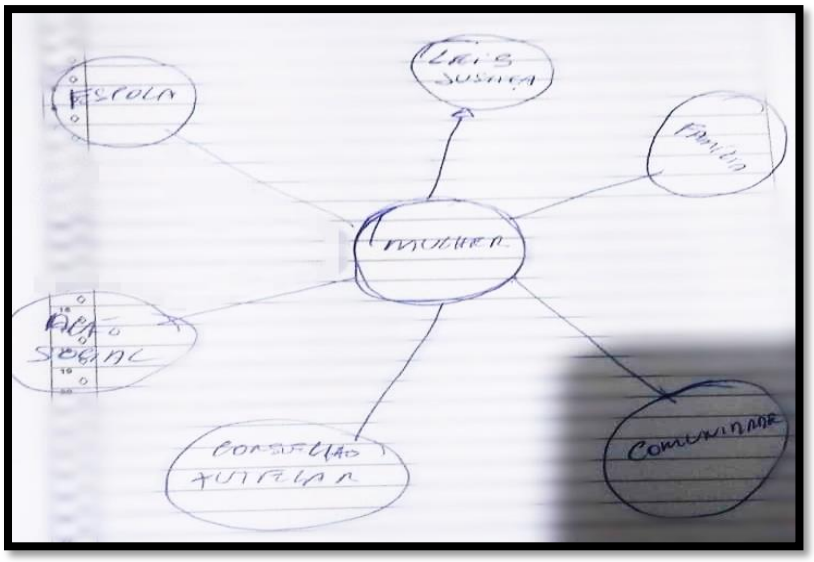
precisa se manter presa a um relacionamento abusivo, sofrendo, pois "[...] muitos homens acham que podem torturar, pode maltratar, pode fazer o que quiser com a mulher, então não é bem assim [...]". Ademais, de acordo com Saffioti (1994, p. 443), "A violência do macho contra a mulher, expressa de diferentes formas – ironia, espancamento, reprodução forçada, estupro, homicídio etc. – é constitutiva da organização social de gênero no Brasil", sendo muitas, portanto, as formas de agressões sofridas. A participante entende que ainda que algumas mulheres tenham medo, vergonha, não se deve "passar a mão na cabeça" de agressores, de modo que os casos devam ser conduzidos às autoridades competentes. E ressalta: "[...] eu tentei fazer esse desenho interligando tudo, que são esses quatro órgãos, não digo órgãos, são essas quatro linhas de pensamento: família, escola, assistente social e polícia militar [...]" (Maria 2).

A participante tratou a respeito da inclusão da escola como integrante da rede na cidade de Biritinga, ou seja: "[...] é muito pouco ainda, porque nós trabalhamos projetos, palestras, o que é possível para agir. Então assim, trabalhamos a temática nas unidades, projetos temáticos nas aulas com os professores, alunos, mas nada tão forte, porque é uma temática que não é fácil [...] (Maria 2).

Após Maria 2 apresentar seu posicionamento, tivemos o comentário de Maria 3, também coordenadora pedagógica. Como podemos observar, na Figura 9, seguinte, a qual ilustra a cartografia desenvolvida pela participante, ela representa a rede pela interligação entre Escola, Leis/Justiça, Família, Comunidade, Conselho Tutelar e Ação Social e, em destaque, ao centro, a mulher. Essa disposição dos elementos permite-nos interpretar que todas estas instituições mencionadas caminham juntas entre si e com a mulher, visando à proteção desta, no tocante ao enfrentamento da violência que atinge não somente ela, mas toda a família, primeiramente, e a sociedade de modo geral. Nossa colaboradora inicia sua arguição, destacando:

> [...] eu vejo que os desenhos estão um interligado com o outro, são bem parecidas as ideias, no que diz respeito à questão da escola, como Maria 2 falou, a professora Maria 1 também, a escola vem mais a nível de esclarecimento, educação, de trabalhar com projetos, com palestras, trazendo para a escola esse olhar, esse esclarecimento é importante desde cedo a partir do sexto ano acredito que já pode ter um debate [...] (Maria 3).

Figura 9 - Cartografia do Maria 3



Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse sentido, Maria 3 justifica o desenho cartográfico por ela realizado, tratando da relação estabelecida entre a rede:

> [...] quando a gente fala de violência contra mulher a gente imagina logo a mulher, a mãe, mas essa violência também pode acontecer com os adolescentes com nossos adolescentes na escola, as meninas [...] coloquei o conselho tutelar aí na rede para atuar nessa situação quando essa violência atinge o menor, de modo que a escola pode observar isso com os menores, coloquei o conselho tutelar também na rede como um parceiro, como um atuante também desse processo; como Maria 1 falou, tem a questão do olhar observador, do educador ao perceber o aluno que tem o comportamento mais tímido ou até agressivo [...], são necessários todos esses entrelaces de setores, instituições, para que a justiça se faça, realmente, por isso coloquei ali a justiça também como um dos principais [...] (Maria 3).

Vemos que os discursos das colaboradoras, até aqui, convergem no sentido de dar destaque à importância da integração entre a rede, sendo o espaço escolar visto como um lugar que possibilita identificar situações de violência mediante o comportamento de seus alunos. Neste contexto, Maria 3 ressalta a importância do enlace entre as instituições, e destaca a "polícia militar que é sempre chamada nas ocorrências", além da "[...] ação social com o trabalho psicológico e também com esse trabalho de assistência financeira talvez para essas famílias". A BNCC, documento normativo escolar, busca garantir que as(os) estudantes tenham garantidos seus direitos de aprendizagem e desenvolvimentos, levando-se em considerações; ainda que o documento não mencione a questão das relações, prevê, em sua nona competência, o exercício da empatia, do diálogo, da resolução de conflitos, dando destaque para o respeito

mútuo e valorização da diversidade (BRASIL, 2017), sendo tarefa da escola fomentar o exercício da cidadania e respeito aos direitos de todas e todos (PEREIRA, 2015; OLIVEIRA, 2014).

Ainda falando sobre haver ou não conexão entre as instituições que compõem sua cartografia, Maria 3 mencionou o seguinte:

> [...] efetivamente não, eu acho que deveria existir um diálogo maior, momentos mesmo de esclarecimento, de debate entre todos esses setores para que a rede possa se fortalecer, eu acho que acaba cada um fazendo seu trabalho de forma isolada, a escola tenta trabalhar parte dos projetos, a polícia militar trabalha de acordo com a lei nas ocorrências, mas, assim, não existe um diálogo para a gente efetivar mesmo o processo [...] (Maria 3).

Ao mencionar a necessidade de estreitamento do diálogo entre as distintas instituições que compõem a rede de enfrentamento pensada por ela e a exigência de se pensar medidas efetivas de enfrentamento à violência, Maria 3 inclui a também coordenadora pedagógica Maria 2, afirmando que esta pode contribuir com a questão. Esta, por sua vez, acrescenta:

> [...] essa questão do CRAS, sobre as medidas, sobre a questão da Lei Maria da Penha, lançou muita coisa que até então não se tinha [...] me desculpe se tem homens aí, mas estou falando de homens [...], eles não se preocupam e não estão nem aí para a lei, como se a lei não existisse, como se a lei não tivesse efetividade e sobre as medidas protetivas, não tem efetivo suficiente, não tem viaturas suficientes para ter a própria ronda da maria da penha, eu participei de um curso em Salvador só sobre isso, a ronda maria da penha só para dar o suporte a essas famílias, essas mulheres, mas ainda assim a capital não foi muito pra frente, não deu muito certo, até existe e tudo [...] (Maria 2)

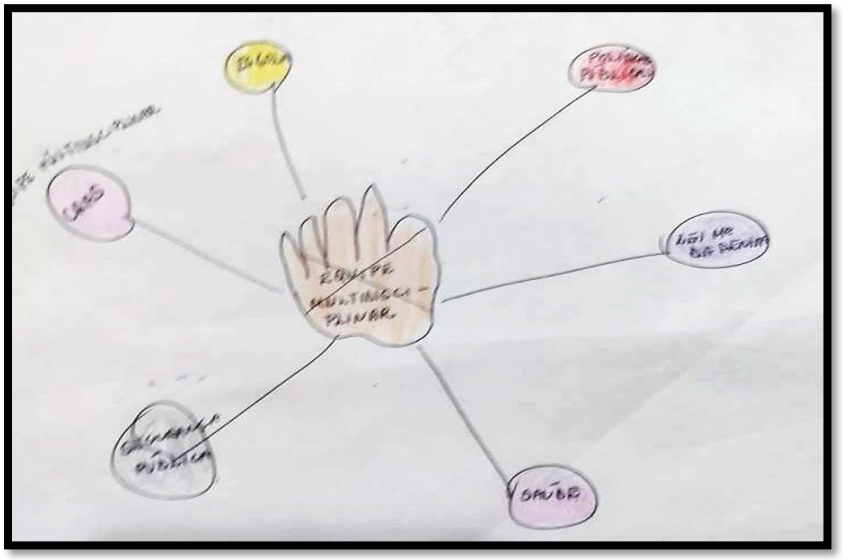
Observamos, nesse ponto da discussão, que a questão da independência das instâncias e o "isolamento" da escola, não só no município de Biritinga, mas também na capital baiana, revela a realidade da efetividade da rede: ocorre de forma desarticulada, sem um trabalho de conscientização, prevenção e acolhimento devidos. O documento intitulado Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres propõe estratégias para prevenção e políticas de empoderamento das mulheres, além de fortalecer a ideia de responsabilização dos agressores, o que não pode ser realizado por um instrumento, mas com a articulação entre instituições, serviços governamentais, não governamentais e a comunidade (BRASÍLIA, 2011b).

Em continuidade à atividade de produção das cartografias das(os) atelieristas, podemos observar na Figura 10, a seguir, o desenho feito por Maria 4, coordenadora pedagógica escolar. Assim explica inicialmente: "Eu coloquei no centro da imagem uma mão, dizendo 'Basta' que

é o símbolo da violência contra mulher e no mais ela é bem parecida com aquilo que Maria 3 apresentou" (Maria 4). Em seguida, detalha, conforme suas palavras:

> [...] então no centro dessa mão eu coloquei questão de equipe multidisciplinar e em cada ponto quem seria os órgãos que compõem essa equipe para a escola, segurança pública, saúde, políticas públicas, Lei Maria da Penha, então eu penso que a rede de apoio deve ser uma ação articulada entre as instituições, então para que de fato esse apoio funcione na rede, tem que haver essa articulação, essa parceria, esse trabalho em conjunto e vendo o melhor sobre essa questão da violência contra mulher e rede de apoio [...] (Maria 4).

Figura 10 - Cartografia de Maria 4



Fonte: Dados da pesquisa.

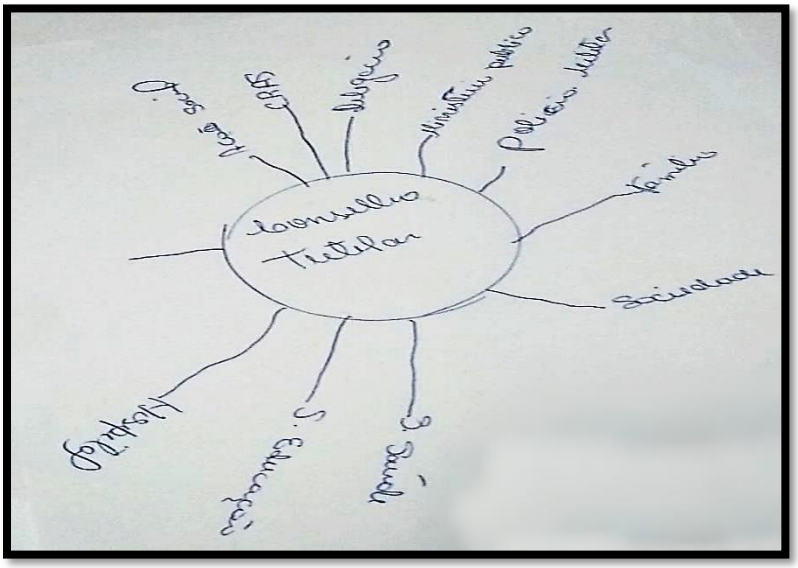
De acordo com Maria 4, há "[...] quatro eixos que são previstos na política nacional de enfrentamento à violência contra mulher que é o combate, prevenção, assistência e garantia de direitos [...]". Nesse sentido, ela também destaca que a escola trabalha com o tema, a segurança pública atua no combate, o CRAS, no município em questão, oferece amparo por meio da assistência social, saúde; no entanto, ressalta o pouco diálogo entre essas instituições.

> [...] ainda falta mais diálogo entre essas instituições para que de fato as políticas se efetivem e quando a gente trata de violência contra mulher o que pude ressaltar também é que não se refere apenas à violência física e verbal, mas também a violência no tratamento não só de casal homem mulher, mas a forma de tratamento porque eu observo isso trabalho com jovens que é ensino médio, eu observo isso inclusive na forma como os colegas tratam as meninas [...] (Maria 4)

Questionada sobre o currículo, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trabalharem ou não as questões relativas a gênero, informa que o currículo escolar já avançou bastante, uma vez que na própria BNCC há competências relacionadas à temática da violência contra a mulher, além disso há projetos nas escolas direcionados a "essa temática, bem como outras questões de gênero também, questões sobre homofobia, questões relacionadas a temas mais atualizados, bullying, racismo, essas questões mais atuais e eu acho que isso é um ponto muito importante [...] (Maria 4).

A Figura 11, adiante, ilustra a cartografia de Maria 6, coordenadora pedagógica da rede de ensino público do município de Biritinga-BA. Sua cartografia amplia a rede de enfrentamento. Ela insere no centro da figura o Conselho tutelar e à sua volta inclui Ação Social, CRAS, Delegacia, Ministério Público, Família, Sociedade, S. (sistema de) Saúde, S. (sistema de) Educação, Hospital.

Figura 11 - Cartografia de Maria 5



Fonte: Dados da pesquisa.

Acreditamos que a centralidade do Conselho Tutelar na cartografia de Maria 5 seja explicada pelo fato de as gestoras de escolas públicas, até então, conceberam essa instituição como a mais próxima da escola, com a qual podem contar quando identificam um caso de violência doméstica. Vale mencionar que a violência doméstica, como dissemos em nosso capítulo teórico, ocorre no interior da família, sendo uma situação distinta da violência contra a mulher e a violência de gênero perante a lei, ainda que as formas de agressão sejam as mesmas (ZAPATER, 2016; GALVÃO; ANDRADE, 2004). Nessa expansão da rede, vemos que a

participante do ateliê considera que todas as instâncias da sociedade têm sua responsabilidade na conscientização e no combate a toda forma de violência contra as mulheres.

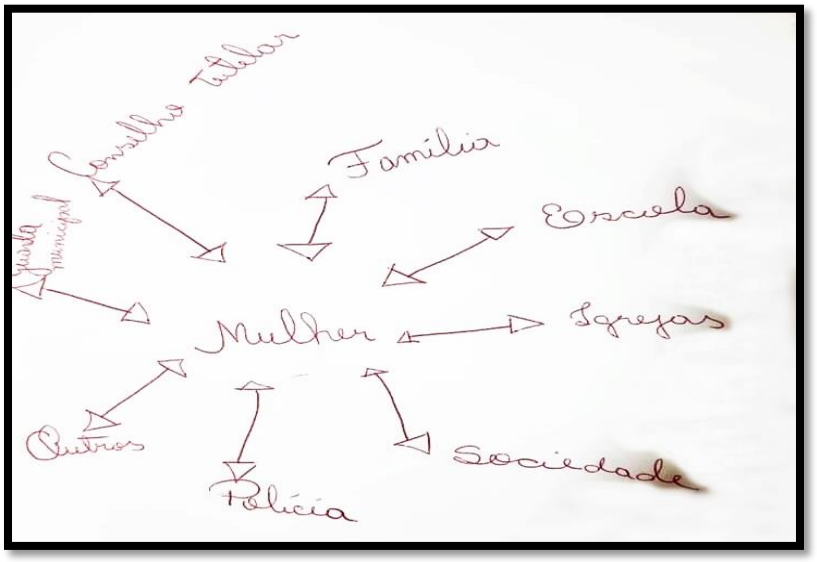
Conforme Maria 5, a violência doméstica e familiar além de atingir as mulheres, afeta as crianças e adolescentes, causando sérias consequências, como doenças psicossomáticas:

> A violência doméstica e familiar contra a mulher é um fenômeno que atinge milhares de brasileiras. Como se não bastasse a violação dos direitos das mulheres, atinge os direitos das crianças e adolescentes que testemunham as agressões, causando muitas consequências. As crianças e adolescentes tendem a repetir o modelo dos pais, meninas absorvem o padrão da mulher vítima da violência e os meninos, o padrão do homem violento, além de desenvolver diversos prejuízos psicológicos e emocionais como depressão, ansiedade, comportamento agressivo, além de consequências sociais e educacionais. Portanto, combater a violência contra a mulher, é importante para o desenvolvimento de toda sociedade (Maria 5)

Como dissemos, com base em nossa revisão sistemática, a maioria das pesquisas foca nas ações de instituições distintas, com foco nas crianças e adolescentes, nos professores, na sociedade de modo geral, a fim de identificar situações dessa natureza, preveni-las, além de refletir sobre a questão para desenvolver nos sujeitos a conscientização (ANDO, 2011; CORDEIRO, 2017; MEDEIROS, 2018; FERREIRA, 2019, dentre outros). O relato da gestora educacional foca nas crianças e adolescentes pensando no que poderão se tornar futuramente, reconhecendo sua importância "[...] para o desenvolvimento de toda sociedade".

A cartografia seguinte, exposta na Figura 12, pertence à Maria 6, gestora de política pública (Conselho Tutelar). Esta situa a mulher no centro e à sua volta as instâncias que devem trabalhar em seu favor, quais sejam: Guarda Municipal, Conselho Tutelar, Família, Escola, Igrejas, Sociedade, Polícia e Outros.

Figura 12 - Cartografia de Maria 6

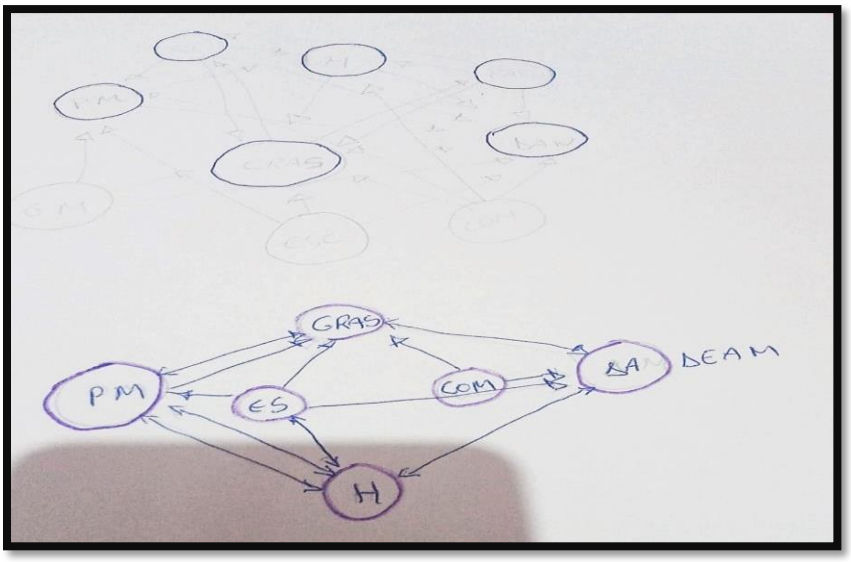


Fonte: Dados da pesquisa.

Para a gestora que atua no Conselho tutelar, é importante reconhecer que a rede existe para dar suporte à mulher, que deve ser acolhida, empoderada, compreendida, encorajada, cabendo às instituições elencadas cumprirem seu papel. Vimos no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que entre os objetivos do documento encontram-se: "[...] 3. promover o acesso à educação básica de mulheres jovens e adultas; 4. promover a visibilidade da contribuição das mulheres na construção da história da humanidade; [...] (BRASÍLIA, 2005, p. 15). O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, por sua vez, prevê entre suas ações "[...] Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos", além de garantir, por meio de seus objetivos, direitos das mulheres, especialmente em situação de violência (BRASÍLIA, 2011a, p. 11). Já o documento intitulado *Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres* busca "efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - combate, prevenção, assistência e garantia de direitos - e dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres" (BRASÍLIA, 2011b, p. 13). Desse modo, verificamos que, de fato, as ações da rede primam por um trabalho direcionado à mulher, ainda que possa encontrar alguns entraves.

A seguir, na Figura 13, apresentamos a cartografia de Maria 7, psicóloga que atua no CRAS. A atelierista ressalta ter desenhado uma rede de enfrentamento compreendendo todos os órgãos envolvidos nessa teia de relações.

Figura 13 - Cartografia de Maria 7



Fonte: Dados da pesquisa.

A participante inicia detalhando sobre o CRAS e sua finalidade, ou seja:

> [...] hoje o CRAS é uma das principais instituições de apoio à mulher em situação de violência, o objetivo do CRAS seria a questão da prevenção, a gente trabalha prevenção porque é uma instituição de proteção social básica então o objetivo é prevenir, trabalhar a família, fortalecer a família no sentido de prevenir a violência, a violência de todos os modos [...] (Maria 7).

De acordo com Maria 7, o CREAS seria o órgão mais adequado para lidar com estas questões, em razão de ser um centro de apoio, "um centro de proteção especializado", porém é indicado para cidades com mais de 20 mil habitantes, desse modo o CRAS acaba sendo a opção no caso de municípios menores, como Biritinga-BA. O trabalho do CRAS concentra-se principalmente em situações de violência familiar, violência contra mulheres, crianças e adolescentes, tendo em vista fortalecer os vínculos familiares. Maria 7 continua:

> [...] coloquei a rede daqui do município com a polícia militar, o CRAS, a delegacia também, o hospital e eu vou explicar direito o porquê que eu coloquei esses daí. A polícia militar porque, muitas vezes, a polícia militar é acionada diante de uma situação no momento da violência quando acontece, [...] e encaminha para onde dentro dessa identificação ela é cabível, às vezes vai para o hospital, delegacia. A delegacia também é um lugar onde a vítima deve ser acolhida para estar registrando a denúncia, mas a gente sabe das dificuldades. [...] coloquei a comunidade como uma rede de apoio emocional, afetivo, pois, às vezes, a comunidade presencia, a comunidade, a família, ela também aparece ali como essa rede de apoio emocional, de apoio afetivo para ajudar essa mulher nessa situação; o hospital recebe, muitas vezes, as questões de violência física, as lesões, série de situações de caráter hospitalar e que aí

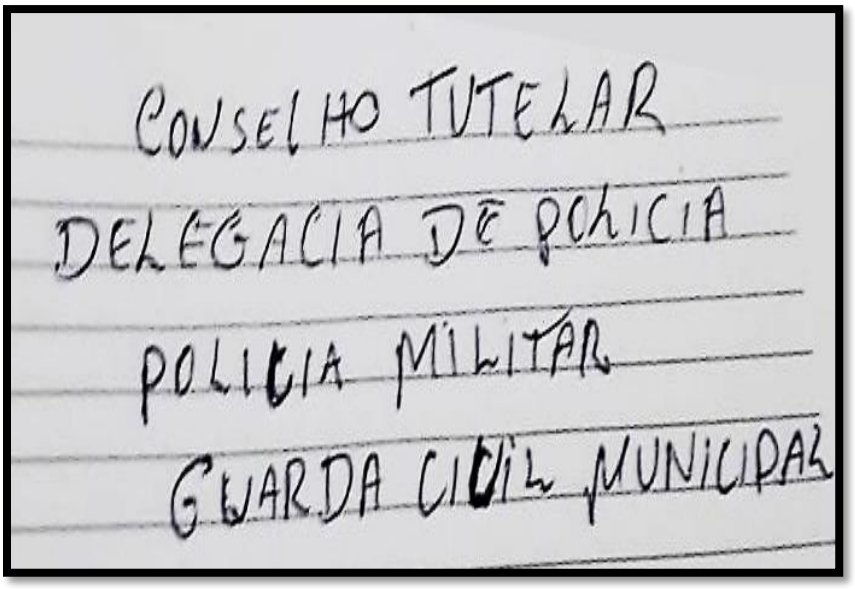
> é o papel do hospital fazer essas notificações, a notificação compulsória, atender as demandas fisiológicas e fazer os encaminhamentos ao CRAS [...] às vezes a própria mulher elas tem coragem de ir até a gente ou porque o conselho tá em cima por conta das questões das crianças estarem em outra instituição [...], então a escola ela tanto pode, dentro da minha visão, atuar ali como um agente identificador e aí fazer os encaminhamentos, orientações [...] (Maria 7).

Com base na fala da atelierista, vemos que à escola, em sua visão, cabe o papel de identificar as situações de violência, dar orientações, fazer encaminhamentos, porém parece ter menor relevância, pois ainda que a inclua em sua cartografia, começa explicando que desenhou "a rede daqui do município com a polícia militar, o CRAS, a delegacia também, o hospital [...], mencionando só ao final de sua exposição onde entraria a escola. talvez isso se justifique porque a instituição escolar não tem poder de ação efetivo, necessita de órgãos competentes para resolução de conflitos.

Conforme Brino e Souza (2016, p. 1254), "É notável a importância da postura dos professores frente a esses casos de violência e abuso, sendo extremamente necessário eles estarem atentos aos comportamentos que as crianças e adolescentes vitimizados exibem no ambiente escolar [...]", o que denota o relevante papel da escola na rede. Outras pesquisas, citadas na revisão sistemática e no levantamento teórico, apontam ainda para as mudanças no próprio currículo escolar, voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher e percepção de gênero (PEREIRA, 2015; OLIVEIRA, 2014; CORDEIRO, 2017; MIRANDA, 2013; BANDEIRA, 2014; BONFIM, 2015; MACIEL; RIBEIRO; RODRIGUES, 2018).

Por último, conforme ilustra a Figura 14, apresentamos a cartografia de José 1, na qual lista os órgãos que, em sua concepção, compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher no município pesquisado, quais sejam: Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia, Polícia Militar e Guarda Civil Municipal. Observamos que, na condição de gestor de políticas intersetoriais, dá destaque aos órgãos que trabalham em nível de policiamento.

Figura 14 - Cartografia de José 1



Fonte: Dados da pesquisa.

Antes de explicar sua cartografia, José 1 chama atenção ao fato de em pleno século XXI ainda ser necessário nos reunirmos para tratar de violência contra a mulher, pois não deveria existir esse tipo de violência, já que deveríamos estar evoluindo, conforme avança a sociedade em tantas áreas, como a tecnologia, por exemplo. Em suas próprias palavras:

> [...] no primeiro ponto eu coloquei conselho tutelar, não coloquei a secretaria de educação social porque conselho tutelar é meio que interligado à secretaria e, assim, o conselho tutelar trabalha muitas vezes com criança e adolescente e é onde a violência acontece e fica marcado por sequelas; muitas vezes a violência causada por um parente [...], e no segundo ponto também eu coloquei a delegacia de polícia, onde muitas vezes se registram os fatos e a delegacia ouve as partes, vê a veracidade do caso e encaminha ao ministério público para estar averiguando e cumprindo a lei, e o ministério público fazendo cumprir a lei, [...] também coloquei a polícia militar, que muitas é o desafogo, que as pessoas procuram já no limite. Eu sou guarda municipal e já presenciei fatos de mulheres que foram agredidas e quando chegaram no hospital falaram, relataram uma outra situação e não a agressão pelo companheiro, então a gente percebe que as pessoas ficam um certo receio de denunciar o agressor, com medo de retaliação, com medo muitas vezes de ficar com a carga nas costas de um filho ou de seja lá o que for então a gente percebe muitas vezes essa situação, e por fim aí eu coloquei a guarda civil municipal, que muitas vezes também é uma forma também de desafogo das pessoas que sofrem agressões, apesar que no nosso município a guarda municipal ainda não tem a valorização que merece [...] (José 1).

Observamos nas palavras de José 1 similaridade com as falas das atelieristas anteriormente mencionadas, no sentido de que há uma rede de enfrentamento na cidade que permite dar suporte aos casos de violência contra a mulher no município de Biritinga e, ainda,

quanto às dificuldades, pois ele relata a ausência da ronda Maria da Penha, visto que ainda não foi implantada na cidade. Ainda assim, "[...] a guarda municipal hoje já trabalha também direta ou indiretamente com o combate à violência contra mulher" (José 1).

Para o participante, ao explanar sobre a interligação entre esses órgãos, acredita que estejam conectados e que a mulher vítima de agressão encontra auxílio sim, lembrando o papel da colega psicóloga Maria 7. Segundo José 1, "[...] quando a vítima procura [ajuda] não está aguentando mais e muitas vezes já está sufocada, então elas vão tipo que se desabafar, então eu acho que elas acham nessas redes o amparo necessário".

Portanto, com base nas construções discursivas das(os) participantes, nesse primeiro ateliê, observamos que essas(es) agentes têm consciência da existência de dispositivos que devem atuar em rede, porém as agentes educacionais, por vezes, se sentem sozinhas e despreparadas para lidar com situações de violência; já os agentes de políticas públicas parecem considerar os dispositivos dos quais fazem parte mais adequados ao combate à violência contra a mulher, denotando, mesmo que inconscientemente, a pouca integração entre todos os dispositivos para uma atuação em rede.

Na subseção seguinte, passamos ao nosso segundo ateliê de encontro.

4.3 Segundo Ateliê de Encontro

Nosso segundo ateliê de encontro foi realizado tendo em vista compreender como as perspectivas de gênero que atravessam as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher são entrelaçadas nas construções discursivas das(os) atelieristas, as(os) quais representam os gerenciamentos de políticas públicas e de escolas, quanto ao enfrentamento da violência imprimida contra as mulheres.

No dia 29 de junho de 2021, demos início ao encontro às 20:00h, com tolerância de 15min de atraso. Iniciamos com o compartilhamento, na tela do computador, de fortes imagens de violência contra mulher, enquanto recepcionávamos os gestores e coordenadores, durante 15 minutos.

Neste ateliê, assistimos também a duas entrevistas com mulheres Biritinguenses que sofreram violências (uma seguida da outra). Pensamos que este seria o momento de tornar o encontro mais propício às sensações, emoções, a fim de permear suas falas pelas expressões mais íntimas, fazendo uma escuta sensível daquilo que a(o) atelierista tinha a dizer não somente como gestora/gestor, mas como indivíduo que se posiciona socialmente (MEDEIROS; SILVA,

2017). Para Marques, Andrade e Araújo (2020, p. 173), "[...] a reflexão sobre a educação socioemocional se reveste de sentido, uma vez que carrega em si uma necessidade apresentada pela sociedade atual, que atravessa movimentos de tensões, competições e disputas de poder". Nesse sentido, é importante pensar e praticar encontros formativos em diálogo com as emoções, na perspectiva de promover também a educação para o sentir, para o emocionar.

Nesse sentido, José 3, policial militar, portanto integrante da gestão de políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher, deu início à discussão. Esse agente público ressalta que muitos homens não respeitam as leis no tocante à temática, de modo que o papel da polícia é o de tentar reprimir atos de violência, acompanhar e encaminhar mulheres que porventura tenham sido agredidas, a fim de que recebam o devido atendimento. No entanto, conforme ressalta, existe:

> [...] dificuldade hoje para o registro dessas ocorrências, que a gente demanda até para entrar em ação, a atuação da polícia militar inclusive, de uma forma técnica, porque é necessário que a gente tenha os policiais militares e todos os guardas dessa rede com esse convencimento da forma de atuação para poder acolher uma mulher que seja vítima, para que seja devidamente orientada, acolhida, vítima dessa violência contra a mulher (José 3).

Nas palavras de José 3 observamos que há, por parte das/dos agentes públicos, tanto da gestão escolar quanto de políticas públicas, o entendimento da importância desse acolhimento, orientação, encaminhamento, mas também há o reconhecimento de dificuldades, as quais impedem que seja feito um trabalho mais efetivo. Brino e Souza (2016), como vimos na seção teórica, tratam dessas dificuldades em identificar situações dessa natureza, pois algumas(uns) dessas(es) agentes "[...] associam a violência à conjuntura econômica, social e política e a aspectos culturais; para alguns, os atos violentos fazem parte do ciclo intergeracional e da dinâmica familiar, bem como a punição física, considerada violência por uns, é defendida como medida educativa por outros" (BRINO; SOUZA, 2016, p. 1252).

O participante assevera o compromisso em buscar oferecer um atendimento de qualidade e ressalta, ainda, a importância desse encontro de pesquisa e formação realizado nesta pesquisa, como um meio de socialização da temática e alinhamento das ações, dada a importância do contexto acadêmico.

> [...] essa é a fala que na verdade eu deixo aqui, que a cada instante a gente possa se aproximar e valorizar realmente o lamento de alguém, as queixas, buscar ampliar a nossa percepção enquanto profissionais, enquanto pessoas, enquanto seres humanos e em especial esses profissionais que compõem essa rede aí, para que a gente possa realmente através dessa união, com a

> contribuição de cada um, pelo menos ter um impacto notavelmente nos homens e nas pessoas que ainda não conseguiram compreender que essa prática é absurda e que no nosso estado temos que trabalhar muito para que a gente possa melhorar a condição do nosso estado em particular nesse cenário, [...] (José 3).

Maria 8, coordenadora pedagógica, complementa sobre a importância do encontro e da temática discutida, que, apesar de não ser novidade, é um fenômeno recorrente e que acontece não só no município, pois, todos os dias, vemos na TV e redes sociais notícias de novos casos em outros lugares. E mais: "[...] mesmo com medo, muitas já falam e nós sabemos que infelizmente tem grande quantidade que não se expressa, não fala e que tem medo, porque sofre ameaças, nós sabemos disso, então terminam se calando e continuam vivendo essa vida de sofrimento [...]" (Maria 8).

Galvão e Andrade (2004) lembram-nos que a sociedade, por longo tempo, assistiu à violência contra a mulher como se essa mazela fizesse parte da tradição cultural, de maneira cúmplice e indiferente, fortalecendo sua prática e dificultando seu combate. Diante disso, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher constitui-se uma relevante estratégia, em âmbito nacional, centrado na orientação e execução de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, tendo em vista "garantir a prevenção e o combate à violência, a assistência e a garantia de direitos às mulheres" (BRASÍLIA, 2011a, p. 11), acolhendo-as e fortalecendo-as.

Nesse encontro, instalamos um "varal de tecidos" online, seguindo a proposta de Kimsooja (2020). A intenção, com esta técnica, é que a(o) participante, ao entrar em contato, neste caso, visual, com as imagens dos recortes de tecidos selecione aquela(s) com a(s) qual(is) mais se identifique, sendo a(s) sua(s) escolha(s) da ordem da afetividade. Assim, pedimos que narrassem suas memórias relacionando-as com a temática Gênero. Alimentamos essas narrativas com perguntas tais como: esses depoimentos do documentário remetem-no a qual tecido? Associar o documentário às imagens do varal em tecido; por que associou essa imagem ao vídeo?

De modo geral, empenhamo-nos, nesse encontro, em que as(os) colaboradoras(es) expusessem sensações e afetos, com base em suas vivências, experiências, subjetividades, trazendo à memória situações relacionadas à violência de gênero, em interlocução com a(s) estampa(s) escolhida(s). A Figura 15, a seguir, reúne amostras dos recortes de tecidos utilizados no varal virtual.

Figura 15 - Amostra com as imagens dos recortes de tecidos



Fonte: Produzida pela pesquisadora.

Vale mencionar, diferente do que esperávamos, que algumas(uns) atelieristas não escolheram um tecido, explicando o porquê disso, no momento de sua fala, como Maria 2 e Maria 8. Acrescentamos, também, que respeitamos suas escolhas, principalmente porque esperávamos que fizessem suas opções livremente, não sendo uma intervenção de fora para dentro, mas, sim, o contrário. Maria 1, por sua vez, justificou sua escolha pela estampa "azul turquesa com flores vermelhas e amarelas claras":

> Veja bem, a cor azul eu vou associar aos homens, uma cor vista pela sociedade como uma cor de homem, o machismo e aí nós temos, como visto o azul na sociedade como uma cor masculina, é visto como o ser mais forte, aquele que comanda, o que tem poder e é ele quem dá as ordens. Sobre essa cor azul, sobre essa "fortaleza" temos as flores espalhadas, temos primeiro as vermelhas que representam o amor, o sentimento e o coração, mas também nos remete ao sofrimento e ao sangue derramado. Quantas mulheres já perderam a vida pela mão de homens machistas, violentos e perigosos, e aí veja bem, ao mesmo tempo que o vermelho é visto como a cor do amor, do sentimento, ele também é visto como a cor do sofrimento e da dor e o que acontece também é que temos as cores mais claras que eu vou associar esse amarelinho às mulheres que são mais calmas, mais suaves, mais tímidas, mais medrosas. Aí temos uma flor rosinha sozinha, perdida no tom do azul, que eu vou associar com aquelas mais sofridas, mais delicadas, o rosa nos remete à leveza, calma, serenidade, temos também as folhas verdes claras em meio a essa violência toda do homem sobre a mulher, sobre a parte mais frágil, porque as flores são delas, mas são frágeis, você pode pisar, ou esmagar e aí eu faço essa semelhança comparando flores a nós mulheres, nós não temos a mesma força de um homem de forma nenhuma, então ele e a maioria que se sente assim superior acha que pode pegar essas flores (mulheres) e esmagá-las, pisa-

> las, chicoteá-las, esbofeteá-las, fazer tudo de gato e sapato como se diz o ditado popular e esquecem que essa parte frágil tem sentimentos, é dotada de valores, de princípios e que sofre na alma, na carne, [...]. Então falta que os homens, de maneira geral saiam, desçam do pedestal do machismo, da violência e comecem a ver a mulher como esse ser frágil que precisa do apoio, que precisa ser ouvida, que precisa ser socorrida, falta muito isso. [...] E o verde, ainda bem que tem essas folhas verdes, pois elas representam a esperança em meio a toda essa violência, temos esperança que dias melhores virão, que as coisas vão melhorar, vai melhorar sim. Hoje como minha colega falou [...] já tem mulheres que têm coragem de falar, que no passado foi muito pior, ficavam trancadas no seu silêncio, hoje, graças a Deus, já temos leis que nos dão esse amparo, então temos esperança que tudo pode vir a ser melhor, depende de nós (Maria 1).

Observamos na fala de Maria 1 uma analogia bastante interessante entre as cores e imagens da estampa que permitem ressaltar as diferenças entre masculino e feminino, chamando atenção para a necessidade de cuidado, respeito e proteção às mulheres por parte de seus companheiros, além de destacar o processo de empoderamento de muitas mulheres que, hoje, têm coragem de romper com o silêncio e buscar ajuda. E se muitas têm coragem, hoje, é porque há, conforme o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, maior incentivo à garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha, fortalecimento da rede serviços para atendimento de mulheres vítimas de violência, bem como sua autonomia e garantia de outros direitos, ainda que precisem ser fortalecidos (BRASÍLIA, 2011a).

Em seguida foi a vez de José 2 discorrer sobre sua escolha:

> Bem, eu consegui associar, na verdade, das imagens, à escura, uma das últimas que a senhora mostrou. [...] hoje nós não sabemos, nem as mulheres e nem a polícia militar que trabalha e convive com isso frequentemente, a gente não consegue entender o que se passa na cabeça de um agressor, para mim essa coisa obscura que eu vejo e ninguém consegue explicar… ainda vivem na escuridão. A gente não consegue explicar a agressão, principalmente nós policiais militares, civis, a autoridade em si, pessoas que trabalham diretamente com isso. Por outro lado, a gente vê o seguinte, que as mulheres na verdade estão superando isso, mas eu acho que ainda a maioria por medo de perder até o sustento da família [permanece na situação de opressão], [...] para mim ainda está obscuro essa parte da violência, como também o da própria mulher não correr atrás dos seus direitos e a gente vê isso, que ela tem medo de perder o sustento, a casa e geralmente é em cima disso aí, por isso eu escolhi essa cor.

Além disso, José 2 salienta, ainda, a importância da formação do indivíduo desde a infância como forma de conscientizar sobre o respeito, sobre questões legais ao reconhecer que a violência, seja de qualquer tipo, caracteriza um crime, passível de punição. Em nossa revisão sistemática, com base em Ferreira (2019), Ando (2011), Santos (2012), Preto (2011), entre

outros, verificamos o importante papel das escolas nas ações para prevenção à violência contra a mulher, o que acreditamos coadunar com essa formação do indivíduo desde a infância, em um trabalho que também pode ser realizado pela família e outros campos de relação humana. Homens e mulheres convivem, em sociedade, há séculos e até hoje não houve uma satisfatória compreensão do outro, principalmente do masculino em relação ao feminino, e isto intriga José 2. Vista como uma propriedade, como inferior ao homem, a mulher encontra-se subalternizada, sem poder sobre suas vontades, ações e, principalmente, suas próprias palavras (SCHOUTEN, 2011); diante disso, seu silêncio pode ter várias razões, seja para proteger os filhos, seja em razão da própria cultura do silêncio, além do medo e outros motivos.

Já a atelierista Maria 7 informa: "Então, eu escolhi alguns tecidos, mas eu vou escolher o primeiro eu acho que é um vermelho". Para ela, o tecido representa a diversidade:

> Eu tinha escolhido outro, mas eu achei esse bem interessante, porque na minha leitura este tecido representa a diversidade. E a gente sabe que essa questão da violência contra a mulher é histórica, já vem de muitos séculos, só vem mudando a forma à medida que a mulher foi evoluindo, mas a mulher vem sofrendo com a violência há tempos desde as gerações passadas, das histórias passadas. E a diversidade [...] está muito entrelaçada hoje na sociedade, essa questão do sujeito não suportar, essa diversidade ser insuportável para o sujeito, não compreender que o indivíduo tem o direito de se expressar e se apresentar no meio social da forma que ele se sentir melhor. [...] A cultura que vem orientando essa questão da violência, ela vê muita mulher como submissa e quando essa mulher diz basta para mim chega, a violência chega ao extremo pode chegar ao extremo, já fazendo um contraponto com o vídeo da moça, ela que é uma conterrânea chegou ao extremo no momento que ela chegou e disse para mim basta. Quando essa mulher evolui, começa a tentar ter voz ativa, no sentido de se defender e dar um basta naquilo que não está lhe fazendo bem, e aí isso é insuportável para aquele que sempre quer estar na postura de domínio e por outro lado também eu vejo a questão da baixa autoestima, de vários aspectos do seu eu que está ali interditado que vê a vítima como ameaça dentro das suas fantasias, a mulher não é uma ameaça para o homem, mas eles se sentem, dentro da forma que ela conduz a vida, a família, eles acabam a se sentir ameaçados e acabam expressando a violência para tentar manter essa mulher ali submissa a eles. E aí são memórias que vem se perpetuando.

Maria 7, na condição de psicóloga, demonstra possuir um profundo conhecimento do que se passa não só com a vítima de agressão, mas também daquilo que se passa na mente de um agressor, suas "motivações" para tal comportamento. Desse modo, ressalta também que o papel do CRAS, nesse sentido, é o de acolher, reunir informações, tranquilizando essas famílias e dando todo o apoio possível e necessário para o fortalecimento do vínculo familiar, não sendo simplesmente a prisão do agressor o principal foco, pois, por vezes, existe o "[...] medo e fica

preocupada que a pessoa pode ser presa [...], mas deixamos bem claro que nosso papel não é esse, nosso papel é ajudar e acolhê-la, a fim de superar essa situação" (Maria 7).

Em consonância com Nothaft e Beiras (2019, p. 1), "[...] é necessário trabalhar e envolver os homens. Principalmente porque, na maioria dos casos, são homens que perpetram essa violência, as construções de masculinidade desempenham um papel crucial nas suas formas [...], e acrescentam que estes "[...] também têm a ganhar com a sua diminuição, tanto em relacionamentos mais saudáveis, quanto em uma maior liberdade em relação às 'definições dominantes de masculinidade'". É importante olhar para o homem agressor não apenas como um criminoso, mas como alguém que precisa de auxílio para mudar um comportamento nem sempre resultado de uma característica pessoal, mas de uma construção cultural, nociva a todos.

Por conseguinte, foi a vez de Maria 2, coordenadora pedagógica, a qual declarou se ver em cada um dos tecidos, não escolhendo um especificamente, "[...] pela trajetória de vida [...] como mãe, como professora, profissional da educação [...]". Para nós, a colaboradora enxerga o varal de tecidos como uma "rede", pois pode denotar as diferentes áreas da vida, bem como os distintos órgãos envolvidos no enfrentamento da violência contra a mulher (BRASÍLIA, 2011b), especialmente no município de Biritinga-BA. A participante da pesquisa conta-nos uma história vivenciada:

> [...] tudo ali naquele emaranhado, naquela história na verdade que são mais de vinte anos que a gente luta na parte educacional. Eu quero retratar aqui rapidinho na minha vivência, de polícia militar já vi muitos casos, e há uns dezoito anos mais ou menos eu trabalhava com a professora Maria 1 e Carlos [não se trata de participante do encontro], nós fomos chamados para uma ocorrência que se tratava de violência contra a mulher, um caso gerado por ciúmes na região. Segundo a informação essa mulher tinha sido alvejada com uma espingarda no peito. E, assim, foi muito triste principalmente para mim, uma mulher que estava iniciando a carreira, vivenciei aquele momento todo ali, fui lá tive que prestar os primeiros socorros, levar para o hospital, torcer pela vida, não achamos o agressor, ele se escondeu, deram cobertura e foi muito triste. Eu fiquei na expectativa de que ela iria viver, iria sobreviver, mas infelizmente antes de chegarmos a Santa Bárbara recebemos a notícia de que ela não tinha sobrevivido. Então, a gente vive nesse emaranhado e é muito triste nós que somos mulheres e participamos desse contexto, trabalhamos diretamente com essas situações, então não é fácil. Ainda como professora vivenciamos as questões domésticas na sala de aula, [...] os alunos com vivências de casa, violência familiar, da violência doméstica e que traduzem tudo no ambiente escolar e desse ambiente escolar vão crescendo se envolvem na sociedade, vão vendo as coisas e o que acontece, tem os crimes e, como já foi falado, chega um momento que a mulher não denuncia, eu já fui em vários casos que é até engraçado alguns casos, onde muitas não são conhecedoras dos seus direitos e dizem: "Eu só quero que vocês deem uns conselhos a ele"; na verdade, não existe conselho e sim a aplicação da lei como eu falei ontem (Maria 2).

Notamos em seu depoimento o sofrimento vivido também por aqueles que tentam lidar com a situação de agressão, como profissionais. Ainda que tenham preparo técnico, não deixam de ser afetados pelas consequências da violência que atinge o coletivo, pois se deparam com situações que indicam o fracasso das ações, quando uma mulher morre em decorrência de violência. Maria 2 traz em seu relato a questão relativa aos alunos, crianças e adolescentes, que mesmo não sendo vítimas diretas da violência contra a mulher/mãe, estão em situação de risco ao seu desenvolvimento, que pode ser de ordem física, psicológica, sexual, relacional e patrimonial (BRINO; SOUZA, 2016).

Entretanto, apesar desse sofrimento, muitas(os) profissionais seguem lutando:

> [...] é muito difícil, mas estamos aqui enfrentando. [...] não vamos conseguir sanar todos os casos, mas todos os que venham até nós vamos tentar resolver. Então eu me vi assim nos tecidos que você colocou um pouquinho de cada coisa pelos anos de experiência e as vivências. E sobre a questão de gênero, hoje na sociedade estamos tratando muito as questões das mulheres, mas existem outros tipos de gêneros que não são mulheres e estão sendo bastante agredidos, eles se intitulam como outros gêneros e a sociedade também não os aceita nas suas opções, [...] também essas pessoas são agredidas, não são só as mulheres não, muitos casos também de homossexuais, de pessoas que no caso escolhem outros caminhos, escolhe outros meios e também são agredidos, então em outro momento a gente pode estar levando essa discussão (Maria 2).

Faleiros (2007) ressalta que grande parte da bibliografia existente sobre a violência de gênero está fixada no masculino e feminino, no domínio do primeiro sobre o segundo, desconsiderando a pluralidade, a diversidade de formas de expressão sexual. Daí nosso interesse em tratar da questão de forma interseccional, amalgamada a outras formas preconceito e violências contra grupos de pessoas na sociedade, fortalecendo, assim, a luta por direitos de todas e todos.

Para fechar esse ateliê de encontro, reproduzimos o documentário intitulado “Se essa rua fosse Minha”. Com isto, propusemos às(as) atelieristas relacionar o documentário com as discussões tecidas ao longo do encontro a respeito da temática violência de gênero e educação. A intenção foi, juntamente com os participantes, aprofundar nossas reflexões e pensar colaborativamente. Maria 3, então, se pronunciou:

> [...] fazendo um paralelo entre o que o José 2 trouxe, a importância da educação, a importância desse processo educativo desde a educação infantil e relacionar ao documentário e uma pergunta que você fez ontem, com relação aos documentos que o município possui e com a temática que a gente está

> discutindo, eu acredito muito no poder da educação, eu sou apaixonado pela educação, embora tenha muitos momentos a gente pensar em fraquejar por conta das políticas ordinárias que interferem no grupo das políticas, mas, enfim, eu acredito que só a educação tem esse poder de transformar. [...] e a pergunta que você fez ontem com relação aos documentos, a gente tem um plano municipal da educação, que é um documento sólido, um documento construído com base nos parâmetros nacionais que ele traz dentro das suas vinte metas, desde a educação infantil até o ensino superior a importância do respeito à diversidade, seja ela religiosa, seja ela de gênero. E o documento mais recente que nós temos é que o município está em processo de repopulação com base nos parâmetros nacionais da BNCC e ela traz também dentro das suas competências um ganho significativo para o nosso país, um referencial nacional embora tenha muitas críticas, mas eu acho que muita gente não entendeu a essência da BNCC, [...] ela traz isso, esse resgate dos valores, essa importância do cuidar de si e do outro, a importância do respeito à diversidade e ao meio que você está inserido; então nós, como educadores, precisamos repensar essa maneira de ensinar, porque muitas vezes estamos muito apegado ao conteúdo só, de valor mecânico, mas não estamos trazendo a significância desse conteúdo, a relação desse conteúdo para a vida, para a gente formar cidadãos plenos para nossa sociedade (Maria 3).

Com o comentário da coordenadora pedagógica Maria 3, observamos um entrelaçamento das falas dos participantes, dando destaque ao papel de cada organismo no interior da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, demarcando o lugar da educação como um de extrema relevância, onde é possível iniciar um processo de conscientização do indivíduo sobre direitos e deveres, sobre respeito por si e pelo outro. Como vimos anteriormente, a nona competência da BNCC salienta o exercício da empatia, do diálogo, com respeito aos direitos humanos e valorização das diversidades, além de evitar preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2017).

Maria 1, neste ponto, fez das palavras de Maria 3 as suas, ou seja, "completando a fala de Maria 3, não podemos perder a esperança" (Maria 1).

José 2 ainda completou:

> [...] a escola faz e na verdade precisa fazer ainda não só na escola, mas também na sociedade, só que temos um problema que a gente não observa: os pais, a família não tiveram essa formação, [...] trabalhamos tanto para não desistir e obter esse resultado que infelizmente muitas vezes não vem. Porém tem outro lado, as pessoas que absorvem aquilo e conseguem até levar para dentro de casa, para sua família e para o seus pais, [...] a própria criança ensina isso aos pais o que aprenderam na escola, mas muitas vezes não consegue fazer isso, infelizmente.

Diante da reflexão de José 2, nos questionamos se, apesar dos trabalhos centrados na temática violência contra a mulher, doméstica e de gênero e educação (ANDO, 2011; CORDEIRO, 2017; MEDEIROS, 2018; FERREIRA, 2019, dentre outros), no intuito de

identificar situações dessa natureza, preveni-las, bem como refletir sobre a questão e desenvolver nos sujeitos a conscientização, os resultados das pesquisas estariam encontrando ressonâncias na sociedade, provocando as mudanças tão almejadas. Ainda que lentamente, acreditamos que sim, porém são necessárias ações de extensões que alcancem a sociedade como um todo, não só os dispositivos que compõem a rede, mas, especialmente, as famílias.

Neste ponto, após analisar o encontro de pesquisa e formação proposto neste segundo dia, concluímos que os participantes veem na educação uma saída para resolução de situações de violência contra a mulher na sociedade, em razão de conscientizar, informar, esclarecer, mudando a mentalidade. Nesse percurso, visando solucionar os impasses existentes, destacam a relevância dos outros entes da rede de enfrentamento, pois a escola sozinha não pode dar conta, mas juntos podem mais. Assim, a perspectiva de enfrentamento à violência numa chave de gênero perpassa especialmente as construções das agentes educacionais.

No subtópico que se segue, apresentamos nosso terceiro ateliê de encontro.

4.4 Terceiro Ateliê de Encontro

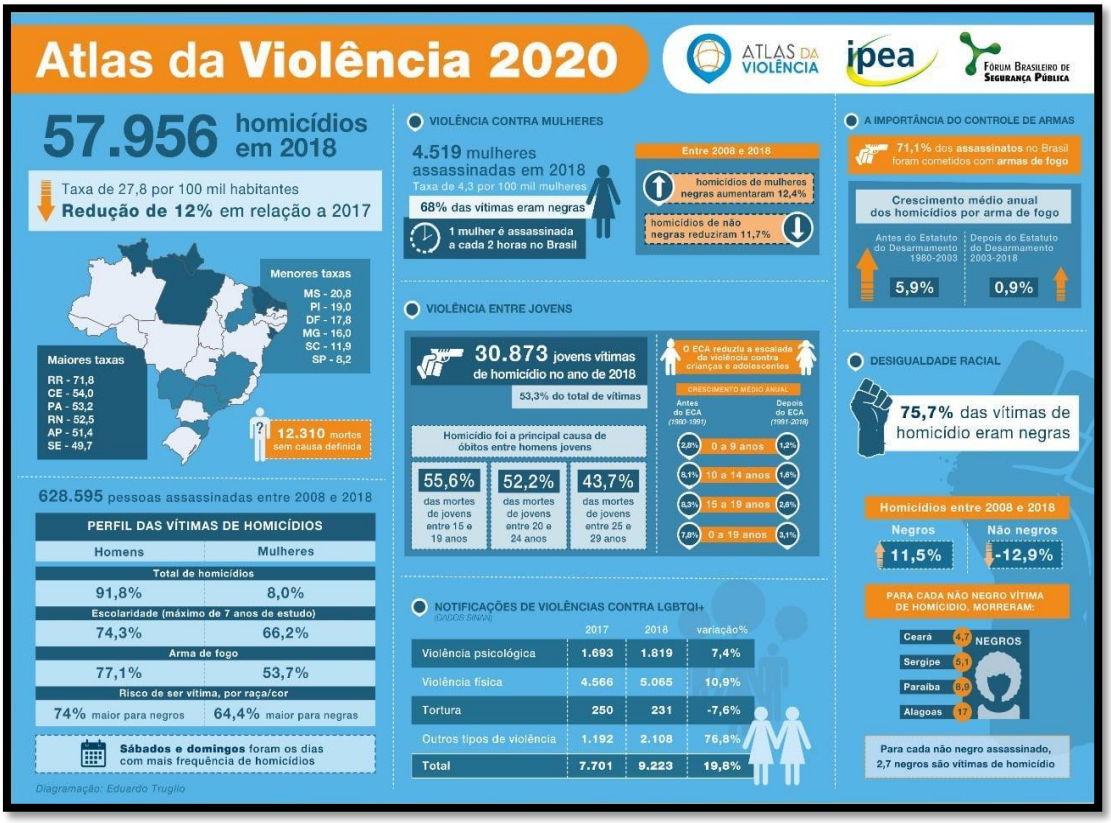
No terceiro ateliê de encontro, por sua vez, realizado no dia 30 de junho de 2021, nosso intuito foi perceber como a interseccionalidade irrompe nas narrativas das(os) participantes do ateliê e se legitimam as ações intersetoriais de enfrentamento à violência contra mulher. Lembrando que, de acordo com Crenshaw (2002), a interseccionalidade refere-se principalmente ao modo como o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios geram desigualdades que levam à estruturação de posições relativas de mulheres, grupos étnicos raciais, classe socioeconômicas, entre outras. Machado (2017, p. 41) ressalta, ainda, que mesmo antes da proposição do termo interseccionalidade "já existia uma ampla discussão e teorização sobre a experiência simultânea do racismo e do sexismo vivenciados por mulheres negras", mas essa terminologia permitiu reunir essas discussões e unificar a luta pelos direitos dessas pessoas.

Neste dia, iniciamos também às 20:00h, recepcionando nossos participantes com a música "Pra todas as mulheres"[18]. Em seguida, exibimos dados referentes ao Mapa da Violência 2020, na Figura 16, para análise das(os) atelieristas. Deixamos todas(os) à vontade para se manifestarem sobre o mais lhes chamou atenção no mapa, sobre as sensações despertadas de imediato, sobre o que fosse mais perceptível.

[18] Canção de Mariana Nolasco. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sURA8RSUELg

O Atlas da violência em questão refere-se aos dados de 2018. Detalha o número de mortes violentas em âmbito nacional e também por regiões, separadas por homens e mulheres; dá destaque para a violência contra as mulheres, entre jovens; notifica também a violência contra LGBTQIA+, além de controle de armas e desigualdade racial, de forma interseccional portanto, em um cruzamento entre raça, classe social, orientação sexual, entre outros eixos de diferenciação e desigualdade de poder.

Figura 16 - Atlas da violência no Brasil



Fonte: Infográfico - Atlas da Violência 2020[19].

Após analisarem os dados no Atlas da violência apresentado, Maria 1 foi a primeira a se manifestar:

> [...] o que mais me chamou atenção foi que 75,7% das vítimas são negras, outro ponto é que uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil, outro ponto é que em 2018 4.519 pessoas foram assassinadas e isso é terrível, são números alarmantes, é uma tristeza muito grande a gente olhar e saber que nós estamos na classe das mulheres e saber que a cada duas horas no meu país uma mulher é assassinada é doloroso demais (Maria 1).

[19] Disponível em: ipea.gov.br

Maria 5, então, dialoga a partir das observações de Maria 1, trazendo para a discussão esses outros eixos que atravessam a questão, que se cruzam na violência contra a mulher, como a cor de pele, por exemplo:

> Então esse ponto que pró Maria 1 falou foi algo que também me chamou atenção, a questão da cor da pele é um fator que fica óbvio nessa questão da violência, dos homicídios. [...] a taxa de homicídios entre os homens também é altíssima, [...] Outro ponto também interessante é que esses homicídios acontecem a maioria nos fins de semanas, principalmente em relação aos homens. Claro que tem um índice altíssimo para mulheres, mas principalmente para homens e jovens. Aí a gente pensa em outras questões, a gente tem uma população que a educação ainda não consegue dar conta do que deveria, a gente tem uma questão familiar que também influencia nisso, uma questão cultural (Maria 5).

Maria 5, como vemos, ressalta que a escola "ainda não consegue dar conta do que deveria". Para ela, a cultura familiar/da sociedade, quando naturaliza a violência doméstica, acaba tendo maior força do que o trabalho realizado pela cultura educacional, ou seja, de debater, conscientizar, identificar situações, aconselhar, encaminhar. Refletimos, nesse ponto, se a sensação de "estar sozinha", como enunciou Maria 1, no primeiro ateliê, não estaria influenciando algumas das agentes educacionais e sendo reveladora da necessidade de maior integração entre todos os dispositivos, no enfrentamento à violência contra as mulheres de forma intersetorial, não se restringindo somente às áreas de segurança e assistência social, mas com o envolvimento de vários setores da sociedade (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2017).

Maria 9 já chama atenção para as notificações de violência contra as pessoas LGBTQIA+, enfatizando o aumento no número da violência psicológica, de 2017 a 2018. Em suas palavras, assim detalha:

> Eu achei interessante é que tem essas notificações de violências contra LGBTQI+, nós podemos ver aí no ano de 2017-2018 [...] por exemplo, violência psicológica é 1.693 em 2017, em 2018 1.819. Nós podemos ver que o mundo está evoluindo, mas a cabeça das pessoas não. Podemos ver a avaliação para mais 7,4%, 10,9%, a gente tem que entender as pessoas como elas são, só que a situação está se transformando em violência e também podemos ver esses dados acima de violências contra as mulheres, 4.519 mulheres foram assassinadas em 2018 e isso é um número gritante. Às vezes são assassinadas pelos seus maridos, às vezes só pelo fato de ser mulher ou algo assim. Então a violência é gritante e a gente tem que prestar muita atenção em relação a isso para poder intervir na sociedade que a gente vive, porque se a gente não fizer intervenções as coisas vão piorar cada vez mais (Maria 9).

Maria 9 ainda destaca os números de assassinatos de mulheres, "um número muito gritante", as quais são mortas pelos seus maridos, como ela menciona: "às vezes só pelo fato de ser mulher". Cavalvanti e Oliveira (2017) ressaltam que esse tipo de violência – de gênero – decorre de tradição cultural, organização social, estruturas econômicas e relações de poder, de modo que homens que praticam violência contra suas companheiras se consideram seus donos, não aceitam o fim do relacionamento, e devem ser responsabilizados por seus crimes.

Na sequência, José 2, policial, enuncia em relação a informações que dialogam com sua área de atuação, o combate ao crime, em especial os homicídios:

> Nós notamos que fizemos uma redução aí referente a 2017 e isso conta que o trabalho que estamos fazendo está surtindo resultado com essa redução. E chamar a atenção também em relação a homicídios, isso é chocante infelizmente (José 2).

Nesse sentido, ainda sobre os números de homicídios, Maria 8 chama atenção para o fato de que o estatuto do desarmamento contribuiu para essa redução entre os homens, negros principalmente. Ela assim informa: "Eu observei essa questão sobre as pessoas negras e também os homicídios entre os homens, que é muito alto os índices, um dado importante também, que depois do estatuto do desarmamento houve uma redução na taxa de homicídios, é importante destacar isso também" (Maria 8).

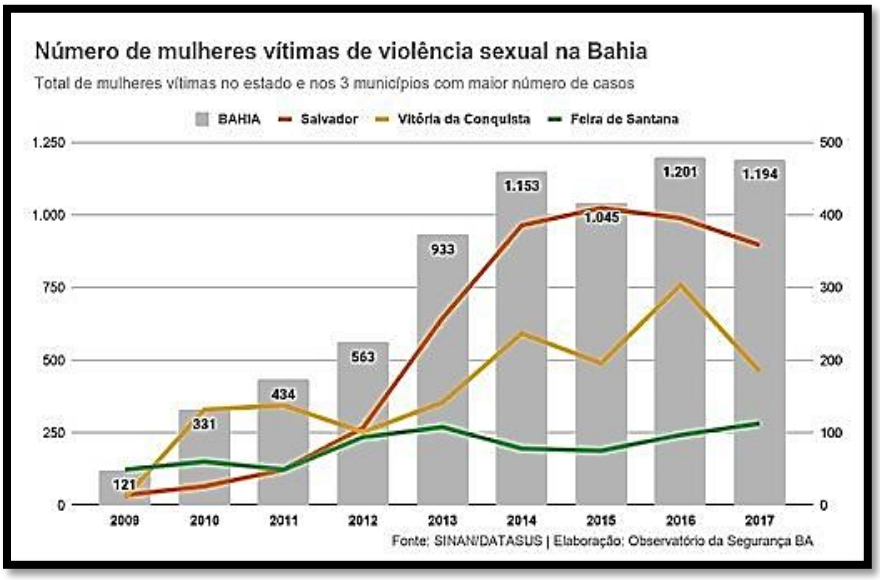
Conforme os dados que apresentamos, quisemos dar visibilidade aos números alarmantes de violência que, sob uma perspectiva da interseccionalidade, vitima pessoas pela cor, sexo, gênero, religião. Esses dados revelam que, na maior parte dos casos, essa violência afeta pessoas negras, sendo um agravante para essas pessoas, de modo que as mulheres negras, no tocante à violência de gênero, são as mais afetadas. Vale mencionar, em consonância com Machado (2017), que embora a Lei Maria da Penha tenha contribuído para o reconhecimento da violência de gênero, esta e também muitos estudos feministas "não incorporam uma abordagem interseccional da violência doméstica e do sistema de justiça", com algumas poucas exceções (MACHADO, 2017, p. 48).

Maria 1 corrobora esse pensamento de que as mulheres negras sofrem mais, "[...] na estatística o número maior realmente é o das mulheres negras, porém outras mulheres de outra cor também sofrem, mulheres brancas também sofrem, não tanto quanto as negras [...]". Em consonância com Silva (2010), mencionamos, aqui, a vulnerabilidade da população negra, potencializada pela supremacia branca, promovendo sofrimento e opressão. Segundo a autora, "Quando racializado o feminicídio, ou seja, quando levada em conta as desigualdades sociais e

econômicas entre a população branca e negra, a vulnerabilidade das mulheres negras em função do seu sexo e da sua cor visibiliza o racismo como uma face da VCM" (SILVA, 2010, p. 34).

Em seguida, exibimos outros gráficos, dessa vez relativos aos dados de violência sexual contra as mulheres, homicídios e medidas protetivas, no estado da Bahia, conforme ilustram os Gráficos 5, 6 e 7, seguintes.

Gráfico 5 - Dados da violência sexual contra mulheres na Bahia

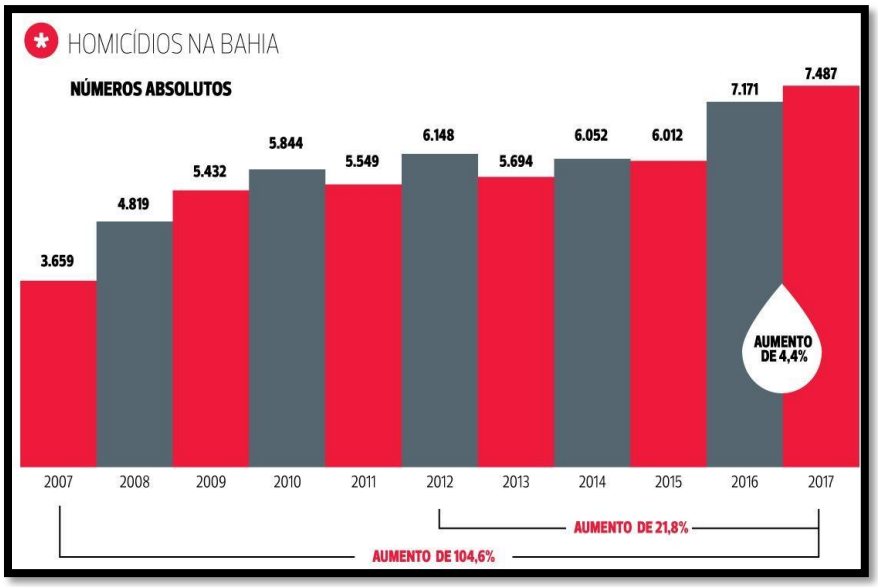


Fonte: SINAN/DATASUS (2018)[20].

Conforme o gráfico 5, anterior, verificamos dados referentes à violência sexual contra mulheres, com destaque para os três maiores municípios baianos, onde ocorrem os maiores números de casos: Salvador, Vitória da Conquista e Feira de Santana. As informações se referem ao período de 2009 a 2017, de modo que podemos observar, de modo geral, um aumento de casos ao longo do tempo, ainda que haja alguns momentos com quedas nos números; Salvador, por exemplo, de 2012 a 2015 segue com um aumento de casos de violência sexual contra mulheres de maneira estarrecedora. Vitória da Conquista também segue com aumento no número de casos e pequenas reduções, liderando o número de ocorrências de violência sexual em 2010-2011, permanecendo abaixo de Salvador em número de casos nos anos seguinte. De acordo com esses dados, Feira de Santana de 2009 a 2011 encontrava-se com mais casos que Salvador e Vitória da Conquista, mas nos anos seguintes manteve-se com números bem abaixo desses dois municípios, apresentando números mais satisfatórios, embora a meta ideal seja a não ocorrência de uma violência tal como esta.

[20] Disponível em: ucamcesec.com.br

Gráfico 6 - Número de homicídios na Bahia

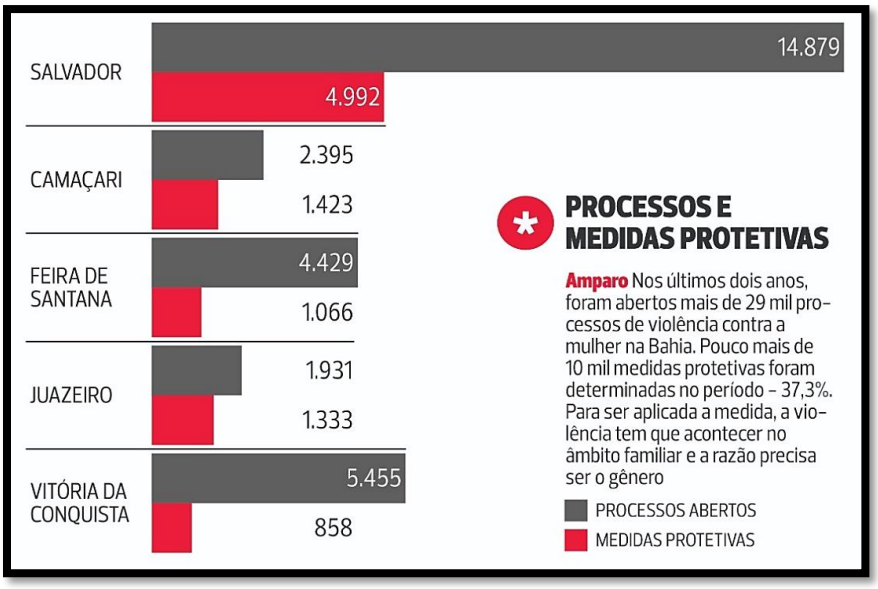


Fonte: Mapa da Violência.

O gráfico 6, por sua vez, permite-nos contemplar números referentes aos casos de homicídio no estado baiano, quanto ao período de 2007 a 2017, de acordo com o Mapa da Violência. Vemos uma redução bastante tímida em 2011, 2013 e 2015 e, em 2016 e 2017, um aumento grande no número de homicídios na Bahia, que corresponde a 21,8% de 2012 a 2017 em comparação com o período de 2007 a 2011.

O Gráfico 7, seguinte, por seu turno, dá conta dos processos abertos em razão de violência contra a mulher e as medidas protetivas decorrentes disso, com destaque para as cidades: Salvador, Camaçari, Feira de Santana, Juazeiro e Vitória da Conquista. Ainda que tenham sido abertos mais de 20 mil processos por violência contra a mulher, observamos que foram concedidas pouco mais de 10 mil medidas protetivas, pois para que haja medida protetiva é necessário que a violência ocorra no âmbito familiar e por razão de gênero; assim, casos que não se enquadrem nessa descrição seguem sem a devida atenção e a mulher submetida à opressão, ameaça e, muitas vezes, outras ocorrências de violência e até morte.

Gráfico 7 - Dados sobre medidas protetivas na Bahia



Fonte: Jornal Correio[21].

Se em nosso encontro anterior recorremos ao sentido da visão, com o uso dos recortes de tecidos no varal virtual, a fim de despertar sentimentos, neste encontro apelamos mais à audição, com o samba "Se essa mulher fosse minha", com a música "Triste, Louca ou Má[22]", além de conjugar as canções com documentários sobre as mulheres de Biritinga e por fim, para reflexão dos coordenadores pedagógicos exibimos o documentário: "Se essa escola fosse minha". Desse modo, abrimos uma Roda de conversa no intuito de levantar discussões em que os colaboradores pudessem expor suas impressões.

Maria 5, ao relacionar os dados dos gráficos anteriores com algumas músicas baianas, salienta sua preocupação com o reflexo delas entre os jovens:

> Eu me preocupo muito com essa questão de música, que nós baianos temos uma lista de músicas e compositores que meu Deus, acabam por naturalizar a violência, aí a gente começa a ver como natural, eu me preocupo também como professora, porque os jovens crescem ouvindo isso, então aquilo que escutamos parece que vai se materializando e você vai vivendo aquilo como natural. Você começa a cantar e aquilo começa a fazer parte do seu vocabulário do dia a dia, eu tenho uma preocupação muito grande pelo estilo musical que a gente tem na Bahia e a gente vê a violência naturalizada (Maria 5).

José 2 parece divergir em opinião com Maria 5, afirmando que, em relação à música, não devemos fazer generalizações, mas analisar a questão por regiões e predomínio de gosto

[21] Disponível em: correio24horas.com.br
[22] Canção de Francisco, el hombre. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lKmYTHgBNoE

musical e cultura do lugar, pois criar impedimentos quanto à circulação de músicas pode gerar censura. No entanto, ele concorda que "[...] são umas letras tão vulgares que aparecem e fazem sucesso, infelizmente a gente pergunta onde está a cultura do nosso país" (José 2). De fato, não se pode generalizar nem impedir a circulação de músicas, mas uma atitude importante, em nossa opinião, pode ser feita, principalmente no contexto escolar, junto às(os) jovens: problematizar a questão, levantar discussões reflexivas com as(os) alunas(os), despertando seu senso crítico para o lado negativo de algumas canções, conscientizando-as(os) sobre a violência contra as mulheres e desmistificando construções presentes na tradição cultural/social que contribuem para a manutenção dessa mazela.

Maria 1, então, declara:

> [...] a última música é um grito de liberdade, mostra que as mulheres podem viver, podem se libertar dessa violência, desta operação e viver só, tanto que a música diz isso, ela não depende mais do homem e ela tomou uma atitude e ela vive só. Até no que você mostrou uma teve coragem também de tomar uma atitude, um dia ela tomou as rédeas da vida dela e não depende mais desse companheiro. Então, se muitas fizessem isso, mas o medo paralisa muito e a gente tem medo, essa foi apenas uma que teve essa coragem, eu já apanhei muito agora é hora de revidar, ela deu sorte e se saiu bem [...] (Maria 1).

O comentário de Maria 1 revela o lado da autonomia da mulher, ao irromper com o ciclo de violência, tomar atitude, empoderar-se, tomar coragem, o que não deixa de ser relevante no processo de "saída" e recuperação após situações de violência vividas por muitas dessas mulheres. Entretanto, destacamos, como também salientaram as(os) participantes, que a mulher, sozinha, não conseguirá vencer essa situação sem o auxílio de outros indivíduos, dispositivos, ações sociais, políticas públicas, dentre outros. O documento Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher ressalta, como um dos avanços, a ampliação dos serviços especializados de apoio à mulher vítima de violência (BRASÍLIA, 2011a); a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por sua vez, refere-se à atuação articulada entre as instituições, serviços governamentais, não governamentais e a comunidade (BRASÍLIA, 2011b), não sendo apenas papel do Estado, mas de todas e todos nós discutir, conscientizar, prevenir e combater a violência, acolhendo aqueles que sofrem violências, sejam elas de qualquer natureza e contra qualquer pessoa.

Dessa forma, nesse diálogo que estabelecemos, procuramos verificar como a interseccionalidade se revela nas narrativas dos participantes do ateliê e se legitimam as ações intersetoriais de enfrentamento à violência contra mulher e concluímos que as agentes e os agentes de políticas públicas e educacionais, ao visualizarem dados relativos ao Mapa da

violência, reconhecem que a violência atinge diferentes grupos sociais, os quais compõem um estrato social, subalternizado, devendo ser enfrentada forma interseccional, porquanto a interseccionalidade leva em consideração "[...]que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente" (COLLINS; BILGE, 2020, p. 17). Desse modo, a interseccionalidade permite compreender e explicar um mundo tão complexo como o nosso, além das pessoas e suas experiências, como indicam as autoras.

5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA INTEGRAÇÃO DA ESCOLA À REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE BIRITINGA-BA

Ao longo da pesquisa de mestrado materializada nesta dissertação, e mesmo antes dessa etapa, estando na condição de mulher, pesquisadora, educadora, cidadã, em processo de formação, a violência praticada contra as mulheres tornou-se um ponto de reflexão e militância, especialmente em um contexto de interações permeadas pela diversidade, como é o caso do ambiente escolar. Como dito anteriormente, isso exige de nós, profissionais da educação, uma pedagogia que seja anticolonial, humanística, antirracista, antissexista, anti-homofóbica, pluralista e transgressiva.

Nesses vinte e três anos de profissão docente, muitas situações experienciadas na instituição escolar despertaram um olhar mais acurado para a diversidade, não como formação de grupos de pessoas "diferentes" da maioria e propensas a viver às margens da sociedade, mas a diversidade como potência, com propensão à luta – pela dignidade, por seus direitos, por alcançar o *status* a que têm direito, como pessoas, como parte da sociedade.

Em 2017, com a pesquisa *Análise da percepção dos atores da Rede de Proteção à mulher vítima de violência em Biritinga-BA*, o intuito da pesquisa de especialização era produzir um diagnóstico a respeito da rede de atendimento à mulher vitimada pela violência doméstica e familiar no município em questão, com base nos relatos dos agentes públicos componentes dessa rede, levando-se em consideração que a violência, de modo geral, não escolhe *status* social, escolaridade, raça, etnia, condições econômicas, dentre outros fatores. Desse modo, foi possível constatar o seguinte:

> [...] o fato de não existir uma rede efetiva de proteção à mulher, ao agressor e sua família; não haver divulgação adequada da lei, nem tão pouco conhecimento da existência de rede de atendimento, a falta de equipamentos públicos e rede socioassistencial para acolher e garantir os direitos das mulheres vítimas de violência doméstica e a ausência de uma delegacia especializada DEAM; falta de articulação e trabalho conjunto das secretárias de governo e políticas públicas voltadas para enfrentar a violência doméstica são causas gritantes que criam óbices para efetividade da lei no município.
> Outro aspecto a mencionar é a falta de delegado titular e agentes de segurança pública efetivos no município que, associado a outros fatores como falta de instrução e acesso à informação das vítimas e qualificação na rede de atendimento; alto índices elevados de consumo de álcool e drogas; dependência econômica da vítima em relação ao agressor, dentre outros, agrava e dramatiza ainda mais a situação da mulher violentada (ARAÚJO, 2017, p. 86).

Nessa pesquisa, verificamos muitas fragilidades que impediam/dificultavam o devido acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar ainda em 2017, em Biritinga-BA. Agora, no mestrado, ainda com a mesma preocupação e interesse, quanto à violência praticada contra o feminino, amplia-se o objeto de estudo e as relações com outros segmentos, ou seja, passamos a uma investigação com contornos definidos pelas relações entre gênero, classe social, etnia, orientação sexual, em chave interseccional, refletindo, também, sobre conceitos como: violência contra a mulher, violência doméstica ou intrafamiliar e violência de gênero, importantes para se conhecer os dispositivos legais e de auxílio às vítimas.

Tivemos, então, nesta dissertação, o interesse maior de compreender as interfaces entre as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e as escolas públicas do município de Biritinga-Ba. Para nós, as políticas intersetoriais, na perspectiva do Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, configuram-se como um eixo intersetorial e prioritário dessas políticas sem se restringir somente às áreas de segurança e assistência social, mas com o envolvimento de vários setores do Estado (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2017). Ademais, tivemos o intuito de entender como as ações oriundas de políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher emergem nas construções discursivas das(os) participantes da pesquisa, e como suas concepções se materializam em suas palavras, uma vez que elas(es) estão situadas(os) em postos que exigem uma postura de enfrentamento e combate à violência de gênero, uma postura que considere os direitos das mulheres; compreender como as perspectivas de gênero que atravessam as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher são entrelaçadas nas construções discursivas das(os) atelieristas, as(os) quais representam os gerenciamentos de políticas públicas e de escolas, quanto ao enfrentamento da violência imprimida conta as mulheres; perceber como a interseccionalidade irrompe nas narrativas das(os) participantes do ateliê e se legitimam as ações intersetoriais de enfrentamento à violência contra mulher.

Conforme os dados/informações obtidos por meio de nossos ateliês de encontro com as(os) atelieristas, verificamos que as(os) agentes de políticas públicas e educacionais demonstram ter consciência dos dispositivos que devem atuar na rede, mas as agentes educacionais, principalmente, revelam solidão diante de situações em que há suspeita de violência; os agentes de políticas públicas parecem considerar os dispositivos dos quais fazem parte mais adequados ao combate à violência contra a mulher, aparentando, ainda que não percebam, uma menor interação com outros dispositivos.

Observamos, ainda, que os participantes consideram a educação um meio relevante para resolução de situações de violência contra a mulher na sociedade, em razão de conscientizar,

informar, esclarecer, mudando a mentalidade, trazendo para discussão, também, a perspectiva de enfrentamento à violência numa chave de gênero perpassa especialmente as construções das agentes educacionais. Além disso, as agentes e os agentes de políticas públicas e educacionais, especialmente após visualizaram e discutiram os dados relativos ao Mapa da violência, reconheceram que a violência atinge diferentes grupos sociais, os quais compõem um estrato social subalternizado, devendo ser enfrentada forma interseccional.

No estudo que realizamos, fizemos levantamento de informações atualizadas junto ao 15ª COORPIN (Coordenadoria de Polícia Civil do Interior) de Biritinga-BA – Sistema de Informação e Gestão Integrada Policial (SIGIP) e também o Conselho Tutelar da cidade, a fim de servirem de base para nossas reflexões e proposta de ações. Assim sendo, o Gráfico 8, seguinte, foi produzido com base nas informações da 15ª COORPIN de Biritinga-BA quanto à estatística de atendimento do Inquérito Policial Flagrante, em relação aos inquéritos gerais e os inquéritos Maria da Penha.

Gráfico 8 - Estatística do atendimento de Inquérito Policial Flagrante na 15ª CRPN COORPIN de Biritinga-BA no período de 2016 a 2021

ANO	OCORRÊNCIAS GERAIS	INQUÉRITOS GERAIS	INQUÉRITOS MARIA DA PENHA	% INQUÉRITOS MARIA DA PENHA
2016	430	50	08	1,86%
2017	464	50	07	1,51%
2018	463	50	22	4,75%
2019	406	55	16	3,94%
2020	326	57	17	5,21%
ATÉ OUT/2021	217	40	08	3,69%
Total	**2306**	**302**	**78**	**20,96**

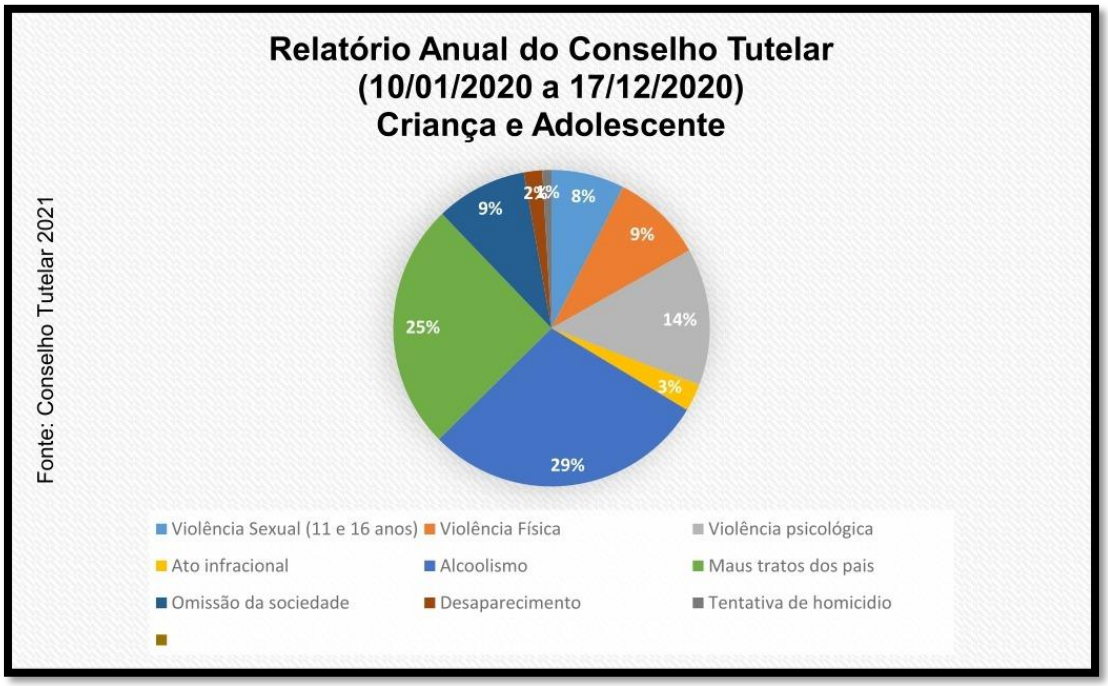
Fonte: 15ª COORPIN/Biritinga-BA (SIGIP) – Sistema de Informação e Gestão Integrada Policial

O gráfico 8 revela dados que compreendem os anos de 2016 até outubro de 2021 – período em que esta pesquisa foi concluída para defesa pública no mesmo ano. Como vemos, em relação às ocorrências gerais, entre os anos de 2016 e 2019, antes da pandemia da Covid-19, correlativamente aos inquéritos gerais, no mesmo período, houve uma aparente constante nos números seguida de uma queda nos anos de 2020 e 2021, a nosso ver motivada pelas medidas de isolamento social. Já em relação aos inquéritos relativos à aplicação da Lei Maria da Penha observamos uma oscilação, ou seja, 07 casos em 2016 e 08 em 2017, aumentando para 22 casos em 2018, com uma pequena queda em 2019 (16 casos) e 2020 (17 casos), em seguida, no ano de 2021, observamos uma queda na metade desses inquéritos (08 casos), o que, para nós, infelizmente, não parece ser reflexo da diminuição dos casos de violência, mas do silenciamento das vítimas em decorrência desse período em que vivemos a pandemia, o

isolamento, o fechamento das escolas[23] e ainda a cifra negra[24] que permeia os casos de criminalidade juntos aos órgãos oficiais etc.

Ao mencionar o fato de as escolas estarem fechadas, e como percebemos nas falas das nossas atelieristas agentes educacionais, por mostrar-se relevante na identificação de situações de mudanças comportamentais nos alunos, indicativas de possíveis casos de violência doméstica/intrafamiliar, buscamos informações a respeito das crianças e adolescentes da cidade de Biritinga em situação de risco atendidas pelo Conselho Tutelar. Os Gráficos 9 e 10, seguintes, por sua vez, revelam dados do Relatório Anual do Conselho Tutelar no município, o primeiro quanto ao ano de 2020 e o segundo relativo ao ano de 2021.

Gráfico 9 - Relatório Anual do Conselho Tutelar 2020

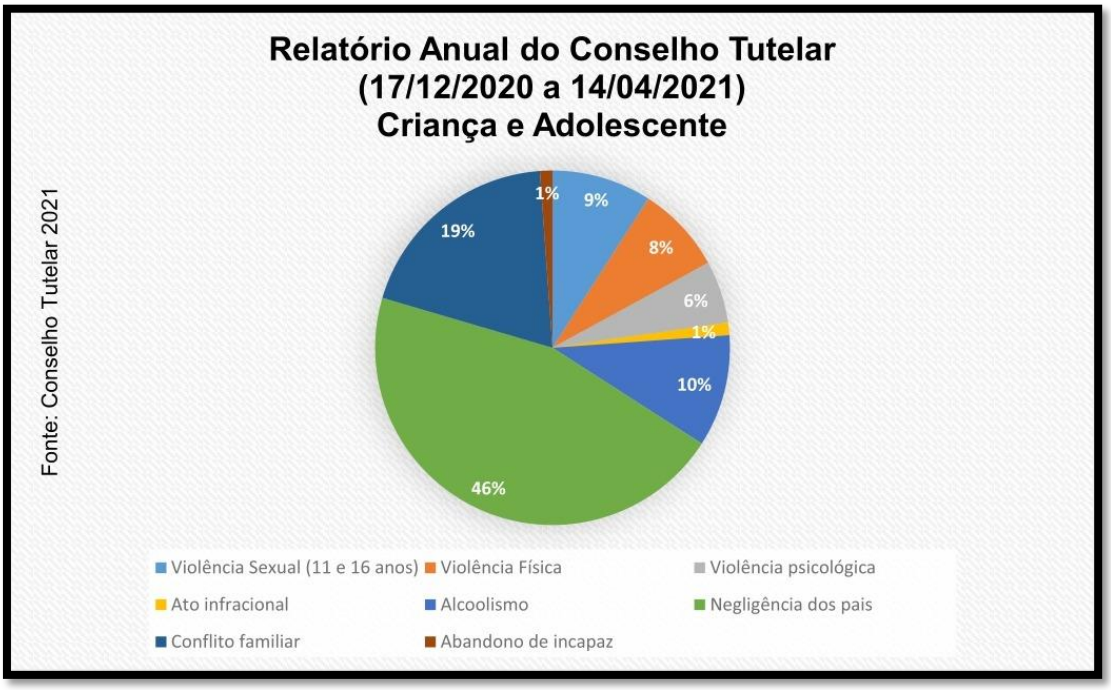


Fonte: Conselho Tutelar de Biritinga.

[23] Silva, Araújo e Silva (2021), no artigo *A (Re)Invenção da docência em tempos de pandemia: contribuições para o estudo interseccional de gênero, raça e classe na educação*, refletem sobre a necessidade de reinvenção da atividade pedagógica do professor, tanto em decorrência do contexto pandêmico quanto na problematização de questões relativas à própria vida, criando uma ponte com gênero, raça e classe na educação, de forma interseccional, tendo em vista aspectos formativos e a compreensão da realidade dessas(es) estudantes.

[24] A cifra negra constitui a relação de crimes ocorridos, mas não registrados pelos órgãos oficiais, ou seja, forma a diferença entre o número de crimes praticados e o número de crimes conhecidos pelas autoridades competentes. Logo, a criminalidade real é maior que aquela registrada oficialmente. Disponível em: https:direitonet.com.br.

Gráfico 10 – Relatório Anual do Conselho Tutelar 2020-2021



Fonte: Conselho Tutelar de Biritinga.

Chama-nos atenção, ao comparar os dois gráficos, dentre tantas revelações, o grande número de casos caracterizados como Negligência dos pais em 2021, ou seja, 46% dos casos, visto que em 2020 os casos de Maus-tratos dos pais perfaziam um total de 25% dos casos registrados. Perguntamo-nos: com o fechamento das escolas e as crianças e adolescentes, em tese, reclusas em suas casas, na companhia de seus pais ou responsáveis, esse grupo etário estaria sendo cuidado e acompanhado por seus familiares mais próximos? Os dados mostram que não, pois observamos um número bastante alto de casos de Conflito familiar (19%), seguido de Alcoolismo (10%) e um leve aumento nos casos de Violência sexual (9%) em relação a 2020 (8%).

Esses dados não sabemos se, de fato, refletem a realidade da comunidade biritinguense, não porque não haja transparência nas informações, mas porque o período pandêmico operou mudanças drásticas no comportamento social, refletindo-se possivelmente na diminuição do comparecimento às unidades de polícia e denúncias, em virtude do isolamento social e, portanto, o silenciamento das vítimas.

Diante dessas constatações e da problemática de não haver efetivamente uma rede de enfrentamento à violência contra a mulher no município pesquisado, desejamos propor um plano de intervenção, tendo em vista contribuir para o contexto local no que concerne ao enfrentamento à cultura da violência contra a mulher na cidade de Biritinga-BA, promovendo a reflexão, conscientização, acolhimento, orientações jurídicas, fortalecimento da rede de

enfrentamento, respeito mútuo, integração familiar-comunitária, dentre outras contribuições tanto individuais quanto coletivas. O plano de trabalho que nos move tem como proposta uma ação de cunho interventivo, formativo, e aspira por tratar de dois espaços públicos educativos, de diálogos que visam criar relações muito mais aproximativas, a partir das inter-relações e experiências entre gestores das políticas intersetoriais e da escola.

Vale mencionar que a intenção é realizar encontros (simpósios) entre agentes públicos e agentes escolares e com a comunidade, no intuito de fortalecer a Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher em Biritinga-BA, sendo esta ação, portanto, decorrente de projeto de extensão promovido pelo espaço escolar em parceria com a universidade, através do grupo de pesquisa Formação Experiência e Linguagem (FEL) e o Grupo de Leitura e Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Sexualidade (GLEIGS). Justificamos essa necessidade em razão das diferentes noções de formação apresentadas pelas(os) participantes da pesquisa, englobando alguns dispositivos e outros não, pela insegurança e solidão de algumas agentes educacionais e pelo pouco reconhecimento de algumas(uns) participantes da atuação da escola nessa rede, enfim pelo pouco diálogo entre essas(es) que deveriam ser parceiras(os) em todo o processo, desde a prevenção até o acolhimento da mulher vítima de violência, além de crianças, adolescentes, e mesmo na orientação/punição ao agressor.

Nesse sentido, apresentamos, a seguir, o detalhamento da nossa proposta de trabalho.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

TEMA: Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher no município de Biritinga-BA	
EVENTO: Simpósio Municipal sobre violência conta a mulher e educação	**Data:** 07, 14, 21 e 28 de março de 2022
Prof.ª Orientadora: Zuleide Paiva da Silva	
Professora: Sandra Santos de Araújo	

PROPOSTA DE SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Local: Quadra Poliesportiva João Severo Filho
Município: Biritinga / Bahia
Dependência Administrativa: Secretaria de Educação / Colégio Municipal de Biritinga / Ba
Professora: Sandra Santos de Araújo

DADOS DO PLANO DO SIMPÓSIO:

Nome da Proposta: Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher no município de Biritinga-BA
Público-alvo: Gestores de políticas públicas intersetoriais e gestores escolares (gestores, coordenação e docentes), além da comunidade em geral;
Quantidade de pessoas: estimativa inicial de 50 pessoas
Duração: 1 mês

DETALHAMENTO DA EXPERIMENTAÇÃO:

Objetivos:

- Promover encontros formativos entre gestores de políticas públicas e gestores escolares com vistas ao fortalecimento da Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher no município de Biritinga-BA por meio de quatro Fóruns realizados uma vez por semana no mês de março – mês em que se comemora o dia Internacional da mulher;
- Debater a respeito da violência no estado baiano e, especificamente, no município de Biritinga, em uma perspectiva interseccional, com foco na violência contra a mulher;

explanar sobre interseccionalidade, violência contra a mulher, doméstica/intrafamiliar e de gênero, refletindo ainda a respeito do amparo legal e medidas de acolhimento;

- Discutir sobre as contribuições de documentos tais como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, considerando também as dificuldades para efetivação de ações na prática (caso haja);
- Debater sobre os resultados da pesquisa *Políticas Intersetoriais de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e Escolas Públicas do Município de Biritinga-BA: Redes e Reexistências*, ora desenvolvida, com foco especialmente nas noções de rede de enfrentamento delineadas pelas(os) participantes da pesquisa correlacionando-a com a proposta do documento Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e como funciona na prática no município de Biritinga;
- Discutir sobre a relevância de cada instância/agente na constituição e fortalecimento de uma rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Biritinga, dando ênfase à participação da instituição escolar, mediante o Parecer CEE N. º 91/2020, e como esta poderá estabelecer diálogo com seus pares, reconhecendo qual a sua forma de atuação e recebendo a orientação adequada para que professoras(es) e coordenadoras(es) não se sintam sozinhas(os) e deslocadas(os) em seu papel.

Conhecimentos a serem tratados:

Interseccionalidade

Violência contra a mulher, doméstica/intrafamiliar e de gênero

Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha

Diretrizes dos documentos: Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Parecer CEE N. º 91/2020

Descrição da Experimentação –

I SIMPÓSIO – Violência contra a mulher, doméstica e de gênero em chave interseccional: políticas públicas e políticas educacionais para a conscientização, enfrentamento e combate à violência contra a mulher (duração de 4 horas, das 08:00 às 12:00)

1. Convidar agente de Política Pública de Enfrentamento à violência (policial militar, delegada(o), assistente social) e agente de Política Educacional (professora-pesquisadora/professor-pesquisador da UNEB) para participação no seminário, por meio de encaminhamento de ofício;
2. Informar às(os) participantes a temática do simpósio, a fim de que suas falas sejam produzidas com base nesse tema;
3. Compartilhar com as(os) participantes convidadas(os) textos referentes a pesquisas e documentos (conforme os indicados nas referências desta proposta de trabalho), deixando-os livres para adotarem materiais que julguem relevantes;
4. Estender o convite à participação da comunidade biritinguense na condição de ouvinte (seja presencial ou on-line, caso perdurem as medidas de prevenção à Covid-19);
5. Realizar o simpósio na Quadra de Eventos Joao Severo Filho, no Colégio Municipal de Biritinga ou pelo Google Meet, caso perdurem as medidas de prevenção à Covid-19, em horário a ser definido com as(os) simposistas;
6. Em caso de evento presencial, realizar o simpósio em dois blocos, com um *Coffe Break* entre eles;
7. Iniciar pela reprodução da música "Pra todas as Mulheres" (Mariana Nolasco); autoapresentação da mediadora; acolhida pela Coordenação do Evento, a mediadora Sandra Santos de Araújo e a Secretaria de Educação; assistir ao documentário "Se essa escola fosse minha"; em seguida, apresentação das(os) simposistas e, logo depois, passar a palavra a eles;
8. Definir o tempo de fala das(os) simposistas conforme a quantidade de agentes que aceitarem o convite para participação no simpósio;
9. Reservar um momento (30 minutos, ao menos) para perguntas da plateia e respostas das(os) simposistas;
10. Encerramento do simpósio com a distribuição da letra da música "Ninguém é igual a ninguém" e conscientização sobre a mensagem da canção.

II SIMPÓSIO – Contribuições de documentos federais para o Enfrentamento à Violência Contra a Mulher em diálogo com a educação (duração de 4 horas, das 08:00 às 12:00)

1. Convidar agente de Política Pública de Enfrentamento à violência (policial militar, delegada(o), assistente social), agente de Política Educacional (professora-pesquisadora/professor-pesquisador da UNEB) e mulher vítima de violência residente na

cidade (que aceite testemunhar sobre a violência sofrida e a assistência recebida) para participação no seminário, por meio de encaminhamento de ofício;

2. Informar às(os) participantes a temática do simpósio, a fim de que suas falas sejam produzidas com base nesse tema;
3. Compartilhar com as(os) participantes convidadas(os) textos referentes a pesquisas e documentos (conforme os indicados nas referências desta proposta de trabalho), deixando-os livres para adotarem materiais que julguem relevantes;
4. Estender o convite à participação da comunidade biritinguense na condição de ouvinte (seja presencial ou on-line, caso perdurem as medidas de prevenção à Covid-19);
5. Realizar o simpósio na Quadra de Eventos Joao Severo Filho, no Colégio Municipal de Biritinga ou pelo Google Meet, caso perdurem as medidas de prevenção à Covid-19, em horário a ser definido com as(os) simposistas;
6. Em caso de evento presencial, realizar o simpósio em dois blocos, com um *Coffe Break* entre eles;
7. Iniciar pela autoapresentação da mediadora, em seguida apresentação das(os) simposistas e, logo depois, reprodução do documentário "O silêncio dos homens"; por conseguinte, passar a palavra a eles;
8. Definir o tempo de fala das(os) simposistas conforme a quantidade de agentes que aceitarem o convite para participação do simpósio
9. Reservar um momento (30 minutos, ao menos) para perguntas da plateia e respostas das(os) simposistas;
10. Encerramento do simpósio com a reprodução da canção "Se essa mulher fosse minha".

III SIMPÓSIO – Resultados da pesquisa *Políticas Intersetoriais e interseccionais de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e Escolas Públicas do Município de Biritinga-BA: redes e reexistências* (duração de 4 horas, das 08:00 às 12:00)

1. Convidar agente de Política Pública de Enfrentamento à violência (policial militar, delegada(o), assistente social) e agente de Política Educacional (professora-pesquisadora/professor-pesquisador da UNEB) para participação no seminário, por meio de encaminhamento de ofício;
2. Informar às(os) participantes a temática do simpósio, a fim de que suas falas sejam produzidas com base nesse tema;

3. Compartilhar com as(os) participantes convidadas(os) textos referentes a pesquisas e documentos (conforme os indicados nas referências desta proposta de trabalho), deixando-os livres para adotarem materiais que julguem relevantes;
4. Estender o convite à participação da comunidade biritinguense na condição de ouvinte (seja presencial ou on-line, caso perdurem as medidas de prevenção à Covid-19);
5. Realizar o simpósio na Quadra de Eventos Joao Severo Filho, no Colégio Municipal de Biritinga ou pelo Google Meet, caso perdurem as medidas de prevenção à Covid-19, em horário a ser definido com as(os) simposistas;
6. Em caso de evento presencial, realizar o simpósio em dois blocos, com um *Coffe Break* entre eles;
7. Iniciar pela autoapresentação da mediadora, em seguida apresentação das(os) simposistas e, logo depois, passar a palavra a eles;
8. Definir o tempo de fala das(os) simposistas conforme a quantidade de agentes que aceitarem o convite para participação no simpósio;
9. Reservar um momento (30 minutos, ao menos) para perguntas da plateia e respostas das(os) simposistas;
10. Encerramento do simpósio.

IV SIMPÓSIO – Parecer CEE N. º 91/2020 – avanços na educação para a diversidade (duração de 4 horas, das 08:00 às 12:00)

1. Convidar agente de Política Pública de Enfrentamento à violência (policial militar, delegada(o), assistente social) e agente de Política Educacional (professora-pesquisadora/professor-pesquisador da UNEB) para participação no seminário, por meio de encaminhamento de ofício;
2. Informar às(os) participantes a temática do simpósio, a fim de que suas falas sejam produzidas com base nesse tema;
3. Compartilhar com as(os) participantes convidadas(os) textos referentes a pesquisas e documentos (conforme os indicados nas referências desta proposta de trabalho), deixando-os livres para adotarem materiais que julguem relevantes;
4. Estender o convite à participação da comunidade biritinguense na condição de ouvinte (seja presencial ou on-line, caso perdurem as medidas de prevenção à Covid-19);

5. Realizar o simpósio na Quadra de Eventos Joao Severo Filho, no Colégio Municipal de Biritinga ou pelo Google Meet, caso perdurem as medidas de prevenção à Covid-19, em horário a ser definido com as(os) simposistas;
6. Em caso de evento presencial, realizar o simpósio em dois blocos, com um *Coffe Break* entre eles;
7. Iniciar pela autoapresentação da mediadora, em seguida apresentação das(os) simposistas e, logo depois, passar a palavra a eles;
8. Definir o tempo de fala das(os) simposistas conforme a quantidade de agentes que aceitarem o convite para participação no simpósio;
9. Reservar um momento (30 minutos, ao menos) para perguntas da plateia e respostas das(os) simposistas;
10. Encerramento do simpósio.

RECURSOS UTILIZADOS:

Materiais:

a) Recursos audiovisuais e mídias
b) Sala
c) Água, copos e vaso com flores
d) Toalha para colocar na mesa
e) Google Meet (caso não seja possível a realização presencial)

Recursos Humanos:

a) Interagentes
b) Agentes de políticas Públicas
c) Agentes de políticas Educacionais

DIFICULDADES:

Agendamento de datas e para execução dos simpósios;

Participação massiva da comunidade;

ASPECTOS RELEVANTES:

Conhecimentos sobre Interseccionalidade, Violência contra a mulher, doméstica/intrafamiliar e de gênero

Esclarecimentos sobre a Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, além das Diretrizes presentes nos documentos: Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Divulgação a respeito do Parecer CEE N. º 91/2020, que trata da Educação das Relações de Gêneros e Sexualidades no Sistema Estadual de Ensino da Bahia

ELEMENTOS INOVADORES EM DESTAQUE:

a) Integração entre os participantes ao realizar a atividade em conjunto;

b) Promoção de espaço aberto ao debate para inserção do tema Violência contra a mulher;

c) Empoderamento da mulher.

AVALIAÇÃO DO APRENDIZADO:

- Debates sobre a partilha de experiência nos simpósios.

SUGESTÕES /OBSERVAÇÕES:

a) Promover mais vivências de debates sobre a temática Violência contra mulher na comunidade

REFERÊNCIAS:

AKOTIRENE, 2018. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ARAÚJO, Sandra Santos de. **Análise da percepção dos atores da Rede de Proteção à mulher vítima de violência em Biritinga-BA.** 2017. 134f. Orientadora: Denise Leal. Dissertação do curso de Especialização em Gestão e Modernização Institucional na Segurança Pública. RENAESP. Universidade Federal de Sergipe – UFS, Aracaju- Sergipe, 2017.

ARAÚJO, Sandra Santos de. **Políticas Intersetoriais e interseccionais de Enfrentamento à violência contra a mulher e escolas públicas do município de Biritinga-BA**: redes e reexistências. 2021. 174f. Orientadora: Profa. Dra. Zuleide Paiva da Silva. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Diversidade) – Universidade do Estado da Bahia (UNEB), CONCEIÇÃO DO COITÉ – BA, 2022.

ARAÚJO, Sandra Santos de; SILVA, Zuleide Paiva da. Violência contra as mulheres e violência de gênero no território escolar: reflexões iniciais de uma pesquisa em andamento no MPED-

UNEB. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12. **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2021, ISSN 2179-510X.

BRASIL. **Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados e violência Doméstica e Familiar contra a mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br/ Acesso em: 19 mai. 2021.

BRASÍLIA. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Presidência da República/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2005.

BRASÍLIA. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República Brasília, 2011a.

BRASÍLIA. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República Brasília, 2011b.

Canção Pra todas as mulheres, de Mariana Nolasco. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sURA8RSUELg

MARQUES, Elisângela Carvalho Barbosa de Brito; ANDRADE; Maria Eurácia Barreto de; ARAÚJO, Sandra Santos de. A educação socioemocional no processo de formação dos sujeitos: um olhar crítico sobre a BNCC. In: CARNEIRO, Everton Nery [et al.] (Org.). **Educação, políticas públicas e religião**: diálogos interventivos. 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2020. p. 172-180.

MARQUES, Elisângela Barbosa de Carvalho Brito; ANDRADE, Maria Eurácia Barreto de; ARAÚJO, Sandra Santos de. Trajetórias de vida/escolarização de mulheres negras. In: ZACCHI, Wanderley [et al.]. **Anais do I Congresso Nordestino de Linguística Aplicada** (I CONELA): panorama dos estudos teóricos e práticos em Linguística Aplicada. Aracajú: Ed. dos Autores, 2021. p. 558-568. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1YRg5GxH9Tkb6_WEb0Hp15HvDRBkrhivc/view

MOREIRA, Tatiane dos Santos; ARAÚJO, Sandra Santos de; JESUS, Rosane Meire Vieira de. Escola e enfrentamento da violência contra mulher: cenários de pesquisa. **XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação**, 04 a 07-11/2020. ISSN: 2595-7945

OLIVEIRA, Adelson Dias de; SILVA, Juliane Costa (Org.). **Coletânea Profissão Docente na Educação Básica: memória, narrativas e docência** [recurso eletrônico]. 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

O SILÊNCIO DOS HOMENS. Documentário completo. **Canal Papo de Homem**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE

SALVADOR. Parecer CEE N. º 91/2020. Ato aprovado na 1082ª Sessão do Conselho Pleno, em 14 de setembro de 2020. Conselho Pleno Comissão Especial: Conselheiras: Maria Luiza Tapioca Silva (Presidente e Relatora), Ester Maria de Figueiredo Souza e Maria Jesuína Barbosa dos Santos Processo SEI/CEE Nº 011.5492.2021.0047277-20 - Resolução para a Educação das Relações de Gêneros e Sexualidades no Sistema Estadual de Ensino da Bahia. **Diário Oficial**. Quinta-Feira, 21 de Outubro de 2021 - ANO CVI - No 23.275.

Se Essa Escola Fosse Minha – Documentário. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NHJMDuhruz8

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente formal de ensino-aprendizagem não é lugar para transmissão de conteúdos escolares simplesmente, mas, em especial, é lugar de socialização, de interação com o outro, de convivência, de formação e transformação de indivíduos em seres pensantes, críticos e reflexivos, e esse processo requer, antes de tudo, por parte do corpo docente e discente, além de toda a comunidade, que se reconheça a diversidade presente em todos os espaço e que haja respeito mútuo, compreensão, sensibilidade, empatia, dentre outros sentimentos e comportamentos necessários à boa convivência e ao aprendizado.

Ao longo de pouco mais de duas décadas atuando como educadora, vivenciando um percurso formativo que nunca se completa, visto ser um processo, muitas situações de preconceito e violência provocaram-me inquietações, inseguranças, dores, revoltas, não só no âmbito profissional, mas disseminadas na comunidade, nos meios de comunicação etc. Por sua vez, essas situações de violência podem produzir nas pessoas silenciamentos, submissão e até omissões; em outros casos, elas acabam nos convidando, ou melhor, desafiando à luta, à batalha. Desse modo, como profissionais e cidadãs(os), não podemos nos calar, devemos fazer nossas vozes ecoar em prol da luta por respeito, especialmente àqueles que se encontram subalternizados, invisibilizados.

Em um contexto geral de violência, chamo atenção, nesta pesquisa, para a violência praticada contra as mulheres, especialmente em decorrência de minha história enquanto mulher, hétero, parda, professora, nordestina, universitária e política marcada pela opressão das relações machistas. Não podemos ignorar os altos números de casos de agressão às mulheres, seja em nível nacional ou local. Nesse sentido, como ressalta bell hooks (2013), o espaço escolar representa esse campo estratégico que possibilita cruzar e romper fronteiras de forma coletiva, tendo em vista promover uma educação, humanística, antirracista, antissexista, anti-homofóbica, pluralista e transgressiva.

Sabemos que a escola, sozinha, não possui todas as prerrogativas para o combate à violência, no que tange às questões de acolhimento e encaminhamento jurídico, por exemplo, mas possui papel preponderante quanto à discussão, reflexão, conscientização, identificação de comportamentos de crianças e adolescentes que sejam indicativos de situações de violência doméstica/intrafamiliar, na promoção da formação/transformação da realidade. Por isso, nosso intuito foi pensar sobre como se constituem as interfaces entre as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e as escolas públicas do município de Biritinga-Ba

– políticas intersetoriais como eixo que envolve vários setores da sociedade, não apenas de segurança e assistência social.

Para tanto, tivemos como objetivo geral: compreender as interfaces entre as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e as escolas públicas do município de Biritinga-Ba. E de modo específico: entender como as ações oriundas de políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher emergem nas construções discursivas das(os) participantes da pesquisa, e como suas concepções se materializam em suas palavras, uma vez que elas(es) estão situadas(os) em postos que exigem uma postura de enfrentamento e combate à violência de gênero, uma postura que considere os direitos das mulheres; compreender como as perspectivas de gênero que atravessam as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher são entrelaçadas nas construções discursivas das(os) atelieristas, as(os) quais representam os gerenciamentos de políticas públicas e de escolas, quanto ao enfrentamento da violência imprimida conta as mulheres; perceber como a interseccionalidade irrompe nas narrativas das(os) participantes do ateliê e se legitimam as ações intersetoriais de enfrentamento à violência contra mulher.

Em aspecto metodológico, realizamos uma revisão sistemática, ou seja, levantamento de informações no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital da Scientific Electronic Library Online (SciELO), por meio dos descritores Violência Contra Mulher e Educação; Violência de Gênero e Educação; e Violência Doméstica e Educação, a fim de obtermos resultados que fossem conflitantes e/ou coincidentes e identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando em investigações futuras (SAMPAIO; MANCINI, 2007). Como resultado, verificamos que poucas pesquisas discutem a violência contra as mulheres em perspectiva intersetorial, focando, quase sempre, na criança e adolescente que vivenciam situação de violência doméstica/intrafamiliar em diálogo com instituições de acolhimento a estes somente, sem interação com outros órgãos. Poucas são as pesquisas que, de alguma forma, dialogam com a nossa pesquisa (SANTOS, 2015; SILVA, 2017; CORDEIRO, 2017).

Ademais, metodologicamente, recorremos à realização de ateliês de pesquisa/encontro, reunindo agentes de políticas públicas e educacionais, a fim de ouvi-las(os) sobre seus conhecimentos nesse contexto de enfrentamento a uma mazela social e construir significados juntamente com elas(es). Foram organizados, portanto, três ateliês de encontro, realizados de forma virtual, em virtude da pandemia causada pela ampla disseminação do vírus causador da Covid-19. Tivemos a participação de 12 atelieristas, seis gestoras das escolas públicas e seis gestoras(es) das políticas públicas de enfrentamento a violência contra o feminino, em

encontros focados em corresponder aos nossos objetivos de pesquisa, com intenções formativas (MEDEIROS; SILVA, 2017; JUSTO, 2020).

Nossas discussões teóricas, além de focarem no levantamento de pesquisas a respeito da violência contra a mulher e sua relação com a educação, a fim de verificarem a existência ou não de estudos que dialogassem com a perspectiva intersetorial, centraram-se também em discutir sobre conceitos tais como: violência contra a mulher, violência doméstica e violência de gênero, relevantes para a compreensão a respeito da violência, da legislação e das medidas de combate a serem empreendidas no interior da sociedade.

A violência contra a mulher, bastante ampla e repetida ao longo do tempo, procura nos silenciar, invisibilizar, diminuir, retirar todos os nossos direitos, desumanamente, no interior de uma sociedade dominada pelo heteropatriarcalismo, podendo atingir todas as mulheres – adultas, crianças ou adolescentes (SCHOUTEN, 2011; ZAPATER, 2016). Já a violência doméstica ou familiar é aquela que ocorre no interior dos lares, das famílias, de modo que a mulher sofre violência por parte de um ente próximo a ela, obtendo amparo legal junto à justiça por meio da Lei Maria da Penha, mas infelizmente, como vimos, a lei não menciona a violência de gênero e sim em decorrência de ser mulher somente, restringido, de certa forma, o alcance da justiça, quando essa violência encontra-se atravessada por outros aspectos caracterizadores de um grupo oprimido.

Em razão disso, quisemos desenvolver uma pesquisa que considerasse a violência sofrida pela mulher por parte do macho, seja pela ironia, espancamento, reprodução forçada, estupro, homicídio etc. (SAFFIOTI, 1994), em uma chave também de gênero, tendo em vista ampliar nossa compreensão com base nos marcadores sociais de gênero, raça e classe que se cruzam (CRENSHAW, 1997, 2002), pois sabemos que uma mulher, ainda mais sendo uma mulher pobre, negra, com pouco ou nenhum estudo, que vive em lugares periféricos tem muito mais chances de ser vítima de opressão, violência, desinformação, acolhimento do que uma mulher em condições opostas, ainda que a violência atinja mulheres não negras, com estudo, classe econômica mais favorecida, porém em menor escala.

Nesse contexto de violência, observamos que, no Brasil especialmente, é bastante recente o movimento de luta em defesa dos direitos das mulheres – sexuais, reprodutivos, políticos, sociais etc. – e os números relativos à violência causam-nos grande preocupação, pois temos visto grande revolução tecnológica, científica, nas formas de nos relacionar, no entanto, na contramão disso, alguns homens parecem não acompanhar esse desenvolvimento, cultivando pensamentos/sentimentos retrógrados, como o da mulher como posse, como ser inferior. É contra isto que precisamos lutar. É contra isto que devemos educar.

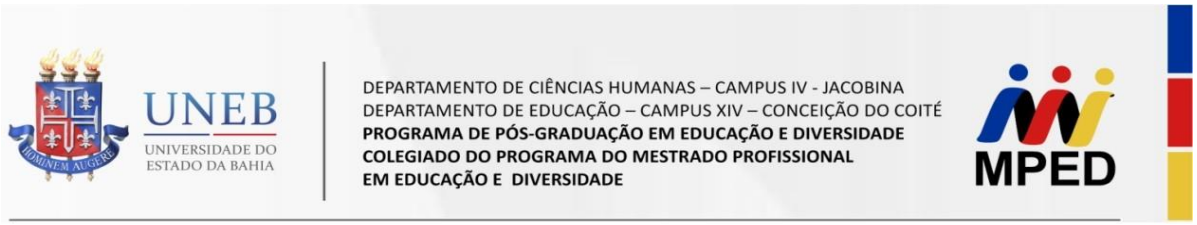
Em âmbito nacional, demos destaque, aqui, a documentos importantes e suas ações, tais como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASÍLIA, 2005), o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (BRASÍLIA, 2011a), a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASÍLIA, 2011b); e em âmbito local, no município de Biritinga-BA para a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, entretanto, apesar das importantes contribuições, na prática, constatamos que não há uma atuação, de fato, integrada dessa rede (ARAÚJO, 2017), de modo que precisamos identificar essas fragilidades e unir forças para modificar essa dura realidade em nossa sociedade, tendo em vista beneficiar toda a comunidade.

Das interações com as(os) colaboradores, observamos, de acordo com nosso primeiro ateliê, que elas(es) reconhecem a existência de dispositivos para atuação em rede, de forma intersetorial, porém não há, de fato, interação/integração, pois, como vimos, as agentes educacionais sentem-se sozinhas e sem preparo diante da identificação de casos de violência, além das(os) agentes de políticas públicas demonstrarem uma concepção de que seu papel é mais importante do que o da escola nesse processo.

Ressaltamos, ainda, conforme vimos no segundo encontro, que as(os) atelieristas consideram a educação relevante e também um meio para a resolução de conflitos e situações de violência contra a mulher, uma vez que promove a conscientização, debates, esclarecimentos, desde que esteja em intercâmbio com outros órgãos e dispositivos, perpassando também as questões de gênero, importantes para pensar aspectos sociais, relacionais, jurídicos etc. Ademais, nessa interação proporcionada pelo terceiro encontro, foi possível observar, com base nos relatos, que a interseccionalidade é reconhecida pelas(os) participantes da pesquisa, ainda que só a tenham considerado o termo em questão ao discutirmos dados relativos à violência no estado, discriminados por grupos: negros, jovens, mulheres, homossexuais etc.

Portanto, após nossas constatações e reflexões, quisemos propor um plano de intervenção, a fim de contribuir especificamente com a realidade do município pesquisado e, quiçá, para outras localidades, ao compartilhar esse plano e seus futuros resultados, com sua execução. Trata-se de um plano de trabalho de natureza formativa e interventiva, sendo, pois, o produto desta pesquisa, que favorece o diálogo entre gestores das políticas intersetoriais e escolares, no ensejo de promover a reflexão, conscientização, acolhimento, orientações jurídicas, fortalecimento da rede de enfrentamento, respeito mútuo, integração familiar-comunitária, dentre outras contribuições tanto individuais quanto coletivas. O plano de trabalho apresentado, em parceria com a universidade, deverá ser realizado na condição de projeto de

extensão, correspondendo ao tripé da educação superior: educação, pesquisa e extensão, forjando um importante diálogo com a comunidade biritinguense.



CRONOGRAMA DE PRAZO PARA DEFESA DE DISSERTAÇÃO (MPED 2021)

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	MÊS / ANO
Entrega do primeiro (Memorial Formativo)	09 de julho de 2021
Revisão/correção do primeiro capítulo	10 a 15 de julho de 2021
Entrega da primeira versão (análises dos ateliês)	20 de julho
Revisão/correção da primeira versão das análise	25 a 30 de julho
Entrega da segunda versão (análises dos ateliês)	03 a 18 de agosto
Entrega do segundo capítulo	27 de agosto a 04 de setembro de 2021
Revisão/correção do segundo capítulo	28 de setembro de 2021
Entrega da terceira versão (análises dos ateliês)	10 de setembro a 21 de setembro 2021
Entrega do terceiro capítulo	28 de setembro de 2021
Revisão/correção do terceiro capítulo	05 a 15 de outubro de 2021
Entrega do quarto capítulo	24 de outubro 2021
Revisão/correção do quarto capítulo	30 de outubro 2021
Entrega da introdução e considerações finais	06 de novembro de 2021
Revisão/correção - introdução e considerações finais	10 de novembro de 2021
Agendamento de banca	10 de novembro de 2021
Entrega da dissertação à banca	20 de novembro de 2021
Defesa da Dissertação	10 de dezembro de 2021

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, 2018. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ALFARACHE LORENZO, Ángela. La construcción cultural de la lesbofobia: una aproximación desde la antropología. In: MUÑOZ RUBIO, Julio (Coord.). **Laberinto de la ignorancia**. Mexico: UNAM, 2010.

ALMEIDA, Maria de Lurdes Pinto; TELLO, César. **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional.** Campinas: Mercado de Letras, 2013.

ANDO, Daniela de Araújo. **Currículo escolar**: possibilidade de apoio ao enfrentamento da violência doméstica (estudo de uma prática em São José dos Campos/SP). 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

ANDRÊS, Artur Domingos Santos. **O conceito de violência no pensamento de Hannan Arendt**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

ARAÚJO, Sandra Santos de. **Análise da percepção dos atores da Rede de Proteção à mulher vítima de violência em Biritinga-BA.** 2017. 134f. Orientadora: Denise Leal. Dissertação do curso de Especialização em Gestão e Modernização Institucional na Segurança Pública. RENAESP. Universidade Federal de Sergipe – UFS, Aracaju- Sergipe, 2017.

ARAÚJO, Sandra Santos de; SILVA, Zuleide Paiva da. Violência contra as mulheres e violência de gênero no território escolar: reflexões iniciais de uma pesquisa em andamento no MPED-UNEB. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12. **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2021, ISSN 2179-510X.

ARROYO, Miguel. **Vidas ameaçadas**: exigências – respostas éticas da educação e da docência. Petropólis: Vozes, 2019.

ASSIS, Cleber Lizardo de; SANTANA, Lucineide Costa; SANTOS, Nádia Valéria Moreira; OLIVEIRA, Simone Muniz. Intervenção psicossocial de prevenção à violência de gênero junto a adolescentes de Cacoal-RO. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, Santa Catarina, 2014.

BABIUK, Graciele Alves; FACHINI, Flávia Granzotto; SANTOS, Gabriel Nappi. Violência de gênero nas escolas: implicações e estratégias de enfrentamento. XI Congresso Internacional de Educação (EDUCERE) **Anais...** Curitiba, 23 a 26 de setembro de 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/anais2013/pdf/9780_6604.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista sociedade e Estado**, volume 29, número 2, 2014.

BAPTISTA, Bruna Cruz. A BNCC e o componente curricular de história –entre competências e habilidades, como ficam as questões de gênero? **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. 2, p. 467-495, Jul/Dez, 2020. Doi:10.14295/de.v8i2.12099

BONFIM, Thaís Resende Araújo Borges. Violência de gênero no ciclo básico escolar: um problema presente, com consequências constantes. **Revista da Universidade de Uberaba**, 2015.

BRASIL. **Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados e violência Doméstica e Familiar contra a mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br/ Acesso em: 19 mai. 2021.

BRASÍLIA. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Presidência da República/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2005.

BRASÍLIA. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República Brasília, 2011a.

BRASÍLIA. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República Brasília, 2011b.

BRINO, Rachel Faria; SOUZA, Mayra Aparecida de Oliveira. Concepções sobre violência intrafamiliar na área educacional. **Revista Educação e Realidade**, 2016.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas. **Educação**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 33-41, jan./abr.2014.

CASTOLDI, Lucas Dalla Lana; YEPES, Igor; CAZELLA, Silvio Cesar. A mineração de textos como ferramenta de apoio a análise de artigos científicos. **Anais do EATI - Encontro Anual de Tecnologia da Informação**., Frederico Westphalen, Ano 7 n. 1, p. 129-136, nov/2017. Disponível em: http://eati.info/eati/2017/assets/anais/Longos/L129.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.

CAVALCANTI, Eliane Cristina Tenório; OLIVEIRA, Rosane Cristina de. Políticas Públicas de combate à violência de gênero a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, v. 2, n. 2, 192-206, jun/dez. de 2017.

COELHO NETO, Agripino Souza. Redes sociais e territorialidade no semiárido brasileiro. **Revista Geográfica de América Central**, número especial EGAL, p. 1-18, 2011.

COELHO NETO, Agripino Souza. Redes e Territórios. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 19-34, mai./ago. 2013.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 out. 2020.

CORDEIRO, Ernesto dos Santos. **Educação e gênero**: entre os muros, os quintais e a rua - debates e embates dentro e fora do território escolar. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Região de Joinville, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Beyond racism and misogyny: black feminism and 2 live crew. In: MEYERS, Diana Tietjens (Org.). **Feminist social thought**: a reader.New York and London: Routledge, 1997. p. 246-263.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução de Liana Schneider. **Revista Estudos Feministas**. 2002, vol. 10, n.1, p. 171-188. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf. Acesso em: 30 jul. 2020.

DELEUZE, G. (1997). Acerca do ritornelo. In: **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. vol. 4. São Paulo: Editora 34. p. 115-170.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. Tradução de Peter Pál Pelbart. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (orgs). **Redes, sociedades e territórios** [recurso eletrônico]. 3. ed. rev. e ampl. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021. p. 13-30

FALEIROS, Eva. Violência de gênero. In: TAQUETTE, Stella R. (org.). **Violência contra a mulher adolescente-jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 61-65.

FERREIRA, Meiry de Paula. **Educação:** prevenção da violência contra as mulheres? 2019. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC-GO, Goiás, 2019.

FERREIRA, Paula Pulgrossi. **Violência contra a mulher**: atravessamentos pela juventude e escola. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, 2016.

FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. In: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** o nascimento da prisão. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 117-142.

FOUCAULT, Michel. Os recursos para o bom adestramento. In: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** o nascimento da prisão. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 143-161.

FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001. p. 229-242.

FRANCISCO, El Hombre. **Triste, Louca Ou Má**. Disponível em: https://www.google.com/search?q=m%C3%BAsica+Preta%2C+Louca+ou+M%C3%A1+(...)&oq=m%C3%BAsica+Preta%2C+Louca+ou+M%C3%A1+(...)&aqs=chrome..69i57j33i22i29i30.1741j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 20 set. 2020.

GALVÃO, Elaine Ferreira; ANDRADE, Selma Maffei de. Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil. **Saúde soc**. 13 (2), Ago. 2004. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000200009

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, set. 2019/fev. 2020. Disponível em: https://sites.usp.br/dms/wp-content/uploads/sites/575/2019/12/Revis%C3%A3o-Sistem%C3%A1tica-de-Literatura.pdf. Acesso em: 08 maio 2021. DOI: https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.

GAMA, Paulo et al. A estrada. Intérprete: Cidade Negra. In: CIDADE NEGRA. **Quanto mais curtido melhor:** Epic/Sony Music. Brasil, 1998. 1 CD (45 min). Faixa 5. Digital.

GODINHO, Eunice Maria. **Educação e Disciplina**. Rio de janeiro: Diadorim,1995.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de americanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun., 1988.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **O Combate à Violência contra a Mulher (VCM) no Brasil em época de COVID-191**. Disponível em: http://documents1.worldbank.org/curated/en/807641597919037665/pdf/Addressing-Violence-against-Women-VAW-under-COVID-19-in-Brazil.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

GUEDES, Eunice Figueiredo. Gênero, o que é isso? **Psicologia, Ciência e Profissão**, fev./mar., 1995, p. 4-11.

GULLAR, Ferreira. Traduzir-se. In: GULLAR, Ferreira. **Toda poesia**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004, p. 335.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JUSTO, Karen et al. **ELAS E O CHÃO**. Recife: Even3 Publicações, 2020. DOI 10.29327/517982

KARAM, Milton. **Escola Stagium**. Ninguém é igual a ninguém. Álbum Olha Só Quem Vem Aí...! Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AbFVgby4wq4. Acesso em: 18 nov. 2020.

KIMSOOJA, 'A Laundry Field', 2020 Visualização da instalação, Wanås Konst, Suécia. Foto: Mattias Givell. Cortesia do artista e Wanås Konst, Suécia. Disponível em: https://artreview.com/artist-kimsooja-plants-the-seed-of-an-idea/. Acesso em: 10 nov. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEITE, Dayane Cabral. **Palmada**: educação ou violência doméstica? 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. In.: LOURO, Guacira Lopes. **Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista de estudos feministas**, 2014.

LUGONES, Maria. **Debate colonialidade do gênero e feminismos descoloniais**. 2014.

LUGONES, Maria. "Heterosexualism and the coloniality of Gender" System". **Hypatia**, 22(1): 186-209, 2007.

MACHADO, Isadora Vier. Abordagem da interseccionalidade e violência doméstica contra mulheres. In: MACHADO, Isadora Vier (Org.). **Uma década de lei Maria da Penha**: percursos, práticas e desafios. Curitiba: CRV, 2017.

MACIEL, Patrícia Daniela; RIBEIRO, Gabriela Chicuta; RODRIGUES, David. Impactos da violência de gênero na educação dos jovens: um diálogo com os docentes. **Revista Mundi sociais e Humanidades**, Curitiba-PR, v. 3, nº 2, 33, jan.-jun., 2018.

MARQUES, Elisângela Carvalho Barbosa de Brito; ANDRADE; Maria Eurácia Barreto de; ARAÚJO, Sandra Santos de. A educação socioemocional no processo de formação dos sujeitos: um olhar crítico sobre a BNCC. In: CARNEIRO, Everton Nery [et al.] (Org.). **Educação, políticas públicas e religião**: diálogos interventivos. 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2020. p. 172-180.

MARTINELLI, M. L.; WANDERLEY, M. B.; PAZ, R. D. O. da Intersetorialidade: desafio para as políticas públicas [online]. **SciELO em Perspectiva: Humanas**, 2020. Disponível em: https://humanas.blog.scielo.org/blog/2020/05/14/intersetorialidade-desafio-para-as-politicas-publicas/. Acesso em: 23 set. 2021.

MARTINS, P. H.; FONTES, B. Construindo o conceito de redes e vigilância em saúde. In: MATINS, P. H.; FONTES, B. (org.). **Redes sociais e saúde**: novas possibilidades teóricas. Recife: Editora Universitária d UFPE, 2004. p. 103-119.

MEDEIROS, Katia Batista de. **Resistências de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e a escola na rede de proteção**. 2018. Tese (doutorado) – Universidade São Francisco, 2018.

MEDEIROS, Marlene Alves de Oliveira; SILVA, Ana Lúcia Gomes. Escala de valor e ateliê de pesquisa: dispositivos de construção de dados para a formação docente na pesquisa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira. **Anais...** Disponível em: http://anaisbr2017.redeestrado.org/trabalhos/eixos?title=11. Acesso em: 05 ago. 2020.

MIRANDA, Ariane Camila Tagliacolo. **Relações de gênero na escola e violência contra as mulheres**: a construção social e cultural do masculino e feminino e sua reprodução na educação. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, 2013.

MIRANDA, Eduardo. Corpo-território e educação decolonial. Transcrição de entrevista concedida ao Prof. Wallace de Moraes e disponível no canal de YouTube CPDEL: https://www.youtube.com/watch?v=Xer6AcSzlSE&t=161s. **CPDEL-IFCS Decolonial e**

Libertário. Disponível em: https://cpdel.ifcs.ufrj.br/corpo-territorio-e-educacao-decolonial/. Acesso em: 12 set. 2021.

MORAIS, E. A. M.; AMBRÓSIO, A. P. L. Mineração de textos. **Relatório Técnico– Instituto de Informática (UFG)**, 2007.

MOREIRA, Tatiane dos Santos; ARAÚJO, Sandra Santos de; JESUS, Rosane Meire Vieira de. Escola e enfrentamento da violência contra mulher: cenários de pesquisa. **XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação**, 04 a 07-11/2020. ISSN: 2595-7945

NOTHAFT, Raíssa Jeanine; BEIRAS, Adriano. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar? **Revista Estudos Feministas** [online], Florianópolis, 27(3): e56070, 2019.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares. Contando estórias e inventando metodologias para discutir a violência contra as mulheres. **Revista Estudos Feministas** [online]. Florianópolis, 22(1): 416, janeiro-abril, 2014.

OLIVEIRA Danilo Araújo de; FERRARI, Anderson. Interseccionalidade, gênero, sexualidade e raça: os desafios e as potencialidades na invenção de outros currículos. **Revista Diversidade e Educação**, v. 6, n. 1, Jan.-Jun., p. 21-29, 2018.doi: 10. 14295/de.v6i1.8234E-ISSN: 2358-8853. Disponível em: https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/8234/7166. Acesso em: 21 dez. 2021.

OYBIN, Marina. Artista coreana Kimsooja na Bienal do Sul de 2021. **Página 12**. 10 de outubro de 2021. Disponível em: https://www.pagina12.com.ar/372964-la-artista-coreana-kimsooja-en-bienal-sur-2021. Acesso em: 27 out. 2021.

PASSOS, Emmanuel: Aranha, Christian. A tecnologia de mineração de textos. **UFSC**, 2006. Disponível em: http://www.inf.ufsc.br/resi/edicao08/Artigo86Tutorial Emmanuel.pdf. Acesso em: 05 ago. 2020.

PASSOS, E.; KASTRUP, V. E ESCOSSIA, L. "Cartografar é acompanhar processos". In: PASSOS, E.; KASTRUP, V. E ESCOSSIA, L. (org.) **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52-75.

PEREIRA, Larissa Kuhi Izidoro. **Lei Maria da Penha:** análise dos livros de registros, referentes aos boletins de ocorrências da cidade de Maringá (2006-2007). O que a educação escolar tem a ver com isso? 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, 2015.

PIZZANI, L. et al. A Arte da Pesquisa Bibliográfica na Busca do Conhecimento. **Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf**. v. 10, n. 1, p. 53-66, Campinas, jul./dez. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267367863_A_arte_da_pesquisa_bibliografica_na_busca_do_conhecimentoThe_art_of_literature_in_search_of_knowledge. Acesso em: 04 maio 2021.

PRETO, Renata Beatriz. 2011. **Violência doméstica contra crianças**: interfaces com o ensino e aprendizagem escolar. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Planalto Catarinense, 2011.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Estudos feministas**, 2/2001, p. 515-540. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8638.pdf. Acesso em: 04 maio 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de gênero no Brasil atual. **Estudos Feministas**, N. E., 1994, p. 443-461. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br. Acesso em: 04 maio 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALVADOR. Parecer CEE N. º 91/2020. Ato aprovado na 1082ª Sessão do Conselho Pleno, em 14 de setembro de 2020. Conselho Pleno Comissão Especial: Conselheiras: Maria Luiza Tapioca Silva (Presidente e Relatora), Ester Maria de Figueiredo Souza e Maria Jesuína Barbosa dos Santos Processo SEI/CEE Nº 011.5492.2021.0047277-20 - Resolução para a Educação das Relações de Gêneros e Sexualidades no Sistema Estadual de Ensino da Bahia. **Diário Oficial**. Quinta-Feira, 21 de Outubro de 2021 - ANO CVI - No 23.275.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. V. 11, n. 1. São Carlos-SP: **Revista Brasileira de Fisioterapia**, p. 83-89, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel Pedagogia do vírus**. Almedina, 2020.

SANTOS, Cecília MacDowell Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo. **Revista Estudos Feministas** [online]. vol. 23, n. 2, 2015.

SANTOS, Cecília MacDowell dos. Para uma abordagem interseccional da Lei Maria da Penha. In: MACHADO, Isadora Vier. Abordagem da interseccionalidade e violência doméstica contra mulheres. In: MACHADO, Isadora Vier (Org.). **Uma década de lei Maria da Penha**: percursos, práticas e desafios. Curitiba: CRV, 2017. p. 39-61.

SANTOS, Samai Serique dos. **Entre Aracne e Atena**: professoras em situação de violência doméstica. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, 2012.

SCHOUTEN, Maria Johanna. O enigma do género. In.: SCHOUTEN, Maria Johanna. **Uma sociologia do gênero**. Farmalicão: Humus, 2011. p. 13-28.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Ideal gráfica e Editora, 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em: 10 maio 2021.

SILVA, Ana Maria Anunciação da; ARAÚJO, Sandra Santos de; SILVA, Zuleide Paiva da. A (Re)Invenção da docência em tempos de pandemia: contribuições para o estudo interseccional de gênero, raça e classe na educação. In: MELO, Roger Goulart (Org.). **Covid 19**: Impactos da pandemia no Brasil e no mundo [livro eletrônico]: volume 3. Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2021. p. 234-254. Disponível em: https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-2/102/248102/ZJ2LQxgL/c4ec4afd3ae745788005ab0040479fbd?fileName=15.10.21%20COVID-19%20Impactos%20da%20pandemia%20no%20Brasil%20e%20no%20mundo,%20Volume%203.pdf Acesso. Acesso em: 13 out. 2021. DOI: 10.47402/ed.ep.c202174017561

SILVA, Lana Claudia Macedo da; CARRERA, Daniele Mendes. Em briga de marido e mulher a educação mete a colher: a atuação do profissional de pedagogia no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência. **Revista Cadernos de Gênero e Diversidades**, 01 junho, volume 3(1), 2017.

SILVA, Luiz Inácio Lula da (Presidente). **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília/DF. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acesso em: 12 out. 2020.

SILVA, Zuleide Paiva da. **Conceição do Coité em "quadrado"**: retratos da violência contra as mulheres (1980-1998). 2010. 200f. Orientadora: Profª. Cecília Maria Bacellar Sandenberg. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2010.

SILVA, Zuleide Paiva da. Interseccionalidade como princípio do campo feminista. In: SILVA, Ana Lúcia Gomes da; SILVA, Jerônimo Jorge Cavalcante; SILVA, Vitor Amar (Orgs). **Interseccionalidade em pauta**: gênero, raça, sexualidade e classe social. Salvador: EDUFBA, 2020, p. 273-200.

SILVA, Zuleide Paiva. **Sapatão não é bagunça**: estudo sobre as organizações lésbicas da Bahia. Tese [Doutorado em Difusão do Conhecimento], UFBA, IFBA, UNEB, UEFS, SENAI-CIMATEC, LNCC, Salvador, 2016, 407f.

SOARES, Eunice Coelho. **Violência doméstica contra crianças**: com a palavra, as professoras das séries iniciais do ensino fundamental. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba, 2013.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Direitos humanos e diversidade sexual na escola: homofobia, trabalho docente e cotidiano escolar. **Conjectura: Filos. Educ**., Caxias do Sul, v. 20, n. especial, p. 198-220, 2015. Disponível em: pdf_442 (ucs.br). Acesso em: 18 maio 2021.

THE WORLD BANK. **Documentos e relatórios**. Disponível em: https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports. Acesso em: Acesso em: 15 maio 2021.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir (re)existir y (re)vivir. Equador: Abya-yala, 2017.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder. Um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Rev. Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**, v. 05, n. 1, Jan.-Jul., 2019.

WALSH, Catherine. Interculturalidade y (de) colonialidad: perspectivas criticas y políticas. **Visão global**, n. 1-2, p. 61-74, jn./dez. 2012.

ZAPATER, Maíra. Violência contra mulheres, violência doméstica e violência de gênero: qual a diferença? **Justificando** (Portal de notícias). Quinta-feira, 10 de março de 2016. Disponível em: https://www.justificando.com/2016/03/10/violencia-contra-mulheres-violencia-domestica-e-violencia-de-genero-qual-a-diferenca/. Acesso em: 15 maio 2021.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS XIV
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE - MPED
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO N 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
Nome do Participante: _____
Sexo: _____ Data de Nascimento: _____Documento de Identidade nº: _____
Endereço:_____Nº _____Complemento:_____
Bairro:_____ Cidade:_____CEP: _____
Telefone:_____Email.:_____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:
1. TÍTULO DO PROTOCOLO DA PESQUISA: POLÍTICAS INTERSETORIAIS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BIRITINGA – BA: REDES E REEXISTÊNCIAS

2. PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: SANDRA SANTOS DE ARAÚJO.

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa ": Políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e escolas públicas do município de Biritinga – BA: redes e reexistência", de responsabilidade da pesquisadora: SANDRA SANTOS DE ARAÚJO, estudante do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo compreender as interfaces entre as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e as escolas públicas do município de Biritinga-Ba. A realização desta pesquisa poderá trazer riscos de desconforto emocional ocasionado por possíveis relatos de violência psicológica ou física, o que poderá ser amenizado através do encaminhamento (se necessário) do gestor/coordenador ao serviço de atendimento psicológico já disponibilizado pelas Políticas Intersetoriais de Enfrentamento à Violência contra à Mulher e escolas públicas de Biritinga-Ba. Também poderá trazer benefícios, a exemplo da desnaturalização das violências praticadas contra mulheres. Caso aceite o Senhor(a) participará de Ateliês formado por três encontros compostos por oito participantes, mediados por documentários, recortes de tecidos, músicas, textos artísticos, desenhos e questões que versarão sobre a temática violência de gênero. Estes encontros serão gravados em vídeoáudios, transcritos e analisados pela pesquisadora responsável. Os vídeoáudios ou suas imagens não serão publicados e têm como finalidade exclusiva a produção de informações científicas para a atual pesquisa, constituindo-se como termo mediador para uma análise qualitativa que inclui a análise de conteúdo (transcrição das narrativas, gestos, olhares, abertura e fechamento da câmera na Plataforma Jitsi Meet, dentre outras possibilidades de expressão que ocorrer no ateliê de encontro) viabilizada pelo estudo das narrativas e imagens. Os vídeoáudios serão guardados por um período de seis meses, tempo previsto para a finalização da análise das informações, sob a responsabilidade da pesquisadora SANDRA SANTOS DE ARAÚJO. Após este período, as imagens serão destruídas. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o Sr(a) não será identificado. Caso queira o senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum

prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o Sr(a), caso queira, poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileiras o Sr(a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

IV. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: SANDRA SANTOS DE ARAÚJO
Endereço: PRAÇA DO IPIRANGA, 218, CENTRO, BIRITINGA - BA. CEP.: 48780-000
Telefone: (71) 991767873 **E-mail:** sandra.jusbiritinga@gmail.com

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP/UNEB
Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes S/N, antigo prédio da Petrobrás, 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador – BA. CEP: 40.460-120.
Telefone: (71) 3312-3420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250. **E-mail**: cepuneb@uneb.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP
Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D – Edifício PO 700, 3º andar, Asa Norte, Brasília – DF. CEP.: 70.719-040

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO.

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pela pesquisadora sobre os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa "Políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e escolas públicas do município de Biritinga – BA: redes e reexistências", e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade. Como voluntário, consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra via destinada a mim.

Biritinga-Bahia, _____ de _____ de 2021.

_____
Assinatura do participante da pesquisa

_____ _____
Assinatura do pesquisador discente (orientando) Assinatura do professor responsável (orientador)

APÊNDICE B – CONVITE À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BIRITINGA-BAHIA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUSXIV
PROGRAMA DE MESTRADO PROF. EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

CONVITE

A Secretaria Municipal de Educação do Município de Biritinga - Bahia

Coordenadores (as) Pedagógicos (as)

Prezados (as),

Eu, Sandra Santos de Araújo, mestranda do curso Pós-Graduação no Mestrado Profissional em Educação e Diversidade, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), tenho implicado e engajado no estudo da violência. Pesquiso a violência contra mulher e educação. Em 2020, quanto a violência letal[25] contra mulheres e meninas, o país teve 3.913 homicídios de mulheres, dos quais 1.350 foram registrados como feminicídios, média de 34,5% do total de assassinatos. A taxa de homicídios de mulheres caiu 2,1%, passando de 3,7 mulheres mortas por grupo de 100 mil mulheres em 2019 para 3,6 mortes por 100 mil em 2020. Os feminicídios, por sua vez, apresentaram variação de 0,7% na taxa, que se manteve estável em 1,2 mortes por grupo de 100 mil pessoas. Em números absolutos, 1.350 mulheres foram assassinadas por sua condição de gênero, ou seja, morreram por ser mulheres. No total, foram 3.913 mulheres assassinadas no país no ano passado, inclusos os números do feminicídio.

As estatísticas dão conta que a cada 7 minutos, uma mulher agredida; a cada 9 horas uma mulher assassinada, 70% negras; são cerca de 181 mulheres estupradas por dia, e o Brasil é o 5° país que mais mata mulheres no mundo. A violência contra a mulher tem se destacado nos últimos anos e a escola, como tem lidado com esse cenário? Como espaço potente para refletir sobre essa questão, tendo os coordenadores pedagógicos como formadores de opinião, importantes nesse processo de construção de uma escola pluralista, democrática, antirracista, antissexista, antihomofóbica e de enfrentamento a violência de gênero, são de extrema relevância para esse processo de produção de dados.

Para realização da pesquisa proponho três encontros que se darão nos dias 28,29 e 30 de junho de 2021, através da Plataforma Microsoft Teams, às 20:00 h., visando a discutir "As políticas Intersetoriais de Enfrentamento à Violência contra a mulher e Escolas Públicas de Biritinga –Ba: Redes e Resistênciais",

[25] https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/6-a-violencia-contra-meninas-e-mulheres-no-ano-pandemico.pdf.

através do dispositivo Ateliê de Pesquisa (Medeiros e Silva, 2020), no encontro que ocorrerá entre a Rede de Enfrentamento à violência contra à mulher e a Rede Pública de Ensino. A participação é voluntária mas gostaria muito de ressaltar a importância da sua participação enquanto coordenador pedagógico, conhecedor da realidade da educação, dos professores e alunos sobretudo dos alarmantes dados sobre a violência contra mulher no Brasil e em Biritinga. A partir de visão não individual de cada um enquanto homem ou mulher, mas, que pensem enquanto coordenadores pensantes de uma escola que precisa acompanhar o movimento social, de perspectivas outras, plurais , inovadoras, de respeito as diferenças.

Agradeço a participação e apoio de todos(as)

Sandra Santos de Araújo

Pesquisadora.

APÊNDICE C – CONVITE AOS GESTORES(AS) DAS POLÍTICAS INTERSETORIAIS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUSXIV
PROGRAMA DE MESTRADO PROF. EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

CONVITE

Aos Gestores (as) das Políticas Intersetoriais de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Prezados (as),

Eu, Sandra Santos de Araújo, mestranda do curso Pós-Graduação no Mestrado Profissional em Educação e Diversidade, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), tenho implicado e engajado no estudo da violência. Pesquiso a violência contra mulher e educação. Em 2020, quanto a violência letal[26] contra mulheres e meninas, o país teve 3.913 homicídios de mulheres, dos quais 1.350 foram registrados como feminicídios, média de 34,5% do total de assassinatos. A taxa de homicídios de mulheres caiu 2,1%, passando de 3,7 mulheres mortas por grupo de 100 mil mulheres em 2019 para 3,6 mortes por 100 mil em 2020. Os feminicídios, por sua vez, apresentaram variação de 0,7% na taxa, que se manteve estável em 1,2 mortes por grupo de 100 mil pessoas. Em números absolutos, 1.350 mulheres foram assassinadas por sua condição de gênero, ou seja, morreram por ser mulheres. No total, foram 3.913 mulheres assassinadas no país no ano passado, inclusos os números do feminicídio.

As estatísticas dão conta que a cada 7 minutos, uma mulher agredida; a cada 9 horas uma mulher assassinada, 70% negras; são cerca de 181 mulheres estupradas por dia, e o Brasil é o 5° país que mais mata mulheres no mundo. A violência contra a mulher tem se destacado nos últimos anos e as Políticas Intersetoriais de Enfrentamento à violência em Biritinga, como se estrutura? Como espaço potente para refletir sobre essa questão, sendo os gestores dessas políticas como formadores na educação informal, são extremamente importantes para as discussões e enfrentamento a violência de gênero, revelando –se como de extrema relevância para esse processo de produção de dados.

Para realização da pesquisa proponho três encontros que se darão nos dias 28,29 e 30 de junho de 2021, através da Plataforma Microsoft Teams, às 20:00 h., visando a discutir "As políticas Intersetoriais de Enfrentamento à Violência contra a mulher e Escolas Públicas de Biritinga-Ba: Redes e Resistênciais",

[26] https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/6-a-violencia-contra-meninas-e-mulheres-no-ano-pandemico.pdf.

através do dispositivo Ateliê de Pesquisa (Medeiros e Silva, 2020), no encontro que ocorrerá entre a Rede de Enfrentamento à violência contra à mulher e a Rede Pública de Ensino. A participação é voluntária mas gostaria muito de ressaltar a importância da sua participação enquanto gestor das políticas, conhecedor da realidade na rede de enfrentamento no município, sobretudo, dos gritantes dados sobre a violência contra mulher no Brasil e em Biritinga.

Agradeço a participação e apoio de todos(as)

Sandra Santos de Araújo

Pesquisadora.

APÊNDICE D – IMAGEM DO GRUPO DE WHATSAPP



APÊNDICE E – FORMULÁRIO SOBRE PERFIL DAS(OS) AGENTES EDUCACIONAIS

Nome completo:

E-mail ou telefone com DDD:

Data de nascimento:

Estado Civil:

Gênero:

Caso tenha assinalado OUTROS, como se identifica?

Como se considera:

( ) Negro

( ) Pardo

( ) Branco

( ) Indígena

( ) Outros

Em caso da opção OUTROS, como se considera?

Nome da instituição em que trabalha:

Vínculos empregatícios:

Quanto tempo você trabalha na rede pública?

Formação Acadêmica:

Possui outra formação? Caso SIM, qual?

Possui qual tipo de titulação?

( ) **Graduação**

( ) Especialização

( ) Mestrado

( ) Doutorado

Instituição onde realizou sua maior titulação:

Turno em que trabalha:

( ) Matutino

( ) Vespertino

( ) Noturno

Endereço onde mora:

Quantas pessoas, incluindo você, moram na mesma casa?

Renda Familiar mensal:

( ) Menos de um salário mínimo

( ) 1 a 2 salários mínimos

( ) 3 a 5 salários mínimos

( ) acima de 5 salários mínimos

Você, educadora/educador, trabalha a temática de gênero na sua UE?

( ) Sim

( ) Não

Caso a resposta seja SIM de que forma é trabalhada a temática gênero?

A UE desenvolve alguma atividade relativa a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)?

( ) Sim

( ) Não

Você já realizou ou realiza projetos /ações interdisciplinares com tema violência contra a mulher?

( ) Sim

( ) Não

Caso a resposta seja SIM quais foram essas ações/ projetos?

Você já incluiu o tema violência contra mulher nas orientações com os professores?

( ) Sim

( ) Não

Você sabe o que são políticas intersetoriais de enfrentamento a violência contra mulher? Qual o papel dessa política?

Você, educadora/educador, tem conhecimento se a escola faz parte das políticas intersetoriais de enfrentamento a violência contra a mulher no município de Biritinga?

( ) Sim

( ) Não

Existem programas educacionais na unidade em que você trabalha, que disseminem valores éticos de respeito à dignidade da pessoa humana com perspectiva de gênero, classe e sexualidade?

( ) Existe

( ) Não existe

( ) Existe parcialmente

( ) Não sei informar

Existe destaque no currículo da unidade escolar, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência e familiar contra a mulher?

( ) Existe

( ) Não existe

( ) Existe parcialmente

( ) Não sei informar

Na sua opinião, quais as principais dificuldades ou obstáculos na inter-relação entre as políticas

intersetoriais de enfrentamento a violência contra a mulher e a escola pública em Biritinga-Ba?

Você sabe o que é interseccionalidade?

( ) Sim

( ) Não

( ) Talvez

Como a interseccionalidade emerge nas construções discursivas oriundas das políticas intersetoriais de enfrentamento a violência contra mulher, na unidade em que trabalha?

De que forma a unidade em que trabalha, é acionada nas resoluções do enfrentamento a violência contra a mulher?

Como a rede de enfrentamento se relaciona com a unidade em que trabalha?

APÊNDICE F - FORMULÁRIO SOBRE PERFIL DAS(OS) AGENTES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Nome completo:

E-mail ou telefone com DDD:

Data de nascimento:

Estado Civil:

Gênero:

Caso tenha assinalado OUTROS, como se identifica?

Como se considera:

( ) Negro

( ) Pardo

( ) Branco

( ) Indígena

( ) Outros

Em caso da opção OUTROS, como se considera?

Nome da instituição em que trabalha:

Vínculos empregatícios:

Quanto tempo você trabalha na rede pública?

Formação Acadêmica:

Possui outra formação? Caso SIM, qual?

Possui qual tipo de titulação?

( ) **Graduação**

( ) Especialização

( ) Mestrado

( ) Doutorado

Instituição onde realizou sua maior titulação:

Turno em que trabalha:

( ) Matutino

( ) Vespertino

( ) Noturno

Endereço onde mora:

Quantas pessoas, incluindo você, moram na mesma casa?

Renda Familiar mensal:

( ) Menos de um salário mínimo

( ) 1 a 2 salários mínimos

( ) 3 a 5 salários mínimos

( ) acima de 5 salários mínimos

A UE desenvolve alguma atividade relativa a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)?

( ) Sim

( ) Não

Você já realizou ou realiza projetos /ações interdisciplinares com tema violência contra a mulher?

( ) Sim

( ) Não

Caso a resposta seja SIM quais foram essas ações/ projetos?

Como você respeita a performatividade de gênero no seu atendimento?

Você sabe o que são políticas intersetoriais de enfrentamento a violência contra mulher? Qual o papel dessa política?

Você, gestor da rede, tem conhecimento se a escola pública faz parte das políticas intersetoriais de enfrentamento a violência contra a mulher no município de Biritinga?

( ) Sim

( ) Não

Existem programas educacionais na unidade em que você trabalha, que disseminem valores éticos de respeito à dignidade da pessoa humana com perspectiva de gênero, classe e sexualidade?

( ) Existe

( ) Não existe

( ) Existe parcialmente

( ) Não sei informar

Na sua opinião, quais as principais dificuldades ou obstáculos na inter-relação entre as políticas intersetoriais de enfrentamento a violência contra a mulher e a escola pública em Biritinga-Ba?

Você sabe o que é interseccionalidade?

( ) Sim

( ) Não

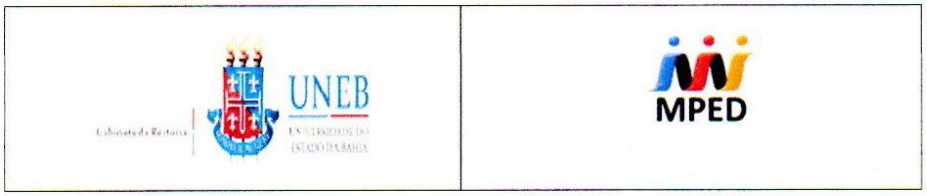
( ) Talvez

Como a interseccionalidade emerge nas construções discursivas oriundas das políticas intersetoriais de enfrentamento a violência contra mulher, na unidade em que trabalha?

De que forma a unidade em que trabalha é acionada nas resoluções do enfrentamento a violência contra a mulher?

Como a rede de enfrentamento se relaciona com a unidade em que trabalha?

ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR



TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro estar ciente das normativas que regulamentam a atividade de pesquisa envolvendo seres humanos e que o projeto intitulado: "Políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e escolas públicas do município de Biritinga – BA: redes e reexistências" sob minha responsabilidade será desenvolvido em conformidade com a Resolução CNS 466/12, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, da não maleficência, da justiça e da equidade.

Assumo o compromisso de apresentar os relatórios e/ou esclarecimentos que forem solicitados pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia; de tornar os resultados desta pesquisa públicos, independente, do desfecho (positivo ou negativo); de Comunicar ao CEP/UNEB qualquer alteração no projeto de pesquisa, via Plataforma Brasil.

Biritinga - Bahia, 26 de fevereiro de 2021

Sandra Santos de Araújo

Assinatura do responsável pelo projeto

ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO ENTIDADE COPARTICIPANTE

TERMO DE AUTORIZAÇÃO ENTIDADE COPARTICIPANTE

Autorizo a pesquisadora SANDRA SANTOS DE ARAÚJO a desenvolver nesta instituição o projeto de pesquisa intitulado: "Políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e escolas públicas do município de Biritinga – BA: redes e reexistências" o qual será executado em consonância com as normativas que regulamentam a atividade de pesquisa envolvendo seres humanos.

Declaro estar ciente que a instituição proponente é responsável pela atividade de pesquisa proposta e que esta será executada pela pesquisadora supracitada. Dispormos da infraestrutura necessária para garantir o resguardo e bem- estar dos participantes da pesquisa.

Biritinga – Ba, 26 de fevereiro de 2021

Priscila Brito de Souza Lima
Secretária Municipal de Educação
PORTARIA Nº 006 / 2021

.....

Assinatura e carimbo do

responsável institucional

ANEXO C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PROPONENTE



UNEB
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV - JACOBINA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XIV – CONCEIÇÃO DO COITÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE
COLEGIADO DO PROGRAMA DO MESTRADO PROFISSIONAL
EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE





Universidade do Estado da Bahia
Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PROPONENTE

Autorizo a pesquisadora SANDRA SANTOS DE ARAUJO a desenvolver nesta instituição o projeto de pesquisa intitulado: "Políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e escolas públicas do município de Biritinga – BA: redes e reexistências" o qual será executado em consonância com as normativas que regulamentam a atividade de pesquisa envolvendo seres humanos.

Declaro estar ciente que a instituição proponente é responsável pela atividade de pesquisa proposta e que esta será executada pela pesquisadora supracitada. Dispormos da infraestrutura necessária para garantir o resguardo e bem estar dos participantes da pesquisa.

Salvador, 30 de março de 2021

Rosane Meire Vieira de Jesus
Diretora do Departamento
Campus XIV/UNEB
Matrícula 74.527.424-3
Portaria 220/2020 - D.O.E. de 17/06/2020

Assinatura e carimbo do
responsável institucional

ANEXO D – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE PESQUISA

UNEB	**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA** **COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA - CEP**

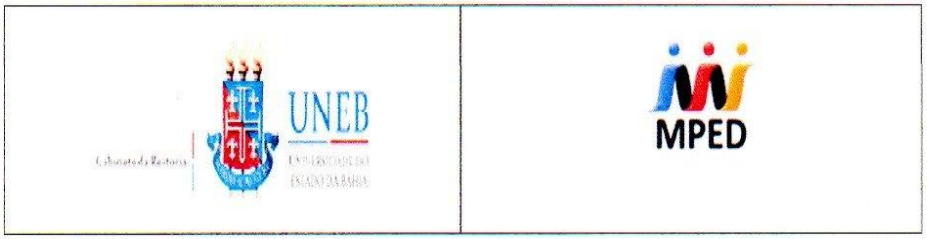
DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE PESQUISA

Declaro estar ciente do compromisso firmado com a execução do Projeto intitulado: "Políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e escolas públicas do município de Biritinga – BA: redes e reexistências", vinculado à Rede Pública de Ensino de Biritinga –Ba que será desenvolvido na forma apresentada e aprovada pelo CEP da Universidade do Estado da Bahia, sempre orientado pelas normas que regulamentam a atividade de pesquisa.

Conceição do Coité - Ba, 30 de Maio de 2021

Nome do Membro da Equipe Executora	Assinatura
SANDRA SANTOS DE ARAÚJO	Sandra Santos de Araújo
ZULEIDE PAIVA DA SILVA	Zuleide Paiva da Silva

ANEXO E – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE



TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Assumimos o compromisso de preservar a privacidade e a identidade dos participantes da pesquisa intitulada: "Políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e escolas públicas do município de Biritinga – BA: redes e reexistências" cujos dados serão coletados através do dispositivo Grupo de Experiências, na Rede Municipal de Ensino de Biritinga, Bahia, com a utilização dos dados única e exclusivamente para execução do presente projeto.

Os resultados serão divulgados de forma anônima, assim como os termos de consentimento livre e esclarecido guardados no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia pelo período de 05 (cinco) anos sob a responsabilidade da Pesquisadora SANDRA SANTOS DE ARAÚJO. Após este período, os dados serão destruídos.

Salvador, 30 de Maio de 2021

Nome do Membro da Equipe Executora	Assinatura
SANDRA SANTOS DE ARAÚJO	Sandra Santos de Araújo
ZULEIDE PAIVA D SILVA	Zuleide Paiva da Silva

ANEXO F – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICAS INTERSETORIAIS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BIRITINGA ¿ BA: REDES E REEXISTÊNCIAS

Pesquisador: Sandra Santos De Araújo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 47215221.7.0000.0057

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.789.623

Apresentação do Projeto:

O projeto é vinculado ao PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE, interdepartamental da UNEB de jacobina e Conceição do Coité.

"Esse texto trata de um estudo em andamento que busca compreender as interfaces entre as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e as escolas públicas do município de Biritinga-Ba. As questões que norteiam esta investigação são: - Como a perspectiva de gênero atravessa as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher; como a interseccionalidade emerge nas construções discursivas oriundas das políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e como o papel social da escola é acionado nas nas políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher. Como as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher agenciam sua participação dentro da escola. Partindo dessas inquietações, o estudo busca investigar a temática da violência de gênero a partir da perspectiva decolonial e propõe-se a pensar o corpo das mulheres como território ameaçado pelo patriarcado, sexismo, racismo, capitalismo, dentre outras violências. O paradigma epistemológico é descolonial com referência nos estudos Lungones (2014). A abordagem metodológica é qualitativa subsidiada pelos conceitos da cartografia (KASTRUP, 2013). O dispositivo de pesquisa constitui-se como um Ateliê de Encontros na perspectiva Medeiros; Silva

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
Bairro: Cabula **CEP:** 41.195-001
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3117-2399 **Fax:** (71)3117-2399 **E-mail:** cepuneb@uneb.br

(2017) e Justos (2020). As pessoas da pesquisa são os gestores das políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e gestores das escolas públicas do município de Biritinga-Ba. A pesquisa será desdobrada em um projeto de intervenção que visa desnaturalizar - através dos ateliês de encontros - as mais diversas formas de violência praticadas contra as mulheres".

Versão do projeto enviada em 23/05/2021.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender as interfaces entre as políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher e as escolas públicas do município de Biritinga-ba.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora apresenta os riscos da pesquisa dentro da eticidade e sua forma de minimização, além de se prontificar a encaminhar os que necessitem de atenção psicológica aos centros de tratamento especializados que existem na cidade a qual acontecerá o estudo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa exequível.

A metodologia proposta bem como o cronograma são compatíveis com os objetivos propostos no projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Na perspectiva da eticidade, conforme segue:

1 – Termo de compromisso do pesquisador responsável: Consta no protocolo em conformidade;

2 – Termo de confidencialidade: Em conformidade;

3 – A autorização institucional da proponente: Encontra-se adequada;

4 – A autorização da instituição coparticipante: Em conformidade;

5 - Folha de rosto: Em conformidade;

6 – Modelo do TCLE: Em conformidade as as diretrizes éticas;

7 - Termo de Concessão: Dispensado por não coletar dados secundários não publicados;

8 - Termo de compromisso para coleta de dados em arquivos: Dispensado por não coletar dados secundários não publicados;

9 – Declaração de concordância com a execução do projeto de pesquisa: Em conformidade

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Continuação do Parecer: 4.789.623

Recomendações:

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos participantes, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.47215221.7.0000.0057

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1722936.pdf	23/05/2021 01:53:12		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2.docx	23/05/2021 01:52:38	Sandra Santos De Araújo	Aceito
Folha de Rosto	fr.pdf	14/04/2021 16:59:27	Sandra Santos De Araújo	Aceito
Outros	tc.pdf	09/04/2021 18:07:35	Sandra Santos De Araújo	Aceito
Declaração de concordância	dc.pdf	09/04/2021 18:06:08	Sandra Santos De Araújo	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	tac.pdf	09/04/2021 18:05:10	Sandra Santos De Araújo	Aceito

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
Bairro: Cabula **CEP:** 41.195-001
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3117-2399 **Fax:** (71)3117-2399 **E-mail:** cepuneb@uneb.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Plataforma Brasil

Continuação do Parecer: 4.789.623

Declaração de Instituição e Infraestrutura	tai.pdf	09/04/2021 18:03:56	Sandra Santos De Araújo	Aceito
Declaração de Pesquisadores	tcp.pdf	09/04/2021 18:03:02	Sandra Santos De Araújo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	P.pdf	02/04/2021 00:34:40	Sandra Santos De Araújo	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

SALVADOR, 18 de Junho de 2021

Assinado por:
Aderval Nascimento Brito
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
Bairro: Cabula **CEP:** 41.195-001
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3117-2399 **Fax:** (71)3117-2399 **E-mail:** cepuneb@uneb.br